UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES | ECA

RENATA ITAGYBA

O BRASIL DITATORIAL NAS PÁGINAS DO *NEW YORK TIMES* (1964-1985)

São Paulo
novembro de 2013

RENATA ITAGYBA

O BRASIL DITATORIAL NAS PÁGINAS DO *NEW YORK TIMES* (1964-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de São Paulo – USP para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração:
Teoria e Pesquisa em Comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Reimão

Banca de defesa em 08/11/2013:
Prof. Dr. Waldomiro Vergueiro (USP)
Profa. Dra. Helena Bonito Pereira (Mackenzie)

São Paulo

novembro de 2013

DEDICATÓRIA

À orientadora Sandra Reimão, pela objetividade e clareza mental na orientação, e por sempre atender as minhas dúvidas com real interesse;

À CAPES, por acreditar no projeto e oferecer uma bolsa de estudos, ainda que eu não tenha ficado com ela por estar com vínculo empregatício;

Aos meus amigos pesquisadores, sempre solícitos e oferecendo ótimas ideias na construção do projeto, em especial Raquel Albieri, Luis Jardim, Ana Maria Tobaldini, José Wilson, Mário e Rafael Videira Nathalie Bressiani, Omar Jarouche e Celso Augusto;

À família amada, que sempre esteve presente quando precisei. Todo meu amor a Renato Itagyba, Cristina Rocha, Renan Itagyba, Danielle Lima Silva, Grazielle Lima, Vinicius Lima, Carla Nadotti, Carlos Silva e à criança mais adorável do mundo, Victinho;

À Stella Pellegrini, Celso Pellegrini e Santo Fortes, minha gratidão eterna pelo carinho e amor sem limites;

À avó paterna, Teresa Lachaitis Itagyba, sempre presente e compartilhando recortes de jornais sobre a ditadura militar brasileira;

Aos meus primos amados, Giuliana e Luca Pellegrini, Gabriel, Leonardo e Lucas Itagyba;

Aos meus padrinhos, sempre tão atenciosos, Olavo Itagyba e Silvia Itagyba / Elizabeth Farillo e Francisco Abdo;

À família Longano, pelo acolhimento e carinho há mais de 20 anos, em especial aos amigos que brilham pelo talento, Anna Carolina e Vítor Freire;

À família Russo, pela longa e fiel amizade, e à Patricia, principal guardiã e defensora dos meus sentimentos mais íntimos;

À família Birkeland, pela receptividade, momentos nos sítios e principalmente à amiga Raquel, por quem tenho admiração pelo jeito prático de pensar. Dedico também a Vinicius Aloe, pela chatice carinhosa;

À família Favale: Pedro, Luiza, Fausto e Renata, por me ensinar a amar a cultura e incentivar boas leituras, e também à Nanô, que sempre será um exemplo para mim;

À família Eichinger, que me faz sentir querida, em especial à Ana Kristina;

Aos amigos e familiares que moram no meu coração: Alejandra Infante (pela luz), Bruna Orosco (pela criatividade infinita), Catherine Johnson (pela bondade e justiça), Cláudia Escanferla (e Aninha, por reunirem todas as qualidades mais importantes do mundo), Deborah Kirschner (pela risada gostosa), Dona Maria (pelo carinho de vó), Germana Natacha (por me abençoar com sua amizade), Isabella Rehem (pelas conversas viajantes), Jenny Itagyba (e o João, pela amorosidade), João Pedro Mello (e a toda sua família pelas gentilezas de sempre), Lariessa Ayala (pela amizade verdadeira), Luciana Itagyba (e toda a família Dimarzio, por ter colorido minha infância), Luciana

Pereira (pela bondade no coração), Maria Carolina França (pela simplicidade alegre), Mariana Angelini (pela delicadeza), Mariana Azevedo (pelas melhores conversas que já tive), Marcelo dos Santos (pela fiel e duradoura amizade), Michele Wang (pela leveza em viver), Roberto Itagyba (e Lúcia, pelo empreendedorismo), Renato Giron (pelas noites de Chico Buarque), Samya Vaz (por ser evoluída espiritualmente), Tia Bi (pelo senso de humor), Tio Zé (por me transmitir a presença de Deus, ao lado da Tia Elza, e os primos Dayane e Robson), Thaís Silva (pelos exageros sinceros), Vera Freeman (e aos Germanos pela experiência nos EUA), Victor Soraggi (pelo respeito às pessoas), Viviane Munhoz (pela meiguice) e Vivian Grimm (pela sinceridade);

Às pessoas que conheci no trabalho, e hoje posso chamar de amigos: Alberto Fiochi (pela paz que me transmite), Ana Capo (pela alegria diária), Ana Paula Ferreira (pela humildade exemplar), Anderson Bezerra (pela calma no tom de voz), André Borin (pela confiança gratuita), Carol Lima (pela doçura), Cecília Warschauer (pelo apoio no Mestrado e outras questões), Cynthia Saito (pelas delicadezas inesperadas), Danilo Feltrini (pelas conversas na padaria), Danielle Natalício (pela inocência de menina), Erasmo Sogabe (pelos melhores abraços), Giuliana Colferai (pela espontaneidade alegre), Iris Lo-Buono (pelos aprendizados de neurolinguística), Jéssica Silva (pelo raciocínio lógico), Jorge Briner (pela lealdade intacta), Juliana Oliveira (pelas palavras de luz), Lígia Almeida (por me ensinar a ser mais organizada), Lúcia Marques (pelo senso artístico), Marcelo Narumia (pela alma diferenciada), Marjorie Soares (pela ingenuidade bela), Mauro Back (pelo senso de justiça), Pedro Chiamulera (pela liderança nata), Rita Melloni (pela sensibilidade), Rubens Monteiro (por me mostrar novos e inteligentes pontos de vista todos os dias), Vinicius Correa (e Emilly, pela alegria de amar);

Ao *namorido* Vinicius Rocha, companheiro incondicional e tão compreensivo quanto às minhas ausências, cansaços, irritações e longas horas de estudos. Foi quem esteve ao meu lado durante os dois últimos anos, sorrindo, abraçando e apoiando. Sempre;

À minha mãe, uma estrela no céu que certamente brilha mais forte;

Por fim, aos dois avós que partiram nos anos que redigi a dissertação. Do lado materno, Thereza Farillo Fortes; do lado paterno, Olavo Lucínio Itagyba. Gostaria que eles estivessem aqui para poder acompanhar essa etapa de finalização do Mestrado. Dedico a eles todo o meu amor.

RESUMO

A dissertação faz o levantamento e a análise das referências jornalísticas de destaque sobre o Brasil nas primeiras páginas do *New York Times, NYT,* entre 31 de março de 1964 e 12 de dezembro de 1985, com ênfase nos temas de cultura e política. As matérias de capa do *NYT* evidenciam o movimento pendular, de aproximações e distanciamentos, entre o Brasil e os Estados Unidos durante os 21 anos de vigência da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: *New York Times*. Relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. Ditadura militar brasileira. Imperialismo norte-americano. Imprensa internacional.

ABSTRACT

The dissertation is an analysis of journalistic references about Brazil published on the front pages of the New York Times, NYT, between March 31, 1964 and December 12, 1985, with emphasis on issues of culture and politics.

The publications of NYT brought evidences of the complex movement in the relationship between Brazil and the United States during the 21 years of the Brazilian military dictatorship.

Keywords: New York Times. Relationship between Brazil and the United States. Brazilian military dictatorship. U.S. imperialism. International press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - *Capa do NYT* em 3 de abril de 1964: a população brasileira comemorando a queda de João Goulart 19
Figura 2 - Médici levantando a taça da Copa do Mundo de 1970 27
Figura 3 - Documentos de protesto nos Estados Unidos 35
Figura 4 – Professor Ralph Della Cava 36
Figura 5 – Exemplo de matéria de capa sobre o Brasil no New York Times 45
Figura 6 - Caminho do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos de 1964 a 1985... 48
Figura 7 - Capa do jornal *O Globo* em 2 de abril de 1964 53
Figura 8 - O aumento do poder de Castelo Branco. *NYT*, 28 de outubro de 1965 57
Figura 9 - *Sobre o sequestro de Elbrick* - *NYT*, 08 de setembro de 1969 63
Figura 10 – Rosalynn Carter em Recife. 80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1 RELACIONAMENTO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA 12
1.1 A DITADURA MILITAR MULTIFACETADA 12
1.2 ARRUMANDO O QUINTAL:A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA 13
1.3 CAÇA AOS COMUNISTAS, A PRIORIDADE MÁXIMA 14
1.4 TODOS CONTRA GOULART 16
1.5 MADE IN USA 18
1.6 A SORRATEIRA DITADURA 18
1.7 DESMASCARANDO A REPRESSÃO 21
1.8 MAIOR EXPROPRIAÇÃO BANCÁRIA DO BRASIL 23
1.9 O GOVERNO NORTE-AMERICANO ENCURRALADO PELA TORTURA 24
1.10 DILEMAS NO AR: A DELICADA SITUAÇÃO NORTE-AMERICANA 25
1.11 ESMORECIMENTO DAS RELAÇÕES 30
1.12 *NOTHING TO LOSE* E A DENÚNCIA DA TORTURA 33

2 SOBRE O NEW YORK TIMES 39
2.1 A INFLUÊNCIA DO *NEW YORK TIMES* 41
2.2 A CRISE E A RECUPERAÇÃO DO *NEW YORK TIMES* A PARTIR DOS MEIOS TECNOLÓGICOS 43

3 ALGUMAS MATÉRIAS SELECIONADAS.....45
3.1 APOIO NORTE-AMERICANO CONTRA GOULART 49
3.2 BONS COMPANHEIROS: GOVERNO BRASILEIRO COMO ALIADO ANTICOMUNISTA 54
3.3 PERÍODO DE TRANSIÇÃO.....59
3.4 Problemas no relacionamento entre os países e o sequestro de Elbrick.....59
3.5 PROTECIONISMO ECONÔMICO BRASILEIRO E FORTALECIMENTO DAS DENÚNCIAS DO *NYT* 65
3.6 O ÁPICE DA CRISE ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS 70
3.7 OS DIREITOS HUMANOS EM DESTAQUE NAS CAPAS DO NYT.....75
3.7 A RETOMADA DO BOM RELACIONAMENTO ENTRE OS PAÍSES 81

4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....89
4.1 RELATOS DOS FATOS BRASILEIROS X RELATOS DO ENVOLVIMENTO NORTE-AMERICANO COM OS FATOS.....90
4.2 AS DIFERENTES TONALIDADES DO DISCURSO DO *NYT* DENTRO DO EXTENSO ARCO TEMPORAL 91
4.3 A PESQUISA COMO UMA TRAVESSIA PARA NOVOS ESTUDOS 95

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 97

ANEXOS 102

INTRODUÇÃO

A dissertação "O Brasil nas páginas do New York Times (1964-1985)" tem como principal objetivo a análise das publicações do jornal nova-iorquino sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos durante a ditadura militar brasileira.

O objetivo central da dissertação não é questionar os fatos históricos, mas estudar como o *New York Times* publicava o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos no período de 1964 a 1985. Trata-se de uma tentativa de refletir sobre o olhar do *NYT* quanto ao envolvimento entre o Brasil e os Estados Unidos durante a ditadura militar brasileira.

A base histórica da dissertação sobre o período ditatorial brasileiro são os autores James Green e Carlos Fico. As obras *O Grande Irmão* (Civilização Brasileira, 2008) e *Apesar de Vocês* (Companhia das Letras, 2005) são utilizadas como norteadoras históricas da dissertação e mostram os estudos de, respectivamente, Carlos Fico e James Green sobre a ligação entre o Brasil e os Estados Unidos durante o período ditatorial brasileiro. Ambos os autores descrevem o caráter pendular, de aproximações e distanciamentos, no relacionamento entre os países em diferentes momentos da ditadura no Brasil.

Assim como a ditadura brasileira, o processo de intervenção do governo norte-americano não foi linear, exercendo-se em diferentes contextos e intensidades. A união das ideias de Fico e Green remete ao pensamento de que o golpe não apenas *começou* em Washington, conforme defendeu Edmar Morel em uma das obras mais conceituadas sobre o tema[1], como também *terminou* em Washington, constatação que já estava na obra "O Punho e a Renda", do historiador Edgar Telles Ribeiro. Os Estados Unidos estiveram presentes durante todo o período ditatorial brasileiro: do início, quando atuavam para conter o comunismo em um país que poderia servir como mola mestra do continente latino-americano, ao desmantelamento da ditadura, em um período em que Jimmy Carter percorria a América Latina com discursos humanistas.

As obras de Elio Gaspari, jornalista que é referência historiográfica no tema da ditadura militar brasileira, também foram utilizadas como base histórica desta dissertação. Os livros que redigiu sobre a ditadura militar, especialmente as coleções *Ilusões Armadas* e *Sacerdote e Feiticeiro*, ambas publicadas pela Companhia das Letras, são de extrema relevância histórica e garantem solidez às informações contidas na dissertação.

---

[1] Analogia à obra de Edmar Morel. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira, 1965, p. 208.

Estruturação

A dissertação está dividida em quatro capítulos, além da *Introdução*, *Referências Bibliográficas* e *Anexos*.

O enfoque do **Capítulo 1** está em descrever o vínculo existente entre o Brasil e os Estados Unidos, desde o golpe de 1964 até o período de reabertura política, em 1985.

Para entender o complexo relacionamento entre os países, utilizaram-se como referências históricas as análises dos autores James Green e Carlos Fico, duas perspectivas diferentes quanto ao binômio Brasil-Estados Unidos durante o período ditatorial.

O **Capítulo 2** discorre sobre o *New York Times*, principal fonte desta pesquisa acadêmica. Utilizou-se como referência principal do capítulo a obra *Reino e Poder*, de Gay Talese, que descreve a história do jornal de 1930 até o final da década de 1960, tangenciando, desse modo, também o início da ditadura brasileira.

O *New York Times*, desde aquela época e ainda hoje, é um formador de opiniões e um dos diários de maior circulação do mundo, ao lado de outros jornais renomados como *The Wall Street Journal*, *The Washington Post* e *Los Angeles Times*.

O **Capítulo 3** tem a função de analisar as 25 matérias selecionadas para estudo mais aprofundado.

O procedimento de filtragem das matérias a serem analisadas ocorreu com o cumprimento das etapas abaixo, que podem ser esclarecidos a partir da consulta das tabelas listadas em "Anexos", na parte final desta dissertação.

- Pesquisa de todas as ocorrências jornalísticas com a palavra-chave **Brasil** no Acervo Digital do *New York Times*, que foi digitalizado e permite a consulta de todos os exemplares desde sua criação, entre 31 de março de 1964 e 12 de dezembro de 1985;
- Triagem das ocorrências de primeira página/capa (*FrontPage*) do jornal estadunidense;
- Classificação das referências de primeira página sobre o Brasil entre as seguintes categorias, que foram escolhidas por representarem os principais cadernos dos jornais mundiais: (1) política, (2) economia, (3) cultura, (4) esportes, (5) religião, (6) cotidiano, (7) ciência/tecnologia e (8) geral/outros;

- Dentro do material encontrado, realizou-se filtragem das ocorrências referentes apenas à *cultura* e *política;*
- Filtragem das matérias relacionadas ao relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos na época (o Acervo Digital do *New York Times* disponibiliza o resumo prévio de cada matéria antes de exibi-las completamente). Em "Anexos", visualizar a opção *subtemas*.
- Tradução das matérias escolhidas, de inglês para português;
- Após a tradução, reuniram-se notícias com conteúdos semelhantes, formando blocos que representam as diferentes fases do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos nos 21 anos da ditadura militar brasileira.
- Para entender mais sobre a filtragem das matérias, consulta as tabelas contidas na última parte da dissertação, em "Anexos".

No Capítulo 3, foi feita a análise individual e circunstanciada das 25 ocorrências jornalísticas que cumprem os critérios acima, tendo por referência as informações históricas contidas no primeiro capítulo da dissertação.

No item (4) **Considerações Finais,** encontram-se as considerações finais, o fechamento da análise sobre as divulgações do *New York Times* em relação ao envolvimento Brasil-Estados Unidos entre 1964 e 1985.

O tema da ditadura militar permanece atual e presente, mesmo 28 anos após o fim do regime totalitário no Brasil. Estudar a ditadura militar e as suas consequências é uma prática necessária e altamente significativa, seja pela persistência histórico-cultural do tema, inclusive em discussões atuais como a Comissão da Verdade, como também pelo impacto direto no desenvolvimento da sociedade brasileira e na consolidação da democracia.

Em junho de 2013, milhares de jovens saíram às ruas do Brasil protestando pelos seus direitos e exercitando a liberdade de expressão defendida pelas práticas democráticas. Indubitavelmente, o Brasil merece e necessita de mais pesquisadores engajados nos temas da democracia e da imagem do país no cenário internacional.

1 RELACIONAMENTO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

"Pretendo analisar a evolução das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, tentando capturar as nuances *que a caracterizaram desde os anos de apoio incondicional, durante a gestão de Castelo Branco, até o período de Médici, quando o governo norte-americano teve de admitir o constrangimento de se ver associado a uma ditadura acusada de tortura contra prisioneiros políticos, pois, por outro lado, não era possível abrir mão do Brasil do 'milagre econômico'"*

Carlos Fico, *O Grande Irmão*

"Desmontar, com elegância, a leitura estereotipada segundo a qual "os Estados Unidos apoiaram a ditadura brasileira e ponto final"

James Green, *Apesar de Vocês*

1.1 A DITADURA MILITAR MULTIFACETADA

A ditadura militar no Brasil durou 21 anos (1964-1985) e foi predominantemente governada por cinco Presidentes militares: Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. O período representou um dos mais longos sistemas ditatoriais da América Latina.

Assim como a ditadura brasileira, o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos de 1964 a 1985 passou por diferentes momentos e contextos. Este capítulo estuda o convívio dos dois países durante a ditadura militar brasileira tendo como base histórica os textos de Carlos Fico e James Green.

Assim como outros autores importantes – entre eles Phyllis Parker, Marcos Sá Correa e Moniz Bandeira -, Carlos Fico pesquisou documentos do Arquivo Nacional e Departamento de Estado norte-americano. James Green, historiador da Brown University, dedicou sua carreira a estudar o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, reunindo os conhecimentos obtidos no livro *Apesar de Vocês*, uma das principais fontes desta dissertação. *Apesar de Vocês*, a obra mais reconhecida do norte-americano James Green, rompe com a ideia maniqueísta da cumplicidade integral entre Estados Unidos e a ditadura

militar brasileira. Contrariando o dogma de que o imperialismo norte-americano apoiou irrestritamente a instalação e consolidação do regime autoritário no Brasil, o autor explicita a existência de momentos distintos no posicionamento norte-americano durante os 21 anos da ditadura militar brasileira.

1.2 ARRUMANDO O QUINTAL: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

"O governo norte-americano foi ousado porque não aceitaria,
naquela fase da Guerra Fria, uma 'outra Cuba' [...]
E, se Kennedy não conseguiu invadir Cuba,
seus sucessores impediram os experimentos da esquerda
onde eles pareceram mais desafiadores"
Carlos Fico, O Grande Irmão

Para entender a instalação da ditadura militar no Brasil, é importante elencar os motivos que desencadearam o golpe contra Goulart. Durante o governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o governo brasileiro considerava-se merecedor de um tratamento privilegiado pelo governo norte-americano, uma vez que representou um aliado fiel e ativo no esforço bélico durante a Segunda Guerra Mundial. A Guerra tornou os Estados Unidos o principal fornecedor de armas ao Brasil, e criou, no território brasileiro, "uma atmosfera predominante de simpatia em relação ao país líder do Ocidente" [2]. Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial, relacionamentos interpessoais estratégicos para os países foram estabelecidos, como a amizade entre Castelo Branco e Vernon Walters.

Porém, contrariamente às expectativas, o período pós-guerra caracterizou-se pelo desprestígio do Brasil na ótica estadunidense, principalmente porque o governo norte-americano não precisava mais dos territórios estratégicos localizados no Nordeste brasileiro que, durante a Guerra, facilitavam o acesso à rotas do Atlântico Sul, África e Oriente Médio. Após 1945, o foco dos EUA concentrava-se no Plano Marshall, que recebeu um investimento inicial de US$ 13 bilhões, destinado à reconstituição da Europa destruída pela Segunda Guerra.

---

[2] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 19.

Dois importantes acontecimentos, porém, modificaram o posicionamento do governo dos Estados Unidos em relação ao hemisfério sul. A tumultuada visita do vice-presidente Richard Nixon à América Latina, recebido com vaias e agressões, e o início do combate de Fidel Castro contra Fulgencio Batista evidenciaram a necessidade de monitoramento da região, especialmente devido ao crescente sentimento antiamericanista.

A implantação efetiva do regime socialista cubano, em abril de 1961, incitou o ideário macartista, maximizando a preocupação norte-americana na contenção dos princípios comunistas "em seu próprio quintal". O período representava o ápice da Guerra Fria, período histórico no qual houve "o confronto entre dois modelos de administração econômica e políticas públicas nacionais – o capitalismo e o comunismo, e a polarização do mundo em perspectivas de esquerda e direita" [3].

O Presidente norte-americano John F. Kennedy (1961-1963) aderiu à caça ao comunismo e percebia a América Latina como "a área mais perigosa do mundo", sendo necessário o combate contra a implantação de uma nova Cuba ou de uma China ocidental – termo que era utilizado pelo Presidente Costa e Silva. A caça ao comunismo foi predominante durante a ditadura militar brasileira, tendo maior intensidade na década de 60 e menor magnitude na década de 80. Neste espaço de tempo, houve um intenso investimento do governo norte-americano para mitigar os pontos supostamente comunistas, espalhados em locais considerados estratégicos no mundo, e inclusive no Brasil.

1.3 CAÇA AOS COMUNISTAS, A PRIORIDADE MÁXIMA

"Os norte-americanos percebiam o mundo em termos maniqueístas: um país ou estava alinhado com os EUA ou com o comunismo".

James Green, *Apesar de Vocês*

A perseguição aos considerados subversivos tornou-se a principal missão norte-americana, e foi o motor propulsor para a criação da Aliança para o Progresso. O programa representava uma resposta de Kennedy à Revolução Cubana, e tinha o objetivo de "desenvolver recursos de todo o hemisfério sul" [4]. Pauperismo e revolução eram vistos como

---

[3] COSTA, Cristina. **Teatro e Censura**: Vargas e Salazar. São Paulo: EDUSP, 2010, p. 13.

[4] GREEN, James. **Apesar de vocês**: a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 57.

ideias associadas e, por isso, acreditava-se que a esquerda buscava disseminar-se em áreas com foco de miséria, especialmente em cidades superpopulosas. Roberto Schwarz, crítico literário e professor, em sua obra *Cultura e Política*, enfatiza que o governo norte-americano acreditava que a insatisfação das massas poderia incentivar manifestos comunistas.

Para combater as zonas de pobreza e as potencialidades comunistas, os Estados Unidos promoveram reformas que visavam a mitigar a concentração de pobreza e a impedir que camponeses e operários fossem inspirados pelos ideários de Cuba.

Após o assassinato de Kennedy, em 1963, o vice-presidente norte-americano Lyndon B. Johnson (1963-1969) deu continuidade ao plano anticomunista iniciado por seu antecessor. Durante o período, foi estabelecida a Doutrina Mann, que visava a barrar qualquer potencialidade vermelha, mesmo que, para isso, fosse necessário recorrer a regimes ditatoriais.

Assim, após o golpe de 1964 no Brasil, o governo dos Estados Unidos continuava enviando milhões de dólares ao país. Buscando combater as zonas de pobreza e a potencialidade comunista, o governo dos EUA entrou com investimentos maciços no hemisfério sul, implantando uma cadeia de ações assistenciais no Brasil – como a USAD ou Corpos da Paz. Segundo James Green, muitas dessas atividades atuavam discretamente, a fim de evitar a ideia da "excessiva intervenção dos Estados Unidos no Brasil". Os EUA queriam disseminar uma boa imagem, não invasiva, especialmente entre os estudantes e pessoas de nível educacional elevado, para combater o sentimento arraigado de antiamericanismo, principalmente entre os formadores de opinião da sociedade.

Thomas Mann foi uma peça fundamental neste processo e para o sucesso da Aliança para o Progresso, sonhada versão latino-americana do Plano Marshall. Com o cargo de coordenador do programa, assistente especial do Presidente e secretário de Estado, Mann recebeu a missão de garantir a concretização dos planos de Kennedy e reter o avanço comunista.

A dimensão territorial e a inconstância política brasileira faziam com que os Estados Unidos atribuíssem atenção especial ao Brasil, considerado a mola mestra do restante da América Latina. Visando a conter o avanço comunista, o governo dos Estados Unidos já articulava planos em território brasileiro antes mesmo que o governo de João Goulart, Presidente do Brasil entre 1961 e 1964, representasse uma ameaça. Pouco tempo depois, a renúncia de Jânio Quadros acentuou a preocupação do governo norte-americano em relação ao Brasil.

"Não há nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe, e todos sabem que um golpe era planejado contra ele".

Carlos Fico, *O Grande Irmão*.

A Campanha da Legalidade consistia na manutenção da ordem jurídica da sociedade e, com isso, João Goulart assumiu a Presidência de maneira legal em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Jango, como era conhecido o novo Presidente, era considerado pela maioria dos civis e generais um defensor da esquerda. O discurso público de Goulart defendia questões populares, como reforma agrária, salário mínimo e voto do analfabeto. Buscando combatê-lo, os militares brasileiros classificavam o mandato de Goulart como uma "ditadura pessoal e populista" [5].

Na visão do governo norte-americano e da elite brasileira, Goulart deveria ser rapidamente retirado do poder, ainda que fosse necessário recorrer à ajuda militar para evitar a *implantação de um regime militar de esquerda*. Segundo Elio Gaspari, o governo norte-americano estava "pronto para se meter abertamente na crise brasileira caso estalasse uma guerra civil" [6].

Porém, segundo Edmar Morel, jornalista pioneiro a denunciar o governo norte-americano como mentor da ação de 1964, e outros historiadores renomados da época, Goulart não planejava implantar um golpe esquerdista. A principal intenção de Jango era desenvolver reformas de base que distribuíssem as riquezas de maneira mais equilibrada, posicionamento que desagradava a elite e o empresariado brasileiro. João Goulart incomodava, também, as grandes empresas norte-americanas, por adotar uma postura de proteção à economia interna.

O governo norte-americano considerava o comportamento de Goulart "perigosamente próximo de tornar-se demasiadamente vermelho", e iniciou, junto ao governo brasileiro, uma campanha efetiva de intervenção, que previa a desestabilização do comando de Goulart a partir da articulação da *Operação Brother Sam*.

1.4 TODOS CONTRA GOULART

"O movimento que derrubou Goulart foi puramente, cem por cento - não 99,4%, e sim cem por cento –,

---

[5] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 58.

[6] Ibid., p. 100.

um movimento puramente brasileiro.
Nem a embaixada norte-americana nem eu pessoalmente
desempenhamos qualquer papel que fosse nesse processo" [7].
Lincoln Gordon, em audiência no Senado em 07/02/1966

Carlos Fico é enfático na defesa de que a Operação Brother Sam foi proposta e articulada pela Casa Branca, e que o protagonista da ação foi o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon (1961-1966). Segundo Edmar Morel, "nunca um embaixador estrangeiro mudou tanto o Brasil quanto este ativo e hábil Lincoln Gordon" [8]. Realmente, o embaixador teve muita influência nas decisões do governo brasileiro.

Pesquisadores compilaram documentos comprobatórios sobre a articulação de uma tarefa naval estadunidense disposta a interferir na política brasileira. Phyllis R. Parker, pesquisador norte-americano, conseguiu a liberação de documentos importantes sobre a colaboração dos EUA no golpe de estado de 1964, que estavam depositados na Lyndon B. Johnson Library, em Houston, Texas. A dissertação de Mestrado de Phyllis Parker, assim como os documentos reunidos por Carlos Fico, asseguram a participação da Casa Branca no envio de uma força-naval em apoio ao golpe contra Goulart.

O governo norte-americano, e particularmente Dean Rusk (Secretário de Estado) e John McCone (CIA), reconhecia a insuficiência militar e tecnológica do Brasil e julgava ser necessária a intervenção norte-americana no plano anticomunista. O governo norte-americano apoiava a ação dos militares, considerando-a um contragolpe preventivo que combatia a propagação comunista inspirada em Cuba.

Lincoln Gordon confessou o envio de cerca de US$5 milhões para "financiar a campanha favorável aos opositores de Goulart" [9], mas isentou-se da responsabilidade ao afirmar que o golpe foi de autoria absolutamente brasileira. Roberto Campos, Ministro do Planejamento de Castelo Branco, reafirma a não participação dos Estados Unidos no golpe de 1964, de modo que "não houve a necessidade de nenhuma colusão com estrangeiros para a derrubada de Goulart". [10]

---

[8] MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 208.
[9] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 76.
[10] CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**: memórias. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, vol.1, p. 548-549

1.5 MADE IN USA

"a Revolução de 1º de Abril me repudiou,
o que não era de se estranhar, porque eu também a repudiei".
Edmar Morel, O golpe Começou em Washington

Pouco antes de a *Operação Brother Sam* ser oficialmente articulada, Vernon Walters foi convocado adido militar da embaixada norte-americana, em 1962. A função de Walters era inspecionar os bastidores das Forças Armadas brasileiras, além de assegurar a influência norte-americana sobre os acontecimentos na política brasileira, impedindo que o governo americano "se deparasse com surpresas" referentes ao Brasil.

A afirmação era verdadeira, porém com ressalvas: o governo norte-americano não teve de intervir efetivamente, uma vez que as tropas brasileiras já estavam engajadas nessa missão, com militares partindo de Minas Gerais, a partir do apoio de Carlos Lacerda (governador da Guanabara) e Adhemar de Barros (governador de São Paulo). Sabendo da movimentação dos generais, Goulart fugiu para Brasília e não ofereceu nenhum tipo de resistência ao golpe. Nesse momento, Castelo Branco, que estava previamente em contato com a embaixada norte-americana, avisou a Lincoln Gordon que "não precisaria de apoio logístico norte-americano"[11].

Ainda que os Estados Unidos não precisassem intervir, o apelo simbólico da ação influenciou significativamente para o sucesso do golpe, servindo para *mostrar a bandeira* e intimidar Goulart e seus partidários, ao passo que agregava confiança aos conspiradores [12]. O delineamento estratégico do governo norte-americano foi essencial para garantir segurança e respaldo moral aos golpistas, além de incitar a mobilização dos militares brasileiros.

1.6 A SORRATEIRA DITADURA

"Nós sabemos que para onde for o Brasil, irá o restante da América Latina". [13]
New York Times, 31 de dezembro de 1971

---

[11] DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E EMBAIXADA BRASILEIRA NO RIO DE JANEIRO. Teleconferência proferida em 1º de abril de 1964, USA, Department of State, Foreign Relations of the United States, 1964-1968: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 454.

[12] TAVARES, Camilo. **O Dia que Durou 21 anos**. Documentário, Brasil, 01:20.

[13] A frase no NYT em inglês: "We know that as Brazil goes so will go the rest of the Latin-American continent".

Após o pronunciamento de Auro de Moura Alves, que declarou vago o posto da presidência da República brasileira, a *Revolução* legitimou a si própria a partir da proclamação do preâmbulo do AI-1 [14]. A população também comemorou a queda de Goulart, convencida de que a saída do Presidente *filocomunista* representava a vitória da democracia. As justificativas centrais – de manutenção da democracia e combate ao comunismo – foram amplamente aceitas pelo povo brasileiro, os norte-americanos e a mídia. Até mesmo Wayne Morse, senador democrata de Oregon (1945-1969) que já havia questionado o posicionamento do presidente Johnson durante a Guerra do Vietnã (1955 – 1975), elogiou a implantação do novo governo no Brasil.

United Press International Radiophoto

PROCLAIMING VICTORY: Brazilian rebels carrying guns and flags through a street in Rio de Janeiro yesterday following the collapse of João Goulart's Government.

Figura 1 - *Capa do NYT* em 3 de abril de 1964: a população brasileira comemorando a queda de João Goulart

O apoio do povo brasileiro ao golpe foi mostrado em manifestações pelas ruas anteriormente ao golpe, como a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* (1964), que

[14] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 140.

visava a consolidar o afastamento do comunismo, reafirmando valores voltados à moral e aos bons costumes. A Folha de S. Paulo glorificava a marcha anunciando que "meio milhão de homens, mulheres e jovens - sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social - foram mobilizados pelo acontecimento".[15] Os títulos dos principais jornais do Brasil apoiavam a marcha, entendendo-a como uma importante ação contra a ameaça comunista.

A deposição de Goulart agradou especialmente às empresas multinacionais, que classificavam o episódio como "a melhor coisa que poderia ter acontecido ao Brasil" [16], pois temiam que o governo populista atrapalhasse as negociações. A *nacionalização* da Esso foi um exemplo do apoio das multinacionais ao golpe. De fato, ao enfrentar as multinacionais, Goulart "mexia em uma casa de marimbondos", principalmente devido à "verocidade das vespas da Bond and Share", além da ganância dos laboratórios estrangeiros que, no geral, se aproveitavam da menor carga tributária no Brasil [17].

Após 13 dias de Ranieri Mazzilli no poder, *legitimado pelo cumprimento do artigo 79 da Constituição*[18], Castelo Branco (1964-1967) foi definido como o Presidente do Brasil e, aplicando os contornos da Emenda Constitucional nº 9, prolongou a permanência no cargo até 15 de março de 1967. Castelo, em "uma só canetada, abandonou a legalidade formal e cassou aos brasileiros o direito de eleger o Presidente da República" [19], além de impedir os brasileiros na eleição dos governadores. Eram os primeiros passos rumo à ditadura de 21 anos.

Na percepção estadunidense, Castelo Branco era o candidato mais apto a assumir a presidência após o golpe, devido à personalidade pragmática, alinhamento com os preceitos capitalistas e, principalmente, pela amizade com os militares norte-americanos, e em particular com Vernon Walters.

Castelo apoiava as decisões norte-americanas, inclusive as mais polêmicas, como a Guerra do Vietnã. Ademais, o general aceitou apoiar o governo norte-americano na invasão da República Dominicana, "episódio que marcaria o auge da política intervencionista de Johnson e mandaria pelos ares o princípio de não intervenção e de autodeterminação dos

---

15 FOLHA DE S. PAULO, 20 mar. 1964.
16 FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 145.
17 MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 42.
18 Declaração de James Green no documentário O Dia que Durou 21 anos, de Camilo Tavares. Brasil, 01:20.
19 GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 242.

povos” [20]. A união entre Castelo e os EUA desencadeou o deslocamento das tropas brasileiras e a participação do Brasil na invasão dominicana em 1965 [21].

Castelo tinha o desafio de esclarecer à população a repentina troca de Presidente, sem fomentar a ideia de que o Brasil vivia uma ditadura. O cenário internacional ainda resguardava uma série de questionamentos a respeito do reconhecimento caloroso da presidência de Mazzilli pelos Estados Unidos. O governo norte-americano apoiou Mazzilli, conforme as páginas do *NYT* mostram no Capítulo 3 dessa dissertação. Em um cenário frágil, as ações de Castelo Branco mesclavam autoritarismo e diplomacia, e visavam a prevenir revoltas internas e críticas internacionais.

Para a manutenção da ordem, as primeiras punições do regime autoritário foram moderadas e disfarçadas. O primeiro Ato Constitucional (AI-1) foi “considerado necessário”, e possibilitava a cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos, exílios forçados e transferências militares para a reserva.

Ações extremas, contudo, eram evitadas por Castelo Branco, para que não despertassem a opinião pública internacional. De qualquer forma, atentados à liberdade e aos direitos humanos ocorreram nos primeiros anos da ditadura no Brasil. Em 1964, o caso de Ênio Silveira, diretor da Editora Civilização Brasileira e militante do Partido Comunista Brasileiro, foi um exemplo do que *não* deveria ser feito, e foi considerado *terror cultural* pelo novo Presidente. A cassação dos direitos políticos de Celso Furtado foi outro caso criticado por Castelo Branco, principalmente por ter estimulado discussões internacionais. Ainda assim, os abusos do governo brasileiro não eram divulgados pela mídia, tampouco percebidos como um sistema ditatorial pelos brasileiros e norte-americanos.

No início da ditadura, poucas notícias repercutiram a ponto de sensibilizar um elevado número de pessoas, principalmente pelo posicionamento omisso da mídia – inclusive do *New York Times*.

1.7 DESMASCARANDO A REPRESSÃO

“Se o governo brasileiro deveria ceder para salvar a vida de um norte-americano, os Estados Unidos deviam sair do Vietnã para salvar a vida de duzentos a cada dia”

Carlos Fico, *O Grande Irmão*

---

[20] GIL, Federico. **Latin American-United States Relations**. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1971, p. 255.

[21] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 158.

Entre 1960 e 1970, os poderosos dos Estados Unidos sentiram-se ameaçados pela proposta revolucionária de Fidel Castro e pela da vitória do chileno Salvador Allende, que apresentava tendências esquerdistas. Carlos Fico sublinha que, em 1965, metade da assistência militar dos EUA à América Latina destinava-se à batalha anticomunista. Também apoiavam as medidas de Castelo Branco no Brasil, que visavam afastar o perigo comunista.

Entre as medidas, em 1965, Castelo Branco decretou o AI-2, que "retirou do júri a competência para o julgamento dos abusos da imprensa e aumentou o prazo de prescrição das correspondentes ações pensais". O AI-2 foi um divisor de águas, e permitiu, entre outras atrocidades, "a suspensão de direitos políticos, a cassação de direitos parlamentares e a imposição da eleição indireta do Presidente da República" [22].

Os episódios de violência começaram a ser recorrentes, inclusive contra as entidades norte-americanas, consideradas imperialistas. Em junho de 1966, em Minas Gerais, ocorreu um incêndio no prédio do Instituto Brasil-Estados Unidos. Em julho do mesmo ano, em Recife, uma bomba explodiu no serviço de informações do governo norte-americano. Menos de um mês depois, sucedeu um atentado no escritório dos Voluntários da Paz e, em outubro, explodiu mais um artefato, no jardim da casa do adido militar norte-americano [23]. Nenhum desses fatos foi relatado nas páginas de capa do *NYT*, e é válido considerar que, como o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos estava bom neste período, não seria interessante causar alarde na população sobre os fatos violentos no Brasil.

As ações da esquerda respondiam às atrocidades militares, que se intensificaram significativamente em 1968. A polícia matou, publicamente, o estudante Edson Luís de Lima Souto, de dezessete anos, pobre e secundarista que sequer estava envolvido com a militância política [24]. A polícia justificou o ato dizendo que denúncias indicavam que os manifestantes iriam invadir a embaixada dos Estados Unidos.

Em março de 1968, houve um atentado no consulado dos EUA em São Paulo, executado pela ALN a pedido de Carlos Marighella [25], um dos principais combatentes de esquerda, para demonstrar a insatisfação da esquerda com a Guerra do Vietnã.

Em setembro de 1969, o embaixador norte-americano Charles Elbrick (1969-1970) foi sequestrado pelo grupo de Virgílio Gomes da Silva, um dos líderes da ALN – Aliança Libertadora Nacional –, vertente guerrilheira de tendência comunista. Este foi um importante

---

[22] REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar**. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 11.
[23] SARMENTO, Luiz Carlos. **Cinco anos de terror**. **Correio da Manhã,** 6 abr. 1969.
[24] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 58.
[25] Ibid., p. 112.

episódio para o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, que em 1969, já estava um pouco mais abalado, e rendeu três matérias de capa no NYT.

O episódio do sequestro do embaixador norte-americano representou uma das ações mais bem-sucedidas contra a extrema direita que estava no comando, desencadeando a libertação de quinze presos políticos e na repercussão do caso nas mídias nacionais e estrangeiras. No mesmo ano, após esse acontecimento, ocorreram outros atentados contra representantes internacionais, como o cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter, e o embaixador da Alemanha Ocidental no Brasil, Ehrenfried Von Holleben.

1.8 MAIOR EXPROPRIAÇÃO BANCÁRIA DO BRASIL

O povo norte-americano estava cada vez mais consciente da situação caótica que os brasileiros estavam enfrentando. O caso de Zuzu Angel é um grande exemplo: com a morte de seu filho, Stuart Angel Jones, a famosa estilista casada com o norte-americano Norman Jones, buscou alternativas para denunciar as barbaridades cometidas pelos militares contra os considerados subversivos. A indignação da mãe desencadeou diversas ações, como o envio de cartas pessoais ao Presidente Geisel. Promoveu, ademais, um desfile em Nova Iorque que protestava contra a violência aos direitos humanos no Brasil. A arte engajada repercutiu na mídia internacional, que já estava aquecida devido ao recente incendiário estudantil, porém ambas as ocorrências não estiveram nas capas do *NYT*.

Gradativamente, o clima amistoso entre o Brasil e os Estados Unidos estava diminuindo, por motivos que superam a questão do recrudescimento das forças autoritárias no Brasil. Os militares brasileiros estavam insatisfeitos com a restrição de armamento pelos Estados Unidos, estipulada em 1968, quando a potência norte-americana reduziu, de maneira significativa, o suprimento de armas e concessão de materiais bélicos, além de dificultar a aquisição de itens de armamento mais complexos.

Ademais, além da questão do armamento, grande parte das transformações ocorreu devido à forte relação entre o embaixador Gordon [26] e o Presidente Castelo Branco ter sido substituída pela truculenta formalidade entre John Tuthill (1966 – 1969) e Costa e Silva (1967-1969) [27].

---

[26] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 19.
[27] Ibid., p. 57.

Diferentemente de Castelo Branco, os militares norte-americanos não demonstravam uma "uma intimidade fácil, quase automática" com Costa e Silva. O novo Presidente não agradava ao governo norte-americano, devido a diversos fatores: personalidade, origem simples, saúde frágil, esposa inconveniente e, principalmente, pelo perfil pouco diplomático. O grupo de Castelo Branco, intelectualmente elitista, considerava inaptos todos os oficiais que, como Costa e Silva, não tivessem participado de suas rodas de estudos [28].

Costa e Silva era menos flexível em relação ao anterior: com pouco tempo no poder, já havia recusado a cota de importação de café solúvel estipulada pelos EUA, vetou o programa de desnuclearização e manteve-se *neutro* quanto à Guerra do Vietnã, que estava repercutindo inúmeros protestos nos Estados Unidos. As manifestações contra a Guerra chegaram a reunir meio milhão de pessoas no Central Park, em Nova York, e, em outubro de 1967.

> 50 mil pessoas marcharam sobre o Departamento de Defesa [...] vestidos como vagabundos, risonhos como palhaços, carregavam flores, sugeriam que se fizesse o amor e não a guerra [...] nessa manifestação, que o professor norte-americano Allen Matusow chama de 'um dos mais significativos acontecimentos da história dos Estados Unidos', um grupo de hippies tentou fazer levitar o prédio do Pentágono [29].

1.9 O GOVERNO NORTE-AMERICANO ENCURRALADO PELA TORTURA

"Seria de uma ingenuidade ridícula dizer-se que não há tortura no Brasil, ou mesmo nos Estados Unidos. No mundo inteiro existem as feras humanas travestidas de seres humanos".

O Estado de S. Paulo, 18 de junho de 1970. p. 322

Na tentativa de enfraquecer o movimento libertário em ebulição, as medidas repressivas tornaram-se mais fortes e evidentes. Uma das medidas autoritárias foi à criação da OBAN, organismo especializado no "combate à subversão" por todos os meios, inclusive a tortura [30]. A OBAN gozava de grande familiaridade com os funcionários dos Estados Unidos e, posteriormente, integrou-se ao organismo oficial, recém-criado pelo Exército, conhecido como DOI-CODI. Dessa forma, a tortura estava configurada como uma política sistemática do Estado.

---

[28] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 277.
[29] Ibid., p. 235.
[30] RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, p. 41.

Para o governo dos Estados Unidos, o padrão de ações do governo brasileiro era excessivamente autoritário e escancarado, o que poderia agredir a reputação norte-americana, uma vez que os EUA forneciam apoio financeiro ao Brasil. Em 1970, o jornal Washington Post lançou um editorial intitulado "Opressão no Brasil", que denunciava os abusos do governo brasileiro, alegando que "embora tenham um longo caminho a seguir antes de superar a Grécia ou o Haiti na tortura de presos políticos, os ditadores militares que dirigem o Brasil estão indo rápido" [31].

Segundo James Green, as ocorrências repressivas desencadearam a redução de 1/3 do pessoal norte-americano no Brasil. Até mesmo o embaixador John Tuthill assumia que "sentia-se menos confiante em apoiar todas as medidas" [32], de modo que a assistência econômica inicialmente oferecida pelos EUA entrou em processo de revisão.

1.10 DILEMAS NO AR: A DELICADA SITUAÇÃO NORTE-AMERICANA

"o Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo
foram simultâneos [...]
ambos reais, coexistiram negando-se".
Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*

A partir de 1968, o cenário do Brasil tornou-se caótico, e Costa e Silva decidiu que não continuaria tolerante com os terroristas de esquerda, ou seria "deposto pelos militares dentro de um ou dois anos" [33]. Para evitar a perda do comando, o Ato Institucional nº 5 foi uma decisão imposta pelo Presidente, que ganhou força após o encerramento da sessão da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), e tinha por objetivo eliminar qualquer possibilidade de debate público que deteriorasse a imagem do governo brasileiro, além de proibir todo o material que fosse contrário à moral e aos bons costumes.

Após a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, estima-se que "500 filmes, 450 pecas de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de músicas e uma dúzia de capítulos e sinopses de novelas" tenham sido censurados.[34] O AI-5 é

---

[31] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 286.
[32] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 120.
[33] RAINE, Philip. Telegrama ao Departamento de Estado norte-americano, enviado em 24 de janeiro de 1967.
[34] VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 285.

conhecido como “o golpe dentro do golpe”, e caracteriza-se pela censura ferrenha, praticante da “coerção, limitação e eliminação das vozes discordantes”[35].

“É algo que vai se alastrando como um processo infeccioso que, aos poucos, mas persistentemente, vai avançando e necrosando o espaço invadido [...] começa com um simples recado lá de cima onde estão os que mandam no governo; se transforma depois em ponderações ou aconselhamentos de cautela numa conversa de “amizade”, até chegar ao pedido de envio das matérias da redação às autoridades e, finalmente, a ocupação da própria redação”

Maria Fernanda Almeida, *Veja Sob Censura*

A partir de 1969, a convivência entre o governo brasileiro e a imprensa tornou-se ainda mais complicada, fazendo com que todos os mecanismos de censura e violação dos direitos humanos fossem intensificados. O medo fomentou, também, a autocensura, que ocasionou uma profunda mudança no exercício da cidadania e na cultura em geral.

Principalmente nesse período, as reivindicações internas contra o governo brasileiro precisavam ser indiretas, vestidas dos mais criativos disfarces - como receitas culinárias, poesias e letras de músicas no lugar das notícias censuradas. Durante os anos de chumbo, jornais e revistas tiveram edições inteiras apreendidas pela censura, e proprietários de jornais foram presos. A imprensa alternativa também sofria censura. O periódico *Movimento*, por exemplo, foi censurado desde a primeira edição até a abolição da censura prévia no Brasil.

A economia brasileira, porém, parecia viver uma de suas melhores fases. Após a morte de Costa e Silva, em 1969, e o curto período de junta militar, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) assumiu a presidência, eleito por meio de um simulacro de votação de oficiais militares. O vice de Costa e Silva, Pedro Aleixo, que deveria ter assumido o cargo após Costa e Silva, foi impedido de subir ao poder a partir de manobras do AI-5.

A ditadura ganhou força por meio de um crescimento econômico ilusório durante o governo Médici. Índices do IBOPE revelaram que, em 1971, Médici recebeu 82% de aprovação do povo brasileiro, e a classe média estava deslumbrada com a oportunidade de comprar eletrodomésticos e ouvir os clássicos do futebol pelo rádio de pilha. De 1971 a 1972, o número de brasileiros com automóvel aumentou de 9% para 12%, e as casas com televisão passaram de 24% a 34%. Os brasileiros vivenciavam momentos gloriosos, tão alegres e efêmeros quanto a conquista da Copa do Mundo de 1970.

---

[35] REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar**. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 11.

Figura 2 - Médici levantando a taça da Copa do Mundo de 1970

Enquanto a maioria da população brasileira não percebia o caráter autoritário do governo, os políticos e a mídia dos Estados Unidos estavam conscientes do recrudescimento da violência existente, mas dependentes da ascensão econômica brasileira. O Brasil era o 12º maior comprador dos produtos norte-americanos, ao passo que, como a Grécia, era visto como símbolo da violação dos direitos humanos no cenário mundial.

O governo norte-americano estava esprimido entre a repressão e o *milagre econômico*, e buscava maneiras de conciliar os "dois Brasis", obliterando as atrocidades cometidas a partir da valorização dos aspectos financeiros aparentemente positivos da economia brasileira[36]. O grande desafio do governo norte-americano era afastar-se dos escândalos do autoritarismo e da tortura sem que fosse necessário romper com os benefícios do suposto *milagre econômico* brasileiro.

O *milagre econômico*, que promovia um crescimento de 10% ao ano e ocorreu entre 1968 e 1975, começou a apresentar sintomas de enfraquecimento principalmente pelo aumento nos preços de petróleo e a recessão econômica, espalhada pelo mundo[37]. O governo Médici foi mentor desse ilusório crescimento econômico que, em 1976, começava a exibir os primeiros sintomas de crise. O *milagre econômico* ludibriou temporariamente a população, e favoreceu multinacionais norte-americanas como Ford, Volkswagen, Ultragás e Supergel.

O governo dos EUA não poderia abdicar das vantagens oferecidas pela economia brasileira. As altas taxas do PIB brasileiro – que foram de 8,8% em 1970 para 14% em 1973[38]

---

36 GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 13.

37 "but the boom had ended because rising oil prices and the recent world recession have showed down the country's export oriented economy" (KANDELL, Jonathan K. Brazil regime widening state economic control. **New York Times**, 11 abr. 1976).

38 GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 132.

– faziam com que os políticos dos Estados Unidos demonstrassem maior flexibilidade às vontades do governo do Brasil. Richard Nixon, Presidente estadunidense entre 1969 e 1974, reforçava o interesse em retomar as negociações entre os países, que, anos antes, haviam entrado em *processo de revisão*[39]. O apoio de Nixon ao governo brasileiro vinha, sobretudo, por razões políticas (Chile) e econômicas (*milagre econômico*), e não devido ao desrespeito aos direitos humanos no Brasil, uma vez que o seu estilo de governar estava alinhado com as ditaduras na América Latina em geral. Por precisar do apoio do governo brasileiro, Nixon passou a redistribuir parte do plano de assistência econômica interrompido, anos antes, pelo governo norte-americano, que aplicou uma injeção monetária inicial de US$75 milhões – ainda que os Estados Unidos atravessassem uma de suas piores fases econômicas, fechando o ano de 1970 com um *déficit* comercial de US$9,8 bilhões. A ajuda do governo norte-americano ao Brasil baseava-se no conceito de *apoio seletivo*, que consistia em selecionar os investimentos que fizessem sentido e pudessem dar retorno à economia norte-americana. A ideia foi amplamente criticada pelo embaixador Charles Elbrick, pois "a assistência social não deveria obedecer estritamente à conjuntura política, mas promover a 'melhoria de vida do povo brasileiro'[40], acima de quaisquer outros interesses" [41].

De qualquer modo, a economia brasileira era sedutora e, segundo John Connally, secretário do Tesouro norte-americano, os EUA deveriam incentivar os projetos econômicos do Brasil, que finalmente havia "saído da categoria das bananas para jogar entre os grandes". Henry Kissinger, o mesmo Conselheiro de Segurança Nacional que, anos antes, havia dito que "nada de bom pode vir do hemisfério sul" [42], se tornou uma figura importante na política internacional norte-americana e apostava nas relações especiais com o Brasil.

O cenário brasileiro era propício a multinacionais como Ford, Volkswagen, Ultragás e Supergel, oferecendo facilidades e privilégios às empresas norte-americanas. William Rountree, embaixador norte-americano no Brasil entre 1970 e 1973, reconheceu que o Brasil era o 6º país no mundo que mais recebia investimentos estrangeiros.

A crescente participação do Brasil na economia mundial permitiu a entrada de importantes investimentos privados no país, que foram ironizados pela oposição por meio da figura do Brasilino. "Um dia na vida do Brasilino" foi escrito em 1961 por Paulo Guilherme

---

[39] LEACOCK, Ruth. **Requiem for Revolution**: The United States and Brazil, 1961-1969. The Kent State: University Press, 1990, p. 250.

[40] Telegrama de Elbrick encaminhado para Country Analysis and Strategy Power. 21 de janeiro de 1970, p. 5, RG59, 1970-1973, caixa 2134.

[41] Ibid.

[42] TOATS of the President and President Médici of Brazil, 07 de dezembro de 1974. The Richard Nixon Library Birthplace, Public Papers of President Nixon.

Martins e representa uma fábula nacionalista que mostra como o cotidiano do brasileiro é dominado, inteiramente, por forças imperialistas econômicas e culturais, ainda que a maioria da população ignorasse tal submissão às forças imperialistas.

Médici, visando a amenizar o aspecto escancaradamente repressivo do regime, fortaleceu os mecanismos de propaganda e órgãos de informação – como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). A propaganda governamental dispunha-se da "utilidade pública, o instrumento criador de uma atmosfera de paz, de concórdia" [43]. Diversos grupos e empresários "se utilizaram desse mecanismo para fabricar (e vender) uma imagem positiva, nova, otimista" [44]. Em um processo de ressignificação e exaltação do passado, até mesmo qualidades já *naturalmente brasileiras* – como a democracia racial, a integração nacional, a festividade e intimidade – eram classificadas como conquistas do governo Médici[45]. Ademais, o governo brasileiro recebeu ajuda, financeira e moral, das mais influentes empresas do mundo, que "fabricavam e vendiam uma imagem positiva, 'nova' e otimista do Brasil" [46].

Com frases de efeito como "Brasil: ame-o ou deixe-o", "Para frente, Brasil" e "Ninguém segura este país", a propaganda cultuava os valores morais e as relações familiares, com noções de educação e civilidade. A manipulação propagandística, com poucas colorações oficiais, visava a convencer a população quanto à grandiosidade do momento brasileiro, obliterando os temas da violência e da censura. Os militares dispuseram-se das artes, inclusive do cinema, para criar uma versão positiva do Brasil, apresentando uma "imagem mais esquemática do país, estereotipada em alguns planos clichês" [47].

De qualquer maneira, apesar das ferramentas de publicidade, existiam grupos conscientes das perversidades cometidas pelo regime, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A paulatina conscientização dos abusos cometidos pelo sistema autoritário começou a despertar reações no cenário mundial.

James Green relembra, por exemplo, que Marcos Arruda, opositor do regime que foi expulso do Brasil, organizou um protesto contra Médici em frente à Casa Branca. O fato foi publicado no Bulletin, jornal alternativo criado por brasileiros que circulava pelos Estados

---

[43] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 97.

[44] Ibid., p. 13.

[45] DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 97.

[46] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 13.

[47] PAGANOTTI, I. **Pelos olhos de um observador estrangeiro**: representações do Brasil na cobertura do correspondente Larry Rohter pelo New York Times. 2010, p. 33.

Unidos. Reconstruindo ações individuais de cidadãos norte-americanos comuns, James Green acompanha a gradativa insatisfação das camadas norte-americanas em relação à ditadura militar brasileira. Atitudes independentes como a de Niva Padilha, norte-americana que realizou pesquisas e trabalhos voluntários no Brasil, e de Jovelino Ramos, que entrou diretamente em contato com a cultura brasileira em sua vivência cotidiana rural para a elaboração de relatórios analíticos, são valorizadas pelo autor. Os manifestantes norte-americanos exerceram um papel importante nas denúncias contra as torturas e, se não chegaram a realizar ações de grande dimensão, ao menos iniciaram um processo imprescindível de conscientização.

Ademais, o governo dos Estados Unidos enfrentava uma fase de medo e instabilidade, em termos econômicos e políticos. Possivelmente pela primeira vez na história recente, o governo brasileiro "encontrava-se em uma posição bastante sólida para arriscar conflitos com os Estados Unidos" [48], principalmente pelos fatos dos norte-americanos estarem sensibilizados pela Guerra do Vietnã e pelo escândalo de Watergate, que promoveu a renúncia de Richard Nixon.

Os Estados Unidos toleravam a tortura pelo fato de precisarem do apoio do governo brasileiro, especialmente para assegurar o *aliado hemisférico* nas iniciativas contra Salvador Allende, que estavam borbulhando no Chile e representaram um dos episódios mais desafiadores da Guerra Fria. O apoio do governo brasileiro era fundamental, uma vez que a situação da América Latina – e especialmente do Chile – era preocupante. Além disso, Peru e Bolívia estavam governados por generais nacionalistas, e, no Uruguai, o terrorismo Tupamaro indicava o prelúdio de um governo de esquerda.

1.11 ESMORECIMENTO DAS RELAÇÕES

"O paulatino esfriamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos não decorreu preponderantemente de opções brasileiras [...], mas das imposições da conjuntura internacional e dos interesses norte-americanos, cujos decisores diminuíram a assistência econômica, estabeleceram restrições comerciais e logo se mostraram preocupados com o endividamento brasileiro - além da questão política da tortura".

Carlos Fico, *O Grande Irmão*

[48] Telegrama da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado norte-americano.

Apesar das ferramentas de publicidade, o cenário foi-se modificando aos poucos. O Brasil sofria desencanto gradual, tão lento quanto "a evolução da opinião da sociedade brasileira" [49]. As eleições de 1974 dividiram o regime ditatorial em dois partidos – a Arena e o MDB –, e indicaram o início da mudança na opinião pública, que estava em processo de desapontamento frente aos sucessivos atos institucionais. Gaspari resumiu a situação ao redigir que "o resultado da eleição de 1974 encurralou a ditadura" [50].

A partir de então, o *milagre econômico* passou a ser questionado e evidenciavam-se as primeiras consequências das dívidas externas acumuladas durante o período de ilusório enriquecimento. O Brasil foi classificado como o maior tomador de empréstimos do BIRD, BID e Eximbank. O engrandecimento repentino e a falta de planejamento acarretaram em uma imensidão de dívidas externas, que ocasionou o aumento das disparidades sociais, cujas consequências começavam a aparecer.

Ademais, o momento registrou uma série de dificuldades comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos, especialmente em torno da navegação e das rotas aéreas. O Brasil estava cometendo uma série de retaliações contra o comércio estadunidense, sendo que um dos episódios mais marcantes foi à recusa da compra de trigo norte-americano *até que a questão dos têxteis fosse resolvida*[51]. Os empresários norte-americanos estavam desencantados com o suposto milagre econômico e insatisfeitos com o protecionismo excessivo do governo brasileiro nas negociações, que funcionavam de maneira contrária à linhagem econômica estadunidense, que pactuava com os princípios do livre-comércio.

Mesmo com a economia em queda, o Brasil impunha barreira às negociações com os Estados Unidos, inclusive em questões que envolviam o petróleo. Na mesma época, o Choque do Petróleo repercutiu mundialmente e também acabou por gerar sequelas no relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos.

O posicionamento de Ernesto Geisel, Presidente brasileiro entre 1974 e 1979, foi ainda mais determinante para o afastamento dos países. Diferentemente de Médici, Geisel assumiu a presidência durante uma ebulição de protestos e críticas. "Com uma antiga e expressa má vontade contra a natureza 'imperialista' do governo dos Estados Unidos" [52], Geisel criticava o posicionamento do Presidente norte-americano Nixon: "ele está cheio de petróleo, resolve dar armas e bilhões de dólares para Israel. E o resto do mundo que se

---

[49] GREEN, James. In: TAVARES, Camilo. **O Dia que Durou 21 anos**. Documentário, Brasil, 01:20.
[50] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 97.
[51] COUNTRY Analysis and Strategy Paper. 19 de janeiro de 1971, p. 9 e 11; p. 59, 1970-1973, caixa 2135.
[52] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 366.

fomente? O japonês que se arrase, o Brasil que se esbandalhe?" [53]. As relações entre os Estados Unidos e o Brasil estavam visivelmente abaladas e, conforme exposto no Capítulo 3, o *New York Times* acompanhou esse movimento.

Ademais, politicamente, o suicídio de Salvador Allende no Chile[54], em setembro de 1973, eliminou a preocupação do governo norte-americano quanto à necessidade do *apoio hemisférico* do Brasil.

A firmação do *Acordo Nuclear entre o Brasil e a Alemanha*, em 1975, foi outro fator crítico e ocasionou mais desgaste no relacionamento entre os dois países. O acordo nuclear Brasil-Alemanha, que interessava aos militares brasileiros pelo domínio da produção de urânio enriquecido, interrompeu a compra das usinas nucleares da empresa norte-americana Westinghouse. Mesmo acreditando na ineficácia da tecnologia alemã, Eric Friedklin, fictício ex-agente da CIA na América do Sul, relatou a preocupação norte-americana sobre a questão nuclear e o início do questionamento em lidar com regimes excessivamente fechados.

"É preciso ficar entendido que o fato de uma nação negar a seu povo
Os direitos humanos básicos influenciará a atitude
de nosso povo em relação ao governo desse país".
Jimmy Carter
Elio Gaspari, *A Ditadura Encurralada*

Durante a euforia da assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, surgia, nos Estados Unidos, um novo candidato à presidência: Jimmy Carter (1977-1981), que já havia apoiado a campanha de Andrew Young, amigo de Martin Luther King, para a eleição do primeiro deputado negro eleito no Sul desde 1870. O tema dos direitos humanos tornou-se tópico central de suas campanhas eleitorais e, em debates políticos televisivos, o candidato à presidência norte-americana acusava o partido da oposição, Partido Republicano, de apoiar as ditaduras vigentes no Brasil e no Chile.

Ao ser eleito, em 1976, Carter enviou ao Brasil sua esposa, Rosalynn Carter, que interrogou o presidente brasileiro Ernesto Geisel sobre a ocorrência de torturas, causando um clima de desconforto aos defensores do regime militar. Autoridades do governo e da imprensa insistiam em alegar que "o Presidente brasileiro não admitia torturas", negando

---

[53] Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 10 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

[54] FOLHA DE S. PAULO, 19 jul. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/945672-exame-comprova-que-salvador-allende-se-matou-em-1973.shtml>. Acesso em: 15 mai. 2012.

veementemente as acusações[55]. O tema foi uma das matérias de capa do NYT, conforme exposto no Capítulo 3.

James Green assinala que, com a ascensão de Jimmy Carter ao poder, "de uma hora para outra os professores que batalhavam contra a tortura brasileira estavam na Casa Branca"[56]. Os excessos autoritários do governo brasileiro, o descontentamento dos poderosos norte-americanos quanto à postura do Brasil em relação a questões econômicas, a fragilidade interna do sistema ditatorial brasileiro e a eleição de Jimmy Carter em 1976, mostravam que a ditadura brasileira estava fadada a desmoronar.

1.12 *NOTHING TO LOSE* E A DENÚNCIA DA TORTURA

"Nós não podemos continuar calados.
Se o fizéssemos, seríamos cúmplices dos autores
e dos agentes da repressão.
Pedimos aos leitores deste dossiê que ergam suas vozes conosco".
Terror in Brazil, A Dossier, Livro II

O desmantelamento do regime ditatorial iniciou-se com a descoberta de quão ilusória era a ideia de *Brasil Grande* propagada pelo *milagre econômico*. Enquanto as superpotências recalculavam as suas taxas de crescimento, Delfim Netto insistia em negar o cenário caótico, afirmando que "a visão apocalíptica é um produto da ignorância histórica" [57].

Sem os benefícios do *milagre econômico* e com as disparidades entre os países acentuadas nos últimos anos, os Estados Unidos não tinham mais motivos para omitir a brutalidade do regime brasileiro, que deteriorava a imagem do país norte-americano no cenário internacional. O governo estadunidense iniciava uma batalha para resgatar a sua reputação no cenário internacional, desvinculando-a de regimes totalitários.

Os três principais jornais dos Estados Unidos, França e Inglaterra – *New York Times*, *Le Monde* e *The Times* – criticaram a proximidade dos Estados Unidos com os países envolvidos com a violação dos direitos humanos, como Brasil, Grécia, Haiti, Portugal, África

---

[55] ALMEIDA, Maria Fernanda. **Veja Sob Censura**: 1968-1976. São Paulo: Jaboticaba, 2009, p. 108.
[56] GREEN, James. **Apesar de vocês**: a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 538.
[57] ALMEIDA, Maria Fernanda. **Veja Sob Censura**: 1968-1976. São Paulo: Jaboticaba, 2009, p. 70.

do Sul e Rodésia[58]. A imprensa detectava uma incongruência entre o discurso dos Estados Unidos, adepto das tradições democráticas, e o apoio aos regimes opressores da América Latina. O treinamento dos militares no Brasil a partir de técnicas oriundas dos Estados Unidos também era uma temática em pauta, embora não houvesse provas concretas de que os treinamentos realizados estivessem associados à prática da tortura no Brasil. A ideia de que "o Brasil não era um país apenas das delícias tropicais - do Carnaval, da Carmem Miranda, da Floresta Amazônica" [59] – estava cada vez mais consolidada.

Ainda que pouquíssimos norte-americanos soubessem qual era a língua oficial ou a capital do Brasil[60], o que acontece ainda hoje, James Green ressalta a importância das ações individuais despertadas nos Estados Unidos, que visavam a denunciar as violações dos direitos humanos durante o período mais crítico da ditadura militar brasileira.

Tanto Carlos Fico quanto James Green mostram o trabalho dos *brazilianists*, estudiosos norte-americanos que se engajavam em questões do Brasil e, neste caso em particular, da ditadura brasileira. Entre os principais nomes estavam Charles Wagley, Ralph Della Cava, Richard Morse e Thomas Skidmore, que publicaram manifestos contra o sistema repressor do Brasil.

Notórios especialistas em assuntos da política brasileira clamavam pela decência, principalmente em relação ao encarceramento do historiador Caio Prado Junior. Uma carta redigida pelo professor Charles Wagley reunia mais de uma centena de assinaturas contra a prisão de Caio Prado, transformando-se na maior manifestação da academia norte-americana em relação ao Brasil, e repercutindo na mídia internacional.

Pouco tempo depois, os jornais norte-americanos passaram a receber cópias do trabalho do professor Ralph Della Cava, que transcrevia as denúncias de prisioneiros e torturados. O maço de 19 folhas, intitulado *Terror in Brazil, A Dossier*, transcrevia o AI-5, trechos da Lei de Segurança Nacional e as manobras para Geisel chegar à Presidência. O documento mostrava que, entre as oscilações na intensidade da censura no período ditatorial brasileiro, o autoritarismo tornou-se mais forte com a promulgação do AI-5, um ato de firmação do regime ditatorial: "[o ato institucional número 5] dissolveu o congresso, suspendeu todas as garantias individuais [...] impôs controle sobre a impressa e deu direito à repressão para o sistema de segurança militar" [61].

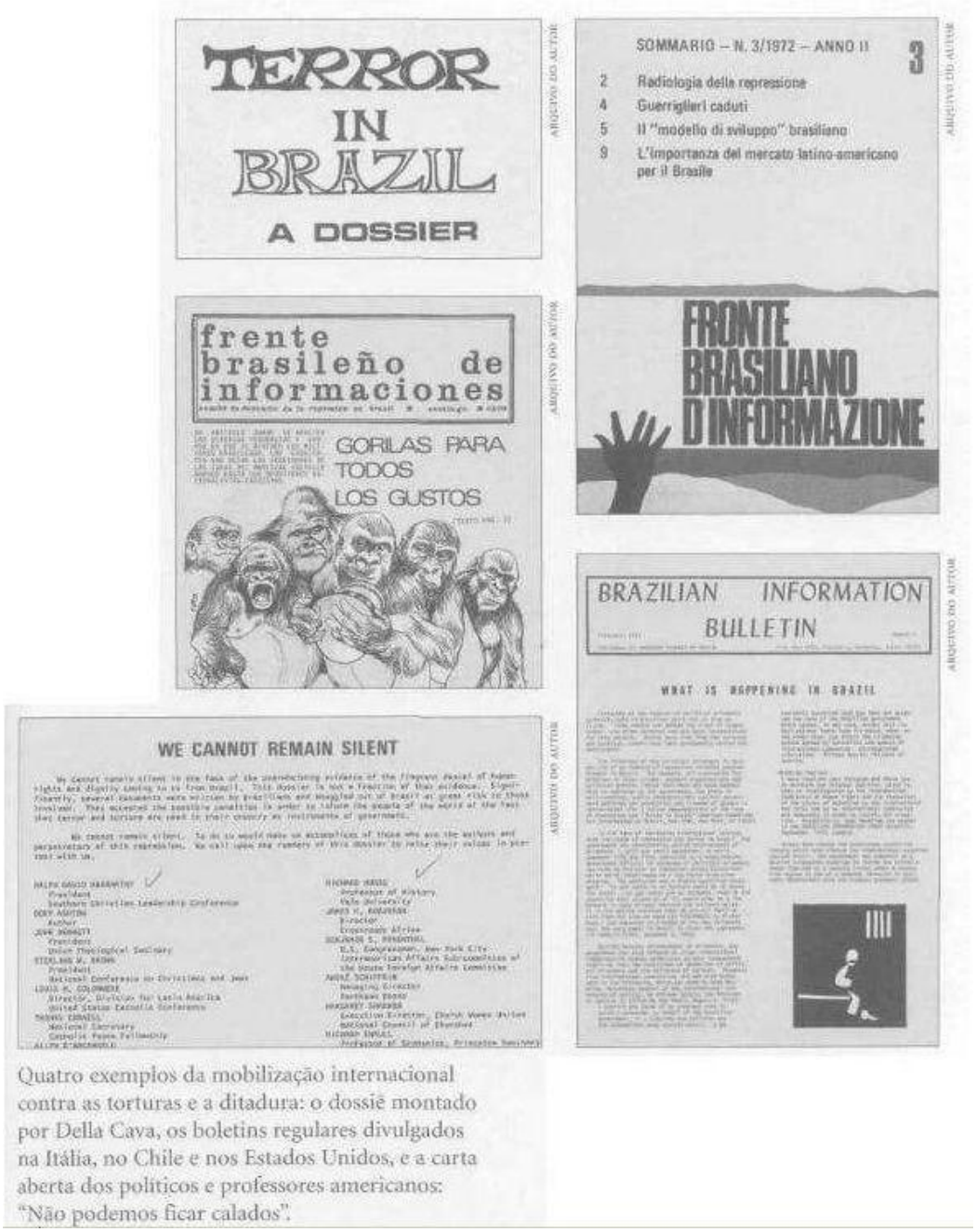
---

[58] THE WASHINGTON POST, 5 mar. 1970.

[59] GREEN, James. In: TAVARES, Camilo. **O Dia que Durou 21 anos**. Documentário, Brasil, 01:20.

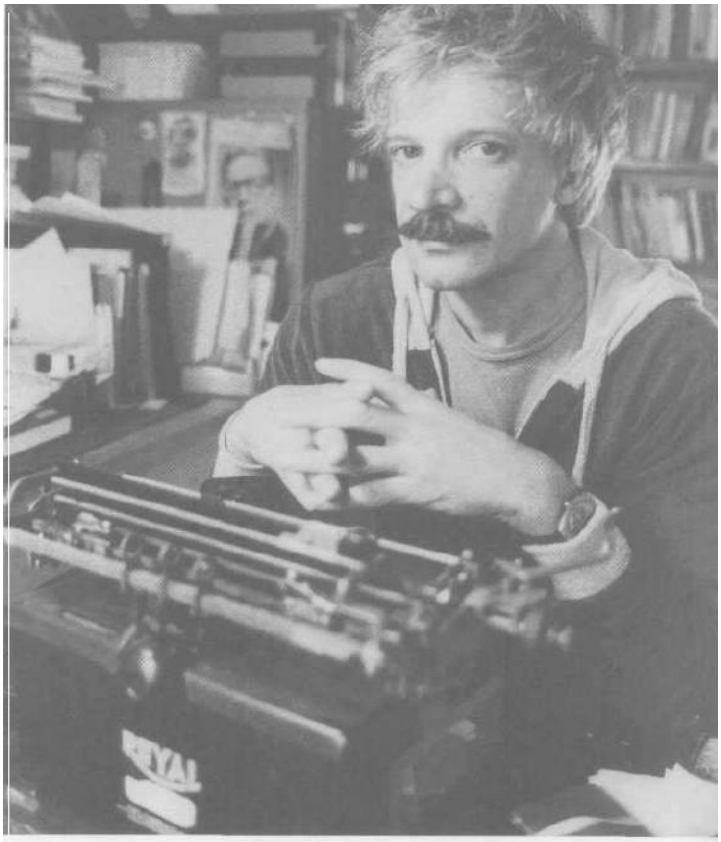
[60] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 41.

[61] GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 305.



Quatro exemplos da mobilização internacional contra as torturas e a ditadura: o dossiê montado por Della Cava, os boletins regulares divulgados na Itália, no Chile e nos Estados Unidos, e a carta aberta dos políticos e professores americanos: "Não podemos ficar calados".

Figura 3 - Documentos de protesto nos Estados Unidos
Fonte: Elio GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



O professor Ralph della Cava, da Universidade de Columbia, em Nova York, ajudou a montar a banda americana da rede de denúncia das torturas e de solidariedade aos presos brasileiros.

Figura 4 – Professor Ralph Della Cava
Fonte: Elio GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**.
São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Um grupo norte-americano, engajado na denúncia das atrocidades, criou o *Commitee Against Repression in Brazil* (CARIB)[62]. O Comitê realizou protestos importantes, contrariando a visita de Médici a Nixon, na Casa Branca, e questionando as vantagens do *milagre econômico* a partir de fotos de prisioneiros sendo torturados no pau de arara. Os grupos norte-americanos queriam mostrar ao restante do mundo que *o crescimento econômico brasileiro era robusto na mesma proporção que a democracia era débil*[63].

Em 1974, o grupo de teatro Living Theater criticou a situação brasileira por meio da arte. Simulavam, nas ruas de Nova Iorque, cenas de tortura que aconteciam no Brasil, chocando o público e servindo como instrumento de protesto e conscientização, de modo que "a indignação diante da tortura impeliu pessoas que, não fosse pelas apresentações, talvez não tivessem se sensibilizado contra a ditadura militar" [64]. Outros grupos de manifestantes

---

[62] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 18.
[63] GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 145.
[64] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 15.

estadunidenses, como o ICJ – Comissão Internacional de Juristas –, emitiram testemunhos. O ICJ redigiu um relatório de dez páginas contra as iniquidades do regime militar no Brasil. Observadores do governo norte-americano, porém, chegaram a exprimir que o relatório havia sido "um dos golpes mais fortes contra a imagem do Brasil" [65].

As críticas, antes isoladas, tornaram-se cada vez mais frequentes nos debates internacionais. O pronunciamento do AI-5 – reconhecido como "um golpe dentro do golpe" – estava nas primeiras páginas dos jornais norte-americanos. Na maioria das vezes, o regime ditatorial buscava negar ou mascarar os crimes cometidos, evitando, também, provocar ferimentos graves e cicatrizes visíveis, e inclusive atestando os casos de assassinato por torturas como "suicídios". Muitos episódios foram deturpados por médicos a favor do regime, que cediam falsos atestados de óbito para acobertar assassinatos de opositores pela ditadura militar. Um bom exemplo é o caso do médico Harry Shibata que, sem ter examinado o corpo, atestou como suicídio a morte de Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura[66]. O caso de Vladimir Herzog, em 1975, foi um dos escândalos que mais alertou a mídia internacional e despertou paixões do povo brasileiro contra a ditadura militar brasileira.

"Algo estava dolorosamente errado na terra das delícias tropicais"

James Green, Apesar de Vocês

Os responsáveis pelas atrocidades negavam as acusações, ainda mais quando discutidos por organismos internacionais, como a OEA (Organização dos Estados Americanos), mas começavam a preocupar-se em como mudar a impressão internacional.

Nos Estados Unidos, Francis Lambert, um dos responsáveis pela embaixada norte-americana em Brasília, declarou à imprensa que *métodos mais humanitários* estavam sendo implantados no Brasil[67]. Alexandre Kafka, representante brasileiro junto ao Fundo Monetário Nacional, mostrava o erro do governo brasileiro na exposição que o tornava vulnerável às críticas da imprensa. James Green acredita que a rede de denúncias, intensificada com o recrudescimento da repressão no Brasil, mobilizou o Congresso norte-americano, que passou a questionar, novamente, a continuidade da ajuda militar e financeira ao governo brasileiro.

A imprensa estadunidense começou a atacar fortemente as atrocidades cometidas pelo governo brasileiro justamente na época que Brasil e Estados Unidos enfrentavam um

---

65 Ibid., p. 289.
66 ESTADO DE S. PAULO, Caderno Sabático, S3, 4 ago. 2012.
67 GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 305.

período de tensão, oriundo de discordâncias econômicas e políticas. Entre os principais motivos da discórdia entre os países, estavam as disputas pelo petróleo, o aumento no preço da venda de armamentos, os acordos nucleares com a Alemanha e as relações aduaneiras desvantajosas aos EUA. A conjuntura dos fatores fazia com que os governantes dos Estados Unidos ficassem muito mais exigentes e avessos às práticas ocorridas no Brasil, e a imprensa norte-americana acompanhou esse movimento ostensivo. Assim, embora o governo estadunidense tentasse passar a impressão de que se voltou contra o Brasil devido à questão dos direitos humanos, na verdade o conflito partia de um contexto maior, que envolvia também questões políticas e econômicas.

De qualquer forma, é verdade que a postura humanista de Jimmy Carter foi um fator importante na melhoria no relacionamento entre os países, e um incentivo decisivo para o retorno às práticas democráticas no Brasil. Apesar da crise diplomática Brasil - Estados Unidos em 1977, a presença de Carter no processo de reabertura democrática contribuiu significativamente com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, que revogou o AI-5.

Com o incentivo de Carter e a pressão internacional em relação à questão dos direitos humanos, incitou-se a abertura gradual rumo à democracia no Brasil, iniciada por Geisel e consolidada por João Figueiredo[68]. Em 1979, finalmente, a prática das atrocidades respaldadas pelo AI-5, que incluía as torturas contra prisioneiros políticos, estava proibida.

O jornalista Warren Hoge escreveu, em setembro de 1979, um artigo no *NYT* sobre os brasileiros exilados que voltaram para o país a partir da promulgação da Lei da Anistia. A matéria mostra o pavor dos prisioneiros, que denunciaram práticas como choques e queimaduras, e as injustiças cometidas contra inocentes que estavam presos há anos. Quase uma década depois, a Constituição de 1988 foi promulgada, estipulando, finalmente, a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Considerando todo o arco temporal entre 1964 e 1985, é válido notar que, durante todo o período, o envolvimento entre o Brasil e os Estados se estabeleceu por meio de negociações e ajustes de interesses. De acordo com James Green e Carlos Fico, o enfraquecimento ou fortalecimento das relações entre os países não dependia unicamente do recrudescimento das práticas repressivas no Brasil, ideia que o governo estadunidense tentou disseminar. As oscilações no relacionamento entre os países ocorreram devido a um conjunto

---

[68] GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 97.

de fatores, que envolviam direitos humanos, mas principalmente questões políticas, econômicas e jogos de interesses complexos.

2 *Sobre o NEW YORK TIMES*

Fundado em 18 de setembro de 1851 pelo jornalista e político Henry Jarvis Raymond e pelo banqueiro George Jones, o veículo de comunicação tinha como público-alvo, principalmente, a parcela mais intelectualizada dos nova-iorquinos[69]. Henry Raymond foi deputado estadual pelo partido Whig, uma vertente política que originou o partido republicano, embora não haja indícios de que o jornal tenha sido fundado com objetivos vinculados à política.

Ao ser fundado, o jornal assumia uma postura mais conservadora em relação a outros meios jornalísticos de Nova Iorque. Além disso, Henry Jarvis Raymond acreditou ser necessário produzir um jornal "com o distanciamento e a calma que o caracterizariam ao longo do século seguinte" [70].

Com a nova administração, a tiragem do jornal subiu de 10.000 exemplares, em 1851, para 40.000 em menos de dez anos. Primeiramente chamado *New-York Daily Times*, o jornal expandiu a sua zona de influência durante os períodos turbulentos da história norte-americana, especialmente na Guerra de Secessão (1861-1865), quando ampliou a frequência da circulação, sendo distribuído inclusive aos domingos.

Mesmo com os episódios isolados de sucesso, os fundadores do NYT não tinham visão administrativa, e o jornal sofria prejuízos que ultrapassavam US$1.000 diários, de modo que terminou o século XIX com um enorme *deficit* – cerca de US$300.000[71]. No ápice da crise financeira e com a morte de Henry Raymond, em 1896, o veículo de comunicação foi vendido por um baixíssimo valor – cerca de US$ 75.000 – a Adolph Simon Ochs, que já era proprietário do jornal *Chattanooga Dispatch* [72]. Neste período, criou-se o slogan "All the news that's fit to print" ("todas as notícias dignas de se publicar") que é, até hoje, exibido nas primeiras páginas do New York Times.

---

[69] HESS, John. **My Times:** A Memoir of Dissent. Seven Stories Press, 2003.
[70] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 159.
[71] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 170.
[72] HESS, John. **My Times**: A Memoir of Dissent. Seven Stories Press, 2003.

Com a nova administração e uma abordagem menos sensacionalista, o jornal ampliou o seu raio de influência na sociedade norte-americana. A marca de Adolph Ochs foi separar o conteúdo opinativo da informação propriamente dita, de modo que o *New York Times* foi "transformado em um jornal de notícias, em vez de uma gazeta de opiniões, uma plataforma para as estrelas das letras, um defensor dos oprimidos, ou um cruzador das reformas políticas e sociais" [73].

Ochs prezava pela veracidade das informações e tinha conhecimentos econômicos suficientes para resgatar o jornal da crise financeira. Apesar da falta de recursos para a cobertura da guerra hispano-americana, em 1898, a diminuição do preço do jornal de três para um centavo fez com que o público passasse a perceber o valor dos jornais mais baratos. Porém, Adolph Ochs não era isento a críticas. Houve fortes julgamentos sobre a separação entre as notícias e as seções de opinião, uma vez que as colunas noticiosas foram apresentadas de modo tão objetivo a ponto de se tornarem inexpressivas.

De qualquer forma, a influência do *Times* no cenário mundial aumentou consideravelmente, sendo reconhecida pela maioria da população norte-americana. A cobertura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) proporcionou ao impresso, em 1918, o prêmio Pulitzer[74], vinculado à excelência na área de jornalismo. Ademais, nessa época, o *New York Times* publicou, exclusivamente, o Tratado de Versalhes em oito páginas. Neste período, Ochs vendeu mais de 300.000 exemplares diários, e mais de 500.000 aos domingos, ainda que tenha aumentado novamente o valor do jornal para conseguir arcar financeiramente com as coberturas dos conflitos europeus. O jornal, assim como os Estados Unidos, "cresceu durante as duas guerras, estava comprometido com o capitalismo e, com frequência, o que era ruim para o país era igualmente ruim para o *Times*" [75].

Ainda que Adolph Ochs tenha morrido em 1935, "boa parte de seu espírito e de seu caráter permaneceu viva, representada na direção da empresa pelos descendentes que o sucederam" [76]. Ao falecer, foi homenageado por Franklin Roosevelt, o que pode insinuar a ligação da instituição jornalística com os poderosos norte-americanos. Alguns estudiosos, como Walter Lippman, consideram a proximidade entre o governo e a imprensa "a perdição do jornalismo" [77].

---

[73] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 06.

[75] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 171.
[76] Ibid., p. 11.
[77] Ibid., p. 202.

A dinastia Ochs continuou por anos, e perdura até a atualidade. De 1935 a 1963, Arthur Hays Ochs, o marido da filha única de Adolph Ochs, assumiu a liderança do jornal. Em 1963, Arthur Ochs Sulzberger, filho do casal, virou o líder representante da instituição familiar mais importante dos EUA, o *New York Times*. Ochs Sulzberger dirigiu o jornal brilhantemente por 34 anos, fazendo com que, entre 1963 e 1997, o *Times* ganhasse 31 prêmios Pulitzer [78].

Nos anos 1990, Ochs Sulzberger entregou o jornal ao seu filho, Arthur Ochs Sulzberger Jr., primeiramente como editor, em 1992, e posteriormente como diretor, em 1997. Arthur Sulzberger Jr. permanece como principal comandante do jornal até hoje, representando a instituição jornalística que é "distribuída de costa a costa do país, e se tornou o coração de uma diversificada operação de mídia multibilionária, que veio a abranger jornais, revistas, televisão e estações de rádio e empreendimentos online, a The New York Company" [79].

2.1 A INFLUÊNCIA DO *NEW YORK TIMES*

Conquistando respeito e, consequentemente, uma posição privilegiada na sociedade norte-americana, o *New York Times* exerceu e continua emanando significativa influência política.

Ademais, as principais notícias do último século foram divulgadas pelo impresso, algumas vezes influenciando diretamente no percurso da história. Pioneiro, foi o primeiro veículo de comunicação a revelar que a Alemanha nazista e a Itália fascista ajudaram o general Franco no decorrer da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) [80].

A omissão de algumas matérias por opção do próprio jornal também podem ter afetado a história. Um exemplo relevante de omissão ocorreu em 1961, quando a CIA planejou invadir a Baía dos Porcos, em Cuba. Após o desastre da operação, o Presidente John F. Kennedy afirmou que, se o jornal tivesse publicado a informação, teria evitado "um erro colossal" do governo norte-americano[81]. O comandante principal do jornal nesta época foi

---

[78] COELHO, Luciana. Morre o ex-presidente do 'New York Times'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 set. 2012. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/69176-morre-o-ex-presidente-do-new-york-times.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2013.

[79] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 173.

[80] BASILE, Juliano. **Adaptação do Jornalismo em tempo de novas tecnologias**. Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação. Programa de Pós-Graduação, fev. 2009.

[81] MOLINA, Matias M. **Os melhores jornais do mundo**. São Paulo: Globo Editora, p. 142.

Orvil Dryfoos, que permaneceu no comando do NYT durante apenas dois anos, de 1961 a 1963.

Neste mesmo tema, Elio Gaspari evidencia que uma matéria paga foi divulgada pelo *NYT* contra a intervenção do governo norte-americano em Cuba, levantando suspeitas de que a mídia estadunidense vinha publicando notícias tendenciosas sobre a Revolução Cubana. Gaspari mostrou, também, que as matérias enviadas pelo correspondente internacional em Moscou, no contexto da Guerra Fria, eram censuradas pelo governo soviético. Ainda assim, o jornal não divulgou essa informação aos leitores, pois assumir que a notícia havia sido censurada pelos comunistas diminuiria a imagem de independência jornalística, além de questionar o poderio norte-americano diante dos soviéticos.

Por outro lado, o mesmo *New York Times* que omitiu informações a partir de solicitações do governo, também se levantou contra as autoridades ao afirmar que divulgaria documentos secretos da Guerra do Vietnã. Preventivamente, o governo recorreu à Justiça contra o NYT no episódio que ficou conhecido como "The Pentagon Pappers" [82]. Ao mesmo tempo, Gaspari mostra que Lyndon Johnson, vice-presidente que assumiu o cargo presidencial dos Estados Unidos após o assassinato de John Kennedy, em 1963, fazia contatos telefônicos diretamente com o comandante do jornal[83].

O posicionamento do jornal, por muitas vezes contraditório, foi reforçado por Gay Talese em *Reino e Poder*. De acordo com o autor, "apesar de seu tamanho, o Times era uma monstruosidade delicada e sensível, cheia de contradições" [84] e, assim como outras empresas grandes, era vulnerável ao erro e a fraudes internas. Em 2003, o jornal enfrentou questionamentos sobre a sua legitimidade devido às falácias do correspondente internacional Jayson Blair, até hoje citadas nas cartas de opinião de seus leitores.

Mesmo que o jornal apresente incongruências em seus discursos e posicionamentos, ainda hoje o *New York Times* detém grande poder na mídia internacional. As notícias veiculadas pelo *NYT* têm longo alcance e forte influência, tornando possível o questionamento se "se são as pessoas que fazem as notícias ou vice-versa" [85].

2.2 A CRISE E A RECUPERAÇÃO DO *NEW YORK TIMES* A PARTIR DOS MEIOS TECNOLÓGICOS

---

[82] Ibid., p. 132.

[83] SAAD, Elizabeth. **Estratégias para a mídia digital, internet, informação e comunicação**. São Paulo: Senac-SP, 2003.

[84] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 215.

[85] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 13.

A crise de 2008, que começou nos EUA e teve repercussão internacional, agravou um declínio que já estava em andamento no *New York Times*. Em 2011, o influente jornal norte-americano estava imerso em dívidas que atingiam US$1,1 bilhão[86], ocasionadas, entre outros fatores, devido a problemas de má administração.

Ainda que suas páginas tenham passado por uma reforma gráfica, adotando um tamanho compacto para atrair leitores mais jovens, o período de crise também esteve associado à supervalorização das mídias eletrônicas em relação ao jornal impresso. O *NYT* recusou propostas para atuar na televisão - uma vez isso desviaria do seu *core business* (ramo de negócios), como afirmou Clurman[87] -, porém a revolução tecnológica o obrigou a adaptar-se ao meio digital. Na era digital, *sites* independentes e *blogs*, como Huffington Post, assumem concorrência direta com o *New York Times*.

A criação do *site* www.nytimes.com, em 1996, aumentou o poder de influência do jornal, possibilitando que uma quantidade maior de pessoas tenha acesso às notícias. O endereço eletrônico do *New York Times* superou a esfera da mera reprodução dos textos impressos e tornou-se uma referência de conteúdo da Internet, sendo atualmente o quinto portal de notícias mais visitado da web no mundo, com aproximadamente 20 milhões de acessos por usuários únicos[88].

A partir de uma cobrança de US$35 mensais, os assinantes têm acesso ilimitado ao jornal *online* e aos aplicativos para celulares. Os leitores menos assíduos podem consultar dez artigos por mês de forma gratuita. Tais medidas promoveram a superação no centro de custos do jornal, que foi ainda mais eficaz devido à diversificação de produtos no meio digital – como, por exemplo, possibilitar o envio de notícias via celular, a publicação de informações nas redes sociais ou ainda a execução de aplicativos dinâmicos disponíveis no *site*.

A interatividade das mídias permite o aprofundamento dos temas abordados pelo jornal através da disponibilização de ferramentas não presentes no meio impresso. Imagens, textos e sons reúnem-se, proporcionando ao leitor uma participação ativa com o conteúdo de informação. A notícia *online* permite que o leitor/usuário esteja interagindo diretamente com o processo jornalístico.

Ademais, ao disponibilizar o conteúdo via internet em 1996, as notícias transmitidas pelo *New York Times* passaram a ser instantâneas, permitindo que as informações cheguem

---

86 THE NEW YORK TIMES COMPANY. Disponível em: < http://www.nytco.com/>. Acesso em: 2 jul. 2013.

87 CLURMAN, Richard M. **Até o Fim da *Time*** – Sedução e Conquista de um Império da Mídia, p. 391.

88 PÉREZ-PEÑA, Richard. The Times to Charge for Frequent Access to Its Web Site. **The New York Times**, 20 jan. 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/01/21/business/media/21times.html>. Acesso em: 02 out. 2013

rapidamente não apenas nos arredores da Eighth Avenue, onde está localizado o prédio do jornal, como também às outras regiões do mundo em igual velocidade. A internet ajudou o *NYT* a recuperar-se da crise, fazendo com que, em 2013, o *New York Times* se convertesse no segundo jornal mais lido nos Estados Unidos, com mais de um milhão de leitores, perdendo apenas para o Wall Street Journal. Este número foi impulsionado pelos 325 mil novos leitores digitais que assinaram, desde 2011, a versão *online* paga do *NYT*.

O jornal "desempenha papel crucial na formação da opinião pública nos EUA" [89] e é frequentemente citado por outras mídias, o que, segundo a obra *Os Melhores Jornais do Mundo*, indica o sucesso e o poder de influência de um jornal. Suas páginas inspiram as temáticas a serem abordadas em outros jornais e até em outros meios de comunicação, como o rádio e a televisão. No passado e ainda hoje, o *Times* é considerado, por alguns comentadores, "uma Bíblia, surgindo a cada manhã com uma visão da vida que milhares de leitores aceitam como se fosse a verdade". [90]

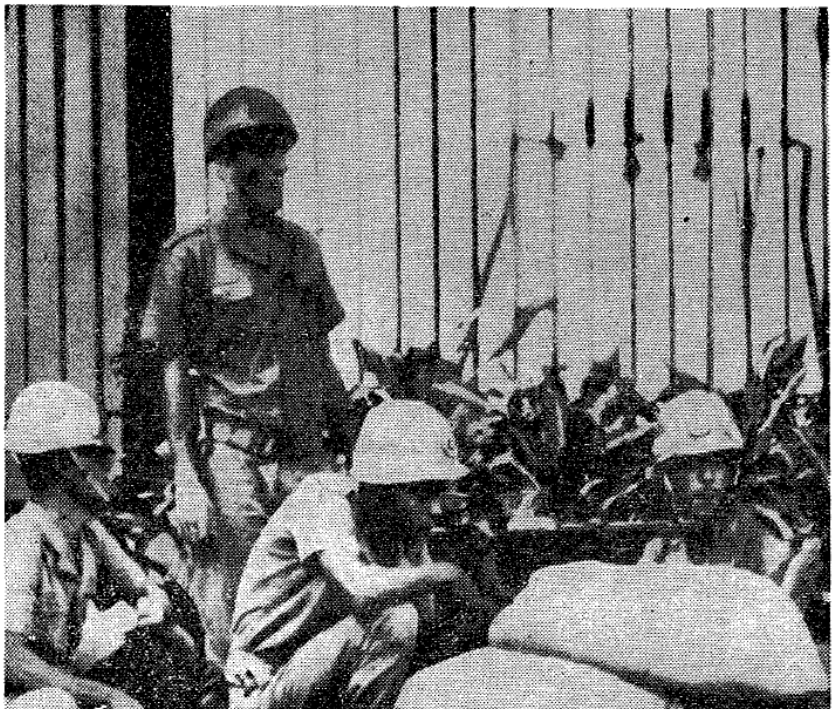
O *New York Times* é impresso em mais de 20 pontos dos Estados Unidos e, apenas no período entre outubro de 2012 a março de 2013, apresentou circulação média de 1,87 milhão de exemplares por dia. E é exatamente por esse poder de influência e papel como formador de opiniões que se torna importante que pesquisadores de todo mundo analisem a veracidade e as intenções das notícias divulgadas pelo *NYT*.

---

[89] MOLINA, Matias M. **Os melhores jornais do mundo**. São Paulo: Globo, p. 34.
[90] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 19.

3 ALGUMAS MATÉRIAS SELECIONADAS

Após o estudo dos acontecimentos históricos de 1964 a 1985 que envolvem o relacionamento entre Brasil e os Estados Unidos (Capítulo 1) e acompanham a trajetória do New York Times (Capítulo 2), o terceiro capítulo da dissertação tem a função de analisar as publicações jornalísticas que abordam o relacionamento entre os Estados Unidos e o Brasil nas primeiras páginas do *New York Times* no período ditatorial brasileiro. Abaixo, encontra-se um exemplo de notícia de capa sobre o Brasil no *New York Times*:



MILITARY REGION IN BRAZIL REBELS AGAINST GOULART

General Proclaims City 80 Miles North of Rio to Be 'Revolutionary Capital'

REGIME SENDING TROOPS

Loyal Force Dispatched to Insurgent Town—Union Strikes 2 Railroads

Special to The New York Times

RIO DE JANEIRO, Wednesday, April 1—An Army revolt against President João Goulart's

Figura 5 – Exemplo de matéria de capa sobre o Brasil no New York Times

A triagem para as matérias que seriam analisadas considerou os seguintes critérios:

a) Estar na capa (primeira página) do New York Times entre 1964 e 1985;

b) Estar inserida no tema política ou cultura, dentre os diversos subtemas possíveis:

(1) política,

(2) economia,

(3) cultura,

(4) esportes,

(5) religião,

(6) cotidiano,

(7) ciência/tecnologia e

(8) geral/outros;

c) Ter como principal assunto o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos (conferir em "Anexos", na parte final da dissertação, na coluna "Subtemas").

Após a filtragem descrita acima, totalizaram-se 25 matérias, que foram analisadas de modo individual. A fonte comparativa para as análises são as informações históricas oferecidas no Capítulo 1.

As 25 publicações estão distribuídas entre 1964 e 1985, cobrindo todo o arco temporal da ditadura militar no Brasil. A análise das matérias distribuídas nos 21 anos da ditadura militar tem por objetivo propiciar uma visão geral sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos durante o período ditatorial brasileiro.

Os 25 artigos que se encaixam nos critérios citados estão listados abaixo:

1) **Washington apoia a causa brasileira** (*Washington Sympathetic To Brazilian Rebel Cause*), Max Frankel, 02 de abril de 1964.
2) **Washington envia saudações calorosas ao novo líder brasileiro** (*Washington Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader)*, Article, 02 de abril de 1964.
3) **Caça aos comunistas no Brasil** (*Leaders of Coup Press for Purge of Brazil's Reds*), Edward Burks, 03 de abril de 1964.
4) **Presidente brasileiro toma novos poderes e erradica os partidos** (*Brazil president takes new powers and ends parties*), Article, 28 de outubro de 1965.
5) **Três estudantes mortos em protestos** (*3 killed in Brazil in student rioting*), United Press International, 22 de junho de 1968.
6) **Presidente do Brasil toma poderes emergenciais** (*Brazil's President Takes Wide Emergency Powers*), Article, 14 de dezembro de 1968.
7) **Embaixador norte-americano é sequestrado por homens armados** (*Gunmen kidnap U.S. Envoy in Brazil*), Joseph Novitski, 05 de setembro de 1969.
8) **15 prisioneiros políticos enviados do Brasil para o México para libertação do embaixador norte-americano**, (*Brazil flying 15 to Mexico to win envoy's release*), Joseph Novitski, 06 de setembro de 1969.
9) **Embaixador norte-americano é libertado sem ferimentos no Rio de Janeiro** (*Kidnapped envoy is freed unhurt in Rio de Janeiro*), Joseph Novitski, 07 de setembro de 1969.
10) **Rockefeller abre o parlamento no Brasil** (*Rockefeller opens parleys in Brazil*), Juan de Onis, 17 de junho de 1969.
11) **Repressão contínua é questionada no Brasil** (*Continuing repression is questioned in Brazil*), Joseph Novitski, 06 de abril de 1971.

12) **Outro general é escolhido como próximo líder do Brasil** (*Another general chosen as Brazil's next leader*), Article, 19 de junho de 1973.
13) **Regime do Brasil aumenta o controle estatal da economia** (*Brazil regime widening state economic control*), Jonathan K. Kandell, 11 de abril de 1976.
14) **Brasil cancela o contrato de ajuda militar devido ao relatório norte-americano sobre os direitos humanos** (*Brazil cancels military aid treaty over U.S. report on Human Rights*), Associated Press, 12 de março de 1977.
15) **Brasil não aceita sugestões dos EUA sobre o acordo nuclear** (*Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb*), Jonathan Kandell, 28 de março de 1977.
16) **Bonn envia ao Brasil equipamento nuclear** (*Bonn to send Brazil nuclear equipment*), Craig R. Whitney, 09 de abril de 1977.
17) **Carter e a campanha eleitoral cheia de promessas** (*Carter with a long list of campaign promise*), Charles Mohr, 15 de novembro de 1976.
18) **Exército brasileiro mostra as suas garras** (*Brazilian Army Tightening its grip*), Jonathan Kandell, 15 de abril de 1977.
19) **EUA diz que a maioria das terras que recebem ajuda financeira estão abusando dos direitos humanos** (*U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights*), Bernard Gwertzman, 13 de março de 1977.
20) **Rosalynn Carter e os atentados contra dois norte-americanos** (*Mrs. Carter told by 2 Americans of Brazil ordeal*), Laura Foreman, 09 de junho de 1977.
21) **Carter, em Brasília, reforça questão dos direitos humanos** (*Carter, in Brasilia, raises human rights*), Terence Smith, 30 de março de 1978.
22) **Encontros de Carter com os brasileiros parecem reduzir a tensão entre os países, apesar das falhas** (*Carter's meetings with Brazilians seem to cut tension despite rifts*), Terence Smith, 31 de março de 1978.
23) **Reagan começa o seu *tour* pelo cordial Brasil** (*Reagan begin his Latin tour in cordial Brazil*), Warren Hoge, 01 de dezembro de 1982.
24) **Presidente norte-americano irá emprestar US$1,2 bilhão para o Brasil** (*President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan*), Steven R. Weisman, 02 de dezembro de 1982.
25) **Líder da oposição ganha as eleições no Brasil** (*Opposition Leader Wins Brazil Vote*), Alan Riding, 16 de janeiro de 1985.

Em seguida, reuniu-se as notícias com conteúdo semelhantes, formando blocos que representam as diferentes fases do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos durante os 21 anos da ditadura militar brasileira.

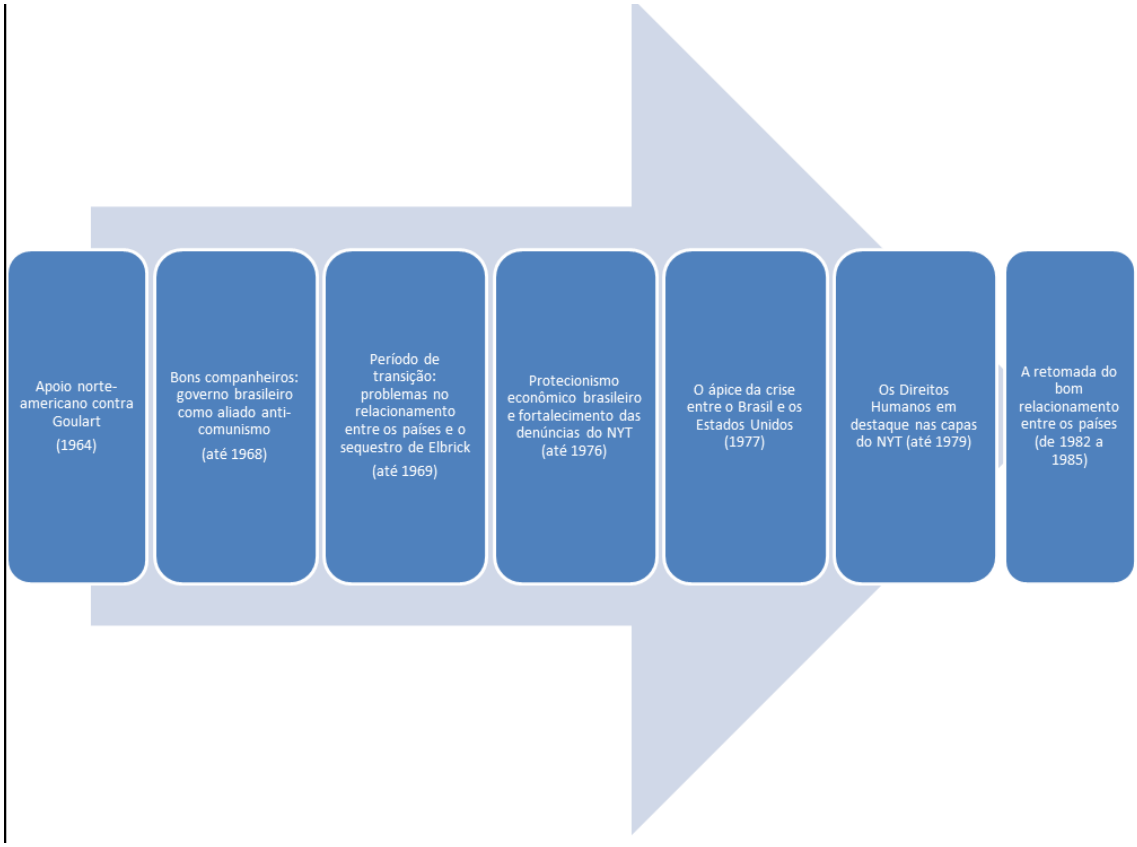


Figura 6 - Caminho do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos de 1964 a 1985.
Fonte: Elaborada pela autora.

- **Apoio norte-americano contra Goulart** (1- Washington Sympathetic To Brazilian Rebel Cause e 2- Washington Sends ‘Warmest’ Wishes To Brazil’s Leader);
- **Bons companheiros: governo brasileiro como aliado anticomunista** (3- Leaders of Coup Press for Purge of Brazil’s Reds, 4- Brazil president takes new powers and ends parties, 5- Three killed in Brazil in student rioting);
- **Período de transição: problemas no relacionamento entre os países e o sequestro de Elbrick** (6- Brazil’s President Takes Wide Emergency Powers, 7-Gunmen kidnap U.S. Envoy in Brazil, 8- Brazil flying 15 to Mexico to win envoy’s release, 9- Kidnapped envoy is freed unhurt in Rio de Janeiro);
- **Protecionismo econômico brasileiro e fortalecimento das denúncias do NYT**: (10- Rockefeller opens parleys in Brazil, 11- Continuing repression is questioned in Brazil, 12- Another general chosen as Brazil’s next leader, 13- Brazil regime widening state economic control)

- **Ápice da crise entre o Brasil e os Estados Unidos** (14- Brazil cancels military aid treaty over U.S. report on Human Rights, 15- Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, 16- Bonn to send Brazil nuclear equipment)
- **Os direitos humanos em destaque nas capas do NYT** (17- Carter with a long list of campaign promise, 18- Brazilian Army Tightening its grip, 19- U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, 20- Mrs. Carter told by 2 Americans of Brazil ordeal, 21- Carter, in Brasilia, raises human rights)
- **A retomada do bom relacionamento entre os países** (22- Carter's meetings with Brazilians seem to cut tension despite rifts, 23- Reagan begin his Latin tour in cordial Brazil, 24- President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan, Opposition Leader Wins Brazil Vote)

3.1 APOIO NORTE-AMERICANO CONTRA GOULART

Artigos de capa relacionados:

Washington apoia a causa brasileira (*Washington Sympathetic To Brazilian Rebel Cause*), Max Frankel, 02 de abril de 1964.

Washington envia saudações calorosas ao novo líder brasileiro (*Washington Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader)*, Article, 02 de abril de 1964.

A matéria de Max Frankel, em 02 de abril de 1964, mostra a receptividade do governo norte-americano para a nova ordem política implantada no Brasil, embora não fosse classificada como uma ditadura. O próprio título do texto – "Washington apoia a causa brasileira" – é explícito ao mostrar a predisposição norte-americana para aceitar o golpe contra Goulart, considerado um líder de tendências esquerdistas.

A matéria mostra, também, que Goulart não reagiu ao golpe, "voando para Brasília e depois a Porto Alegre, com a esposa e os dois filhos"[91] e decepcionando as camadas da população brasileira que o apoiavam. Em um discurso consonante com as informações do jornal, Roberto Schwarz divulgou que o governo de Goulart, "apesar da vasta mobilização

[91] "Later Mr. Goulart flew from Brasilia to Porto Alegre, capital of the southern state of Rio Grande do Sul. He took with him his wife, Maria Teresa, and his two children" (BRAZILIAN Rebels Claim Victory. (Article). **New York Times**, 2 abr. 1964).

esquerdizante a que procedera, Goulart temia a luta de classes e recuou diante da possível guerra civil". O povo assistiu passivamente à troca imposta de governos[92].

A publicação de Max Frankel mostra também a importância estratégica do Brasil para a contenção do comunismo na América Latina. A principal justificativa para a tomada do governo consistia no fato de que, segundo os EUA, Goulart realizava uma administração política excessivamente vermelha no maior país latino, além de estar despreparado para governar o país, levando-o ao colapso econômico[93], com descontrole da inflação e débitos orçamentários[94].

Segundo a publicação de 2 de abril de 1964, Goulart tinha boas intenções ao assumir um posicionamento centrista logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, mas "começou a mostrar sinais de desespero assim que a inflação quebrou a vida econômica do Brasil e o mergulhou nas dívidas" [95]. Segundo matéria de capa do jornal, os EUA acreditavam na "possibilidade de Goulart instalar um regime socialista no país em pouco tempo, dissolvendo o Congresso provavelmente no começo de março".[96] Goulart defendia temáticas que confrontavam os interesses dos militares brasileiros, dos empresários e do governo norte-americanos. Entre os temas defendidos por Goulart estava a legalização do Partido Comunista, o voto dos analfabetos, reformas de base e expropriação de terras inutilizadas. Enquanto o jornal reforçava o aspecto esquerdista de Goulart, a parcela consciente de autores no Brasil reforçava a intenção de Goulart para amenizar as discrepâncias sociais. Edmar Morel sublinhou tais ideias em "O Golpe Começou em Washington", escrito em 1966: "dos 3.374.314 proprietários, 70.000 detêm mais de 64% da área cultivável [...] eis como 70.000 fazendeiros escravizam 38.000.000 de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, sem assistência de espécie alguma, rotos e famintos, abandonados nos campos" [97]. As páginas do NYT não mostravam, por exemplo, que as intervenções contra Goulart representaram um entrave à crescente mobilização popular em direção às reformas de base, à distribuição mais justa da riqueza e à garantia dos direitos básicos de cidadania.

---

[92] MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 07.

[93] FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 ab.1964.

[94] "Mr. Goulart recently sought to postpone repayment of close to US$200.000,000 of the Brazilian foreign debt" (FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 ab.1964).

[95] "he recently began to show signs of desperation as inflation wrecked Brazil's economic life. The nation is unable to pay its foreign debts" (FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 ab.1964).

[96] "some officials were already convinced that the "proposal" to disband Congress would become fact by May" (FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 ab.1964).

[97] MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 21.

O governo militar imposto ajuda os poderosos norte-americanos a impedir o movimento do pró-comunista e, por isso, segundo a matéria, a "administração norte-americana estava silenciosa, mas não insatisfeita com as notícias sobre a deposição do Presidente do Brasil" [98]. O jornal mostra que, antes da queda de Goulart, o Presidente norte-americano, Lyndon Johnson, relatou a Mazzilli que estava preocupado com os problemas econômicos brasileiros[99], e que Goulart o desencorajava a prosseguir no financiamento dos programas de assistência econômica oferecidos ao Brasil[100].

De acordo com a matéria, o Departamento de Estado reconhecia o Brasil como a maior nação da América Latina, e optou por um silêncio inicial para que nada afetasse a disputa de poder no Rio de Janeiro[101]. A notícia enfatizava, também, que "se o governo brasileiro consolidasse sua posição, os Estados Unidos estariam pré-dispostos a aceitar o novo regime rapidamente" [102].

A matéria, que anunciava principalmente os comunicados emitidos pelo próprio governo, também oferecia informações como a ligação do governo norte-americano com Mazzilli, que assumiria a presidência três dias depois e frequentemente visitava os Estados Unidos. Ademais, o governo norte-americano declarou-se ciente da deposição de Goulart antes da mesma acontecer, uma vez que o assunto já havia sido discutido pela manhã, quando se reuniram o Presidente norte-americano, o Secretário de Defesa, Robert McNamara, e o Diretor Central de Inteligência, John A. McCone[103].

Apesar de descrever o conhecimento prévio e a rápida aceitação norte-americana ao golpe, a matéria não cita nenhuma evidência em relação ao envolvimento de Washington no apoio financeiro à eleição de políticos regionais adversários a Goulart[104] ou o

---

[98] "Administration was silent but not unhappy about the reported ouster today of President João Goulart of Brazil" (FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 ab.1964).

[99] "Mr. Johnson told Mr. Mazzilli that the United States watched with "anxiety" Brazil's economic and political difficulties" (FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 ab.1964).

[100] "major United States aid programs have been discouraged" (FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 ab.1964).

[101] "still did not want to say anything this evening that might affect the struggle for power in Rio de Janeiro" (FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 ab.1964).

[102] "If they consolidate their position, the United States is expected to recognize the new interim regime quickly" (WASHINGTON Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader. (Article). **New York Times**, 2 abr. 1964).

[103] "the revolt in Brazil was among the topics discussed this morning in a 'far-ranging' review of world affairs by the President, Secretary of Defense Robert S. McNamara and the Director of Central Intelligence, John A. McCone" (WASHINGTON Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader. (Article). **New York Times**, 2 abr. 1964).

encaminhamento da *Operação Brother Sam*, que não chegou a ser necessária, mas estava pronta para atacar. A matéria não mostra, como indicaram Carlos Fico, James Green e o documentário *O Dia que durou 21 anos*, de Camilo Tavares, que o governo dos Estados Unidos enviou uma esquadra naval apoiada por navios petroleiros, inicialmente ao porto de Santos, para atuar caso fosse necessário. A força naval da *Operação Brother Sam* era composta por porta-aviões, quatro *destroyers* e cruzadores de apoio, carregando 110 toneladas de munição[105].

A matéria omite a forte organização norte-americana, que ocorria nos bastidores, antes do golpe contra Goulart ocorrer. Também é relevante citar que o *New York Times* não descreve o momento como um *golpe militar*, mas como uma ação necessária que protegia a democracia dos inimigos vermelhos.

O jornal não divulga, por exemplo, que a queda de Goulart fez com que o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos se fortalecesse, e ocasionou o aumento da ajuda econômica norte-americana ao governo brasileiro, inclusive com um *Plano de Desenvolvimento do Nordeste*, nos qual foram oferecidos mais de US$131.000.000 em empréstimos[106].

A matéria de capa mostra também que a queda do Goulart ofereceu esperança aos investidores estrangeiros, abrindo o caminho dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional[107]. A ação política registra a publicação de capa do *New York Times*, promove o retorno ao otimismo dos negócios norte-americanos em relação ao Brasil[108]. Por fim, a matéria previa que, aparentemente, os brasileiros não tinham a intenção de implantar o comunismo[109], em um momento que o medo do comunismo era histérico, e o governo norte-americano enxergava o mundo em termos maniqueístas: "um país ou estava alinhado com os EUA ou com o comunismo" [110]. A própria imprensa brasileira comemorou a posse de

---

[105] GREEN, James Green. In: TAVARES, Camilo. Documentário "O Dia que Durou 21 anos", Brasil, 01:20.

[106] "The remainder is disbursements for the Brazilian Northeast Development Plan - a two year accord totaling US$131.000.000 - and direct but relatively small loans to state governments and privately and officially owned industrial plants" (WASHINGTON Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader. (Article). **New York Times**, 2 abr. 1964).

[107] "A main reaction was speculation that the political change would open the way to United States and the International Monetary Fund to give Brazil financial assistance" (WASHINGTON Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader. (Article). **New York Times**, 2 abr. 1964).

[108] "A revival of the optimism that has been characteristic of American business attitudes toward Brazil". (WASHINGTON Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader. (Article). **New York Times**, 2 abr. 1964).

[109] "We may be a little premature, an export executive said, but it looks as if our long convictions that Brazilians want no part of Communism are being confirmed" (WASHINGTON Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader (Article). **New York Times**, 2 abr. 1964).

[110] GREEN, James. **Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 53.

Mazzilli, como mostra o jornal *O Globo*, de 2 de abril de 1964, que, como os norte-americanos, acreditava que a queda de Goulart representava a "vitória da democracia". Um dia após o golpe, o jornal fez um pronunciamento nacionalista:

> Vive a Nação dias gloriosos [...] porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem [...] graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições 111.

FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA

EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA

TEXTO NA 6ª PAGINA

O GLOBO

Ressurge a Democracia!

CASTELO BRANCO ADVERTIRA OS COMANDOS:

As Forças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Badorno

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO"

A ASSEMBLÉIA DE PERNAMBUCO VOTOU O "IMPEACHMENT" DE ARRAES

"A Decisão da Pátria"

Figura 7 - Capa do jornal *O Globo* em 2 de abril de 1964
Fonte: Pragmatismo Político, 2013.

Em 2 de abril de 1964, outra matéria de capa foi publicada, cujo título anunciava que "Washington enviou saudações calorosas ao novo líder do Brasil". O governo norte-americano tornava explícito que o golpe contra Goulart não abalaria as relações entre Brasil e

---

111 RELEMBRE: editoria de O Globo celebra golpe militar de 1964. A história inabalável: Editorial do jornal "O Globo" de 2 de abril de 1964, celebrou o Golpe Militar. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/03/editorial-globo-celebra-golpe-militar-de-1964.html>. Acesso em: 21 jun. 2013.

Estados Unidos (mas não divulga, por exemplo, a participação ativa dos Estados Unidos no golpe e que a ação contra Goulart iria favorecer o relacionamento entre os países).

O *New York Times* não omite a existência de uma discussão sobre os líderes militares terem derrubado um governo legal[112], mas não cita novamente a ativa participação do governo norte-americano no golpe.

Thomas Mann, importante conselheiro político norte-americano do Presidente Johnson, preocupado com a natureza do regime implantado no Brasil, anunciou o desejo de avaliar os novos governos do hemisfério sul, porém sem "punir automaticamente aqueles que derrubaram regimes democráticos" [113]. O antecessor de Mann, Edwin M. Martin, acreditava que "certos líderes militares eram mais fiéis ao governo constitucional do que alguns políticos civis" [114]. Segundo a publicação, um número considerável de oficiais considerava isso verdade, especialmente no Brasil.

O Presidente norte-americano pronunciou uma mensagem clara e objetiva, que enviava "os sinceros votos para colocação como Presidente do Brasil". O jornal explicitou que Dean Rusk, e o governo norte-americano com um todo, esperava que o Brasil se opusesse aos *regimes totalitários*. Porém, a matéria não diz, que, para o governo dos Estados Unidos, *totalitário* era representado apenas por aquilo que fosse contra os seus próprios interesses.

3.2 BONS COMPANHEIROS: GOVERNO BRASILEIRO COMO ALIADO ANTICOMUNISTA

Artigos de capa relacionados:

Caça aos comunistas no Brasil (*Leaders of Coup Press for Purge of Brazil's Reds*), Edward Burks, 3 de abril de 1964.

Presidente brasileiro toma novos poderes e erradica os partidos (*Brazil president takes new powers and ends parties*), Article, 28 de outubro de 1965.

---

[112] "A recent controversy here about the merits of breaking relations with a country whose military leaders overthrow a legal Government" (SZULC, Tad. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 abr. 1964).

[113] "have indicated a desire to judge new governments in the hemisphere at the time they come to power, without automatically punishing those that overthrew democratic regimes" (SZULC, Tad. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 abr. 1964).

[114] "but even Mr. Mann's predecessor, Edwin M. Martin, once wrote that certain military leaders in Latin America were more faithful to constitutional government then some civilian politicians" (SZULC, Tad. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 abr. 1964).

Três estudantes mortos em protestos (*3 killed in Brazil in student rioting*), United Press International, 22 de junho de 1968.

O artigo de Edward Burks, três dias após o golpe contra Goulart, reforça a preocupação do governo norte-americano em reter a expansão comunista no continente latino-americano e "assegurar a paz no Brasil"[115]. A matéria ressalta uma preocupação existente nos textos de Carlos Fico e James Green. Segundo Carlos Fico, o medo de um possível efeito dominó comunista era sintetizado na frase de Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966: "Cuba se foi; para onde for o Brasil, vai o resto da América Latina". Neste sentido, os interesses do governo brasileiro e dos investidores norte-americanos estavam alinhados com os princípios dos militares brasileiros.

Apresentar características de Goulart que remetem a um governo ditatorial de esquerda é uma constante nas matérias do *NYT* durante o primeiro ano do regime militar. A matéria de Max Frankel destacava indícios de que, se Goulart não fosse derrubado, iria se engajar em mudar os arranjos constitucionais em direção a um regime autoritário de esquerda[116]. Segundo Burks, os líderes militares defendiam a completa eliminação da influência comunista, o que os fez apoiar a deposição de Goulart, considerado um ditador esquerdista[117].

Outra ideia recorrente nas matérias do NYT sobre o Brasil, em 1964, é a classificação do novo governo como constitucional e legítimo, ignorando-se o fato de que foi imposto pelos militares. Posteriormente, em "Caça aos comunistas no Brasil" (*Leaders of Coup Press for Purge of Brazil's Reds)*, anunciava-se a ascensão de Humberto de Alencar Castelo Branco ao poder, de modo que os governadores dos sete maiores estados brasileiros, incluindo Carlos Lacerda (Rio de Janeiro) e Adhemar de Barros (São Paulo), apoiaram a nomeação de Castelo Branco como Presidente até janeiro de 1966. Castelo Branco substituiria Ranieri Mazzilli, o Presidente interino, para, supostamente, preservar a democracia no Brasil. Nesta publicação, o jornal posicionava-se abertamente contra Goulart, caracterizando-o como

---

[115] "Quickly to assure nation's peace" (SZULC, Tad. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 abr. 1964).

[116] "it has been demonstrated over the last several years that the armed forces of Brazil basically are committed to constitutional government in that country and that the coup against President Goulart did not occur until there were many signs that President Goulart seemed to be moving to change the constitutional arrangements and to move toward some sort of authoritarian regime". (BURKS, Edward C. Leaders of Coup Press for Purge of Brazil's Reds, **New York Times,** 3 abr. 1964.

[117] "seeking to set himself up as a leftist dictator" (BURKS, Edward C. Leaders of Coup Press for Purge of Brazil's Reds, **New York Times,** 3 abr. 1964).

representante da extrema esquerda[118], sem atribuir essa caracterização à fala de alguma pessoa específica, mas colocando-a como uma constatação do próprio jornal.

Juscelino Kubitschek foi um dos nomes sugeridos para assumir a presidência do país, embora o jornal indique que as suas chances tenham sido diminuídas a partir da crise de Goulart, com quem tinha certa afinidade. Na primeira semana após a queda de Goulart, a matéria "Caça aos Comunistas" registrou que milhares de comunistas e esquerdistas foram presos. JK se manifestou, alegando que "não é possível representar a democracia com uma política de vingança e rancor" [119]. O jornal intitula os manifestantes como *comunistas* e esquerdistas que devem ser combatidos sem, contudo, questionar a motivação das pessoas e a verdadeira natureza do regime imposto.

A posse de Castelo foi publicada pelo jornal como a melhor alternativa para "limpar os comunistas enquanto o Brasil se encaminhava para as eleições regulares em outubro de 1965"[120], o que evidencia que o *NYT* ainda não divulgava os acontecimentos no Brasil como a implantação de uma *ditadura*.

A publicação aproxima-se dos das ideias de Carlos Fico e James Green por relatar a excessiva preocupação do governo norte-americano em proteger o país do perigo comunista, além de mostrar o contentamento estadunidense com a nomeação de Castelo Branco. O jornal não aborda, porém, a ligação de Castelo com os poderes norte-americanos. As páginas da capa do *NYT* não mostravam, por exemplo, que o posicionamento inicialmente cauteloso de Castelo Branco era apoiado pelos Estados Unidos e visava encobrir as medidas repressivas, para que não movessem paixões ou despertassem a opinião pública.

Não cita, como Carlos Fico, que o Presidente mantinha um relacionamento próximo com as autoridades norte-americanas, especialmente com o embaixador Gordon, desde quando estabeleceu amizade com o norte-americano Vernon Walters durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1962, Walters tornou-se adido militar da embaixada norte-americana e, a partir das ligações com Castelo Branco, manteve Washington informado quanto às movimentações do governo Goulart antes que o golpe militar fosse executado.

Quando Castelo fortaleceu o próprio poder, declarando atos que se autolegitimavam, o *NYT* publicou uma matéria de capa com o título "Presidente brasileiro toma novos poderes e

---

[118] "of President Joao Goulart, an extreme leftist, in April 1964" (BRAZIL'S President takes new powers and ends parties, **New York Times,** 28 out. 1965).

[119] "Several thousand Communists and leftists have been put under arrest […] enjoy the peace of representative democracy if the victors carried out a policy of vengeance" (BURKS, Edward C. Brazil's Red Hunt, **New York Times**, 7 de abril de 1964.

[120] "Cleaning out of Communists while leading Brazil to regular national elections in October, 1965" (BURKS, Edward C. Leaders of Coup Press for Purge of Brazil's Reds, **New York Times,** 3 de abril de 1964).

erradica os partidos". A publicação, datada em 27 de outubro de 1965, indica que Castelo, apoiado pelas Forças Armadas, detinha poderes que sobrescreviam o Congresso Nacional e da Suprema Corte. A matéria mostra que Castelo Branco dissolveu todos os partidos políticos existentes, suspendeu o voto popular e massacrou a oposição do Congresso, maximizando a força do Poder Executivo.

Associated Press
INCREASES POWERS:
President Humberto Castelo Branco of Brazil armed regime with broad new powers.

Figura 8 - O aumento do poder de Castelo Branco. *NYT*, 28 de outubro de 1965

O autor da matéria, Edward Burks, evidencia o poder do Ato Institucional nº 2, mostrando que o ato pode fornecer ao Presidente "poderes punitivos, capazes de rescindir os mandatos eleitorais e suspender os direitos políticos de 'contrarrevolucionários'". Também permite que o Presidente, sem consultar o Congresso, assuma o controle federal e suspenda os direitos políticos daqueles que considerar subversivos. De acordo com a matéria, o Presidente

pediu que a Linha Dura atuasse *energicamente* para prevenir o ressurgimento das forças políticas depostas[121].

Ademais, Castelo Branco declarou que o seu sucessor, a ser eleito nas próximas eleições de 3 de outubro de 1966, deveria ser escolhido pelo Congresso, e não por meio do voto popular. Eliminou, assim, o voto democrático no Brasil[122]. O jornal não mascarou o perfil autoritário da posse de Castelo Branco, publicando, inclusive, o discurso de Nelson Carneiro, um deputado socialdemocrata, que disse que a "invasão do Executivo aos demais poderes constitucionais é o que caracteriza uma ditadura" [123]. Completando a crítica, o jornal publica a declaração de Doutel de Andrade, líder do Partido Trabalhista na Câmara, que afirmou que "os últimos resquícios da democracia no Brasil foram destruídos".

Nesta matéria, pode-se dizer que o *NYT* apresentou a neutralidade exigida por um jornalismo de respeito ao divulgar o aspecto autoritário das medidas de Castelo Branco. Porém, o jornal omitiu o vínculo dos Estados Unidos com tais ações, além de suprimir informações sobre a amizade entre Castelo Branco e o governo norte-americano. Além disso, o jornal não mostrava o investimento maciço que os Estados Unidos estavam oferecendo para o Brasil a fim de garantir a sustentação da atual política brasileira. De acordo com Carlos Fico, apenas em 1966 foram enviados mais de US$390 milhões ao Brasil, e parte da renda foi destinada a projetos sociais como "Comida para a Paz", uma das principais ações da Aliança para o Progresso no Brasil. Os projetos norte-americanos implantados visavam a mitigar pontos comunistas e a aumentar o poder de influência norte-americano em relação ao Brasil.

Outro ponto a ser avaliado é que, apesar de mostrar a realidade brasileira e a tomada de poder por Castelo Branco, o artigo reforçava, por meio de discursos do Presidente brasileiro, que as medidas visavam a "assegurar a tranquilidade e recuperação do Brasil" e a "prevenir que Goulart não volte", não podendo ser consideradas um atentado à democracia[124], apesar da imposição de um sistema fortemente controlado no Brasil.

---

[121] "The 65-year-old President's decision responded to demands by 'hardline' military men that the Government act energetically to prevent a revival of the political forces ousted" (BRAZIL'S President takes new powers and ends parties, **New York Times,** 28 de outubro de 1965).

[122] "The President decreed that his successor, to be chosen by Oct. 3, 1966, would be elected by a majority of the present Congress, instead of by direct popular vote" (BRAZIL'S President takes new powers and ends parties, **New York Times,** 28 de outubro de 1965).

[123] "Congressional reaction to the presidential decree was harsh. Nelson Carneiro, a Social Democratic Deputy, said that the "invasion by the executive of the other constitutional powers is what characterizes a dictatorship". Doutel de Andrade, leader of the Labor party in the chamber, said that "the last shreds of democracy in Brazil have been destroyed". (BRAZIL'S President takes new powers and ends parties, **New York Times,** 28 de outubro de 1965).

[124] Ibid.

De fato, Costa e Silva, comandante do país após Castelo Branco, foi eleito por meio dos votos dos militares, e não da população civil. Neste período, o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos estava um pouco mais abalado, devido à restrição do armamento norte-americano oferecido ao Brasil, questões aduaneiras e a truculenta formalidade entre John Tuthill, novo embaixador norte-americano no Brasil, e Costa e Silva.

A partir do enfraquecimento no relacionamento entre os países, o jornal foi mais enfático ao denunciar a situação crítica no Brasil, como mostra a publicação "Três estudantes mortos em protestos". Em junho de 1968, conhecido como "o ano que não terminou", a reportagem redigida no Rio de Janeiro anuncia a morte de três estudantes devido a confusões políticas. Os manifestantes diziam que continuariam a protestar até que o governo de Arthur da Costa e Silva caísse, ainda que o exército tivesse de intervir[125]. De acordo com a matéria, slogans como "Cuba! Cuba!" e "fora, ditadura!" faziam parte dos protestos, e houve o apedrejamento das embaixadas norte-americanas no Brasil[126].

A matéria informou que mais de 286 estudantes foram presos no prédio da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A denúncia do *NYT* era neutra e profissional ao divulgar a morte dos estudantes, mas parecia isentar a responsabilidade do governo brasileiro quanto aos acontecimentos, classificando os estudantes como adeptos do comunismo e de Cuba, sem estimular a reflexão crítica sobre suas reais intenções e motivações.

3.3 PERÍODO DE TRANSIÇÃO

3.3.1 Problemas no relacionamento entre os países e o sequestro de Elbrick

Artigos relacionados:

Presidente do Brasil toma poderes emergenciais (*Brazil's President Takes Wide Emergency Powers*), Article, 14 de dezembro de 1968.

Embaixador norte-americano é sequestrado por homens armados (*Gunmen kidnap U.S. Envoy in Brazil*), Joseph Novitski, 5 de setembro de 1969.

---

[125] "Continue until the Government of Arthur da Costa e Silva falls, even if the army intervenes" (BRAZIL'S President takes new powers and ends parties, **New York Times,** 28 de outubro de 1965).

[126] "Demonstrators showered the embassy with rocks and stones" (BRAZIL'S President takes new powers and ends parties, **New York Times,** 28 de outubro de 1965).

15 prisioneiros políticos enviados do Brasil para o México para libertação do embaixador norte-americano (*Brazil flying 15 to Mexico to win envoy's release*), Joseph Novitski, 06 de setembro de 1969.

Embaixador norte-americano é libertado sem ferimentos no Rio de Janeiro (*Kidnapped envoy is freed unhurt in Rio de Janeiro*), Joseph Novitski, 7 de setembro de 1969.

Em dezembro de 1968 ocorreu, no Brasil, o *golpe dentro do golpe*, que estava descrito nas páginas do *NYT*. O artigo de 14 de dezembro de 1968 anunciou que o Presidente Arthur da Costa e Silva suspendeu o Congresso e centralizou o poder do país[127]. A partir da promulgação AI-5, além da censura à imprensa, Costa e Silva passou a ter o direito de suspender o *habeas corpus*, confiscar propriedades e transferir empregadores públicos sem recorrer a processos[128]. Costa e Silva tinha autonomia, também, para declarar estado de sítio e cassar direitos políticos por até dez anos[129].

Segundo a matéria, o processo de repressão foi desencadeado a partir de uma definição do Congresso brasileiro com a recusa de condenação a um deputado da oposição, Marcio Moreira Alves. O deputado foi acusado pelo regime de violação à segurança nacional em um discurso no qual pediu o boicote do desfile anual do Dia da Independência, que ocorre no dia 7 de setembro, devido ao caráter ditatorial do governo brasileiro[130]. A colocação de Marcio Moreira Alves fez com que Costa e Silva ordenasse o recesso e centralizasse o poder do país em suas mãos[131].

O ato de repressão desencadeou a prisão de políticos, entre os quais o ex-presidente Juscelino Kubitschek, e na censura escancarada à imprensa e ao rádio[132]. O *New York Times* mencionou o caso contra o editoral do jornal *O Estado de S. Paulo*, que criticava o governo

---

[127] "President Arthur da Costa Silva ordered a recess of Congress tonight and assumed emergency powers for one-man rule" (BRAZIL'S President Takes Wide Emergency Powers, **New York Times,** 14 dez. 1968).

[128] "Suspend the right of habeas corpus in cases of what were termed political crimes", "empowered to remove or transfer public employees without going through legal processes. In addition, he could confiscate the property of any public employees found to have become unduly I wealthy" (BRAZIL'S President Takes Wide Emergency Powers, **New York Times,** 14 dez. 1968).

[129] "President authority to declare a state of siege, order property confiscated and strip individuals of political rights for up to 10 years" (BRAZIL'S President Takes Wide Emergency Powers, **New York Times,** 14 dez. 1968).

[130] "The current crisis began Thursday, when Congress defined a Government demand by refusing to surrender an Opposition Deputy, Marcio Moreira Alves, for trial. Mr. Moreira Alves had been accused by the regime of having violated national security in a speech in which he called for a boycott of the annual Independence Day parade Sept. 7" (BRAZIL'S President Takes Wide Emergency Powers, **New York Times,** 14 dez. 1968).

[131] "Ordered a recess of Congress Friday night and assumed emergency powers for one-man rule" (BRAZIL'S President Takes Wide Emergency Powers, **New York Times,** 14 dez. 1968).

[132] "At least two news-paper managers were seized and military censorship of the press and radio was ordered" (BRAZIL'S President Takes Wide Emergency Powers, **New York Times,** 14 dez. 1968).

brasileiro e foi censurado pelos militares[133]. O artigo divulgou abertamente que, a partir da promulgação do AI-5, a censura estava enraizada na imprensa brasileira.

O que não se podia prever, porém, é que essa censura duraria, pelo menos, nove anos. E, apesar de ser razoável pensar que, no exterior, a censura não interferiria nas manifestações contra o governo brasileiro, o jornal apontou que até mesmo os correspondentes internacionais foram vítimas de censura[134]. Os aspectos negativos do governo de Costa e Silva apareciam nas primeiras páginas do *NYT*, mas a publicação ainda reforçava a promessa do Presidente de redemocratização do país[135].

É importante destacar que, apesar relatar os últimos acontecimentos no Brasil, a matéria descreve o país como imerso em uma situação "calma", mesmo após a promulgação do ato que restringiu a liberdade dos cidadãos brasileiros. Grande parte da população estava iludida com as melhorias econômicas, ignorando o autoritarismo no qual o país estava imerso. A ignorância do povo brasileiro provinha principalmente das manobras de propaganda política pró-governo, que provocavam o desvio da atenção das pessoas em relação aos problemas do Brasil. A própria data da escolha da implantação do AI-5, por exemplo, buscou amenizar a gravidade da situação:

> foi um Natal de cão, em 1968 [...] havia muita gente presa, um corre-corre geral e os indícios de resistência eram quase nulos [...] haviam dado um golpe num momento exato, quando o nível de mobilização era o mais baixo possível [...] e haviam dado o golpe no fim de ano, aproveitando a confusão das festas, compras de Natal e férias [...] o povo mesmo não parecia ter sido tocado pelo AI-5 [...] a vida corria seu curso normal.[136]

Esse posicionamento do *NYT*, que alternava elogios e críticas ao governo brasileiro, caracteriza exatamente o período de transição que o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos estava passando. Apesar de levemente abalado devido a questões bélicas (os militares brasileiros estavam insatisfeitos com a restrição de armamento pelos Estados Unidos), a neutralidade do governo brasileiro quanto à Guerra do Vietnã, o aumento de impostos sobre o café e a falta de afinidade política entre alguns governantes (por exemplo, a

---

[133] "O Estado de Sao Paulo, which published an editoral criticizing the Government, in Brasilia, the capital" (BRAZIL'S President Takes Wide Emergency Powers, **New York Times,** 14 de dezembro de 1968).

[134] "According to reports reaching New York, military censorship has been imposed on the dispatches of foreign correspondents as well as on the national press" (BRAZIL'S President Takes Wide Emergency Powers, **New York Times,** 14 de dezembro de 1968).

[135] "President Costa e Silva's announced plans to abandon his dictatorial powers in favor of a new constitutional framework including a working congress" (NOVITSKI, Joseph. Brazil flying 15 to Mexico to win envoy's release, **New York Times,** 06 set. 1969).

[136] GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 20.ed. Rio de Janeiro. Codecri, 1980, p. 94.

excessiva formalidade entre John Tuthill e Costa e Silva), o relacionamento entre os países ainda era bom.

Analisando as matérias dentro da linha do tempo de 21 anos da ditadura brasileira, percebe-se que, paulatinamente, o *NYT* passa a admitir que o governo brasileiro representava uma ditadura que não tinha a intenção de redemocratizar o país e estava abusando dos poderes autoritários. Essa mudança de posicionamento só aconteceu quando o relacionamento entre os países começou a ficar turbulento, a partir da década de 1970.

Antes que a mídia mudasse a sua posição em definitivo, pequenos grupos nos EUA protestavam contra os excessos do regime militar brasileiro. James Green mostra que, dos vinte e três artistas norte-americanos convidados a participar da Bienal no Brasil, nove se retiraram por não estarem dispostos a servir a uma *política desprezível*, "opondo-se a tudo que asfixie a liberdade e, portanto, o crescimento criativo" [137]. Em 1970, um editorial, assinado por Henry J. Steiner, professor de direito da Harvard, e David M. Trubek, da Universidade Yale, foi redigido contra a condenação do professor brasileiro Caio Prado Junior.

Concomitante ao enfraquecimento da relação entre os países houve o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil. O sequestro de Charles Elbrick foi marcante no relacionamento entre os países, e acarretou em três matérias de capa no *NYT*:

> "Embaixador norte-americano é sequestrado por homens armados", "15 prisioneiros políticos enviados do Brasil para o México para libertação do embaixador norte-americano" e "Embaixador norte-americano é libertado sem ferimentos no Rio de Janeiro".

Na matéria "Embaixador norte-americano é libertado sem ferimentos no Rio de Janeiro", a última das três matérias, divulga-se a libertação do embaixador norte-americano. O título do artigo indica o fim de um dos episódios que mais envolveram diretamente o Brasil e os Estados Unidos durante o período ditatorial brasileiro.

---

[137] GREEN, James. **Apesar de vocês:** a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 176.

Associated Press

REUNITED: C. Burke Elbrick, U.S. Ambassador to Brazil, who was kidnapped Thursday, being greeted by his wife after his release by kidnappers in Rio de Janeiro last evening.

Figura 9 - *Sobre o sequestro de Elbrick* - *NYT*, 08 de setembro de 1969

Em 7 de setembro de 1969, menos de 48 horas após o sequestro, as condições impostas pelos sequestradores para a libertação de Elbrick foram aceitas pelo governo brasileiro. Para que a libertação de Elbrick ocorresse, 15 prisioneiros políticos foram soltos e enviados para o México. Além disso, um manifesto foi publicado em rede nacional, denunciando os abusos autoritários do governo brasileiro e reforçando que "a vida e a morte do embaixador estava nas mãos da ditadura". O texto, publicado em jornais, rádios e canais de TV censurados tinha por objetivo oferecer visibilidade ao atual cenário do Brasil, alertando a população, que estava, em sua maioria, em estado de ilusório encantamento.

Segundo as reportagens de capa do New York Times, os terroristas se identificaram como "membros de dois grupos de guerrilha atuantes no Brasil".[138] Torna-se importante ressaltar que, neste contexto, a palavra utilizada pelo jornal – *terrorista* - é tendenciosa, uma vez que foi utilizada desde a primeira matéria sobre o caso, mesmo quando ainda não havia informações sobre a origem e os motivos do sequestro. De acordo com as informações do *New York Times*, tais campanhas *terroristas* também estavam espalhadas em Uruguai, Venezuela, Chile e Argentina[139].

O NYT mostra também que os sequestradores não tinham a intenção de machucar o embaixador norte-americano, tratando-o bem e inclusive "lavando as suas roupas e trazendo cigarros durante o sequestro"[140]. As matérias descrevem a fala dos sequestradores, que nada tinham contra Elbrick pessoalmente, porém, "como embaixador, ele representava os interesses dos grandes capitalistas dos Estados Unidos" [141].

A matéria reforça que, neste mesmo período, Costa e Silva faleceu devido a um derrame, e o Brasil estava temporariamente governado por três militares[142]. Sobre a ascensão do triunvirato militar, o *New York Times* mostra que a tomada do poder desrespeitou os termos da Constituição, uma vez que o vice-presidente, Pedro de Alencar, deveria suceder legalmente Costa e Silva [143].

A posição cautelosa do jornal ao denunciar as atrocidades do governo brasileiro, a subida inconstitucional do triunvirato ao poder, e até mesmo o sequestro de Elbrick, refletia o período de transição no relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. Neste período, devido à magnitude da economia brasileira, o governo norte-americano via-se na constrangedora posição de manter o apoio ao Brasil sem, contudo, comprometer-se "demasiadamente com o governo brasileiro, a fim de não dar a impressão de aprovar a repressão que a ditadura militar praticava" [144]. Os EUA estavam investindo maciçamente no

---

[138] "Who identified themselves as members of two of the several under-ground guerrilla groups that have been operating in Brazilian cities this year" (NOVITSKI, Joseph. Kidnapped Envoy is freed unhurt in Rio de Janeiro, **New York Times,** 7 de setembro de 1968).

[139] "Campaigns that have been springing up recently in Uruguay, Chile, Argentina and Brazil" (NOVITSKI, Joseph. Gunmen in Brazil Kidnap U.S. Envoy, **New York Times,** 5 de setembro de 1969).

[140] "Washed his shirt and brought him cigars" – NYT, Joseph Novitski, Kidnapped Envoy is freed unhurt in Rio de Janeiro, **New York Times,** 7 de setembro de 1968.

[141] "We had nothing personal against Mr. Burke Elbrick. But as Ambassador of the United States he represents the interests of the big North American capitalists" (NOVITSKI, Joseph. Kidnapped Envoy is freed unhurt in Rio de Janeiro, **New York Times,** 7 de setembro de 1968).

[142] "They had assumed control of the country until he recovers" (NOVITSKI, Joseph. Brazilian Leader Suffers Stroke, **New York Times,** 31 de agosto de 1968).

[143] "Disallowed the constitutional provision that the Vice President, Pedro-Alencar, a civilian law professor and career politician, should succeed to the Presidency in the event of incapacity" (NOVITSKI, Joseph. Brazilian Leader Suffers Stroke, **New York Times,** 31 de agosto de 1968).

[144] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 13.

Brasil, em iniciativas públicas e privadas. Multinacionais e empresários beneficiavam-se do quadro econômico, precisando alinhar-se às práticas repressivas ocorridas no Brasil[145].

3.4 PROTECIONISMO ECONÔMICO BRASILEIRO E FORTALECIMENTO DAS DENÚNCIAS DO *NYT*

Artigos relacionados:

Rockefeller abre o parlamento no Brasil (*Rockefeller opens parleys in Brazil*), Juan de Onis, 17 de junho de 1969.

Repressão contínua é questionada no Brasil (*Continuing repression is questioned in Brazil*), Joseph Novitski, 6 de abril de 1971.

Outro general é escolhido como próximo líder do Brasil (*Another general chosen as Brazil's next leader*), Article, 19 de junho de 1973.

Regime do Brasil aumenta o controle estatal da economia (*Brazil regime widening state economic control*), Jonathan K. Kandell, 11 de abril de 1976.

A matéria *Rockefeller abre o parlamento no Brasil* mostra a pouca receptividade do povo brasileiro, e da América Latina como um todo, a Nelson Rockefeller, principal representante do governo Nixon em sua visita ao hemisfério sul[146]. Rockefeller realizou uma viagem com a pretensão de visitar 22 países latinos, entre os quais o Brasil ganhava destaque, por ser o maior país em território e população – em 1969, o território brasileiro abrigava mais de 85 milhões de pessoas. A publicação revela que, antes da chegada de Rockefeller no Brasil, em 16 de junho de 1969, centenas de dissidentes políticos foram presos a fim de prevenir demonstrações contra o governador de Nova Iorque[147]. A matéria também retratou que as autoridades brasileiras impossibilitaram o contato entre Rockefeller e as figuras políticas que tiveram os direitos políticos suspensos, como Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Carlos Lacerda[148].

---

[145] GREEN, James. In: TAVARES, Camilo. Documentário "O Dia que Durou 21 anos", Brasil, 01:20.

[146] "President Nixon's special envoy to Latin American" (ONIS, Juan de. Rockefeller opens parley in Brazil, **New York Times,** 17 abr. 1979).

[147] "Where hundreds of political dissidents were under arrest to prevent demonstrations against the Governor, President Nixon's special envoy to Latin American" (ONIS, Juan de. Rockefeller opens parley in Brazil, **New York Times,** 17 abr. 1979).

[148] "the Brazilian authorities have ruled out any contact between the Rockefeller mission and political figures whose rights have been suspended, such as former President Juscelino Kubitschek, former President Janio

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos estava cada vez mais crítico e, justamente neste período, as matérias do *NYT* mostravam-se rigorosas na avaliação do governo brasileiro, inclusive classificando-o como "regime militar", ao contrário dos anos anteriores, quando descrevia a trajetória do país como "autoritário apenas para preservar a segurança nacional contra os comunistas".

A questão econômica era o principal motivo da visita de Rockefeller ao Brasil. O jornal citou abertamente, que, segundo alguns dos assessores de Rockefeller, a ênfase nos aspectos militares no Brasil é considerada politicamente indesejável no relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos.[149] Essa última questão colocada pelo jornal é especialmente importante, uma vez que mostra o incômodo dos Estados Unidos em apoiar o governo de um país que estava escancaradamente entregue a militares protecionistas que não favoreciam a economia norte-americana. O protecionismo econômico dos militares parecia incomodar mais ao governo norte-americano do que o estabelecimento da ditadura, e os pontos de conflito no relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos estavam cada vez maiores.

O artigo "Repressão contínua é questionada no Brasil" (Continuing repression is questioned in Brazil), de Joseph Novitski, expõe a existência da censura e autoritarismo ferrenhos no Brasil de 1971:

> "A repressão, um fato da vida no Brasil, para os sete anos de governo militar, foi justificada como uma ferramenta necessária para a reconstrução da economia e do sistema democrático [...] agora que a economia começou a crescer e a democracia ainda não retornou reconhecidamente, a justificativa oficial para as medidas repressivas tem sido posta em questão entre os brasileiros que ainda estão autorizados a ser politicamente ativos [...] utiliza-se da repressão oficial para esmagar a dissidência, as universidades e os sindicatos, além de controlar a expressão pública. Revela-se, assim, que os Estados Unidos e o mundo estavam cientes da repressão que assombrava o Brasil. Sabiam, também, sobre a censura à imprensa que, segundo o jornal, variava de acordo com o dia e a cidade"[150].

Aprofundando-se nas denúncias, a notícia condena a tortura contra os militantes e as restrições temporárias, que se tornaram permanentes, na nova constituição[151]. A palavra *tortura* começou a ser citada com mais recorrência: o número de vezes que aparecia nas

---

Carlos and Carlos Lacerda, former governor of Guanabara" (ONIS, Juan de. Rockefeller opens parley in Brazil, **New York Times,** 17 abr. 1979).

[149] "This emphasis on the military aspects of United States-Brazilian relations is considered to be politically undesirable by some of Mr. Rockefeller's advisers" (ONIS, Juan de. Rockefeller opens parley in Brazil, **New York Times,** 17 abr. 1979).

[150] "Which vary from day to day and city to city" (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

[151] "The temporary restrictions have in part been made permanent in a new constitution and laws defining political crime and authorizing censorship of book and periodicals" (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

matérias do *NYT* aumentava conforme o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos ficava mais complicado. O *Times* difundiu a preocupação do governo norte-americano em relação às ocorrências de tortura no Brasil, uma vez que até *moradores de cidades estadunidenses pequenas* sabiam que o governo estadunidense estava oferecendo quantias gigantes para rodovias, escolas e o desenvolvimento geral do Brasil[152]. Segundo a matéria, alguns brasileiros reconhecem que os casos de tortura existem, mas estão diminuindo, enquanto outras pessoas apontam que os casos continuam acontecendo, com frequência e brutalidades cada vez maiores[153].

A matéria questionou o desaparecimento de Rubens Paiva que, segundo o jornal, estava "muito machucado, se não estivesse morto" [154]. Outros abusos de poder foram apontados e classificados pela oposição do governo como aberrações não são necessárias para a reforma econômica e desenvolvimento do país. A matéria afirma, também, que a maioria da população não estava consciente desse cenário caótico, exceto aqueles que tiveram parentes e amigos detidos.

Segundo o *NYT*, a maioria do país estava aproveitando a prosperidade econômica da época sem analisar os aspectos políticos do Brasil[155]. Apesar da insciência do povo brasileiro sobre o real cenário do Brasil, a repressão, completa a matéria, se intensificou principalmente no final de 1969, e tornou-se um problema à reputação do governo dos Estados Unidos, que já ofereceu mais de um bilhão de dólares em assistência econômica direta ao país desde 1964[156]. É importante sublinhar que, além de ser o primeiro ano do AI-5, o ano de 1969 representa justamente o momento em que o relacionamento entre os países mostrava sinais de desgaste.

Em 1971, quando o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos ficou ainda pior, as notícias contra o governo brasileiro apareceram com mais ênfase nas páginas do *NYT*. O *NYT* mostra, inclusive, que os generais estavam "empenhados em preservar a aparência de

---

[152] "The United States has given mountains of money for roads, and school and wells and stuff like that" (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

[153] "Some people assert that the cases of what are known in Government circles as "excesses" are rapidly declining in number" (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

[154] "Is badly injured if not dead" (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

[155] "It is probably fair to say that most urban Brazilian, enjoying their unprecedented prosperity, are unaware of repression unless relatives or friends have been detained" (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

[156] "Repression has become an issue in the Unites States Government, which has granted Brazil more than US$1 billion in direct economic assistance since 1964" (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

normalidade” [157]. A interpretação do jornal é consonante com o posicionamento de Carlos Fico sobre a propaganda política da ditadura militar, que manipulava informações para que o povo brasileiro acreditasse nas boas intenções dos militares, colocando-os como principais responsáveis pelo crescimento do país.

O final da matéria confirma que “apesar da pressão discreta de políticos e religiosos, não havia indícios que as restrições seriam amenizadas” [158]. Além disso, o jornal aponta que “não foi relatado sequer um caso de punição contra as violências escancaradas” [159]. Seguindo a linha de duras críticas ao governo brasileiro, o artigo “outro general é escolhido como próximo líder do Brasil”, de junho de 1973, muda a perspectiva inicial do Brasil quanto à iminência de redemocratização do país, e critica o Presidente do Brasil, Emílio Médici, que “decretou uma série de medidas para impedir a oposição civil de alcançar o poder em um futuro próximo” [160].

A matéria sublinha a tendência à exclusão do povo na participação da eleição seguinte, apesar da existência de manifestos do Movimento Democrático Brasileiro para que as eleições voltem a ser populares[161]. A publicação descreve a insatisfação da oposição: segundo o senador líder da oposição, Marcos Freire, seu partido tornou-se “intérprete dos anseios de uma nação oprimida e humilhada” [162].

A inversão do posicionamento do jornal acompanha a modificação na postura do governo norte-americano em relação ao Brasil, devido a desentendimentos relacionados ao fornecimento de armas e à economia. É válido ressaltar que, neste período, o jornal questionava as informações do governo-norte americano, uma vez que o país havia acabado de sofrer o escândalo de Nixon. Gay Talese, ao relatar a história do jornal neste período, mostra que “a palavra do governo era suspeita e os editores influenciados, como todo mundo,

---

[157] “The Government works hard at preserving the outward appearance of normality” (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

[158] “Despite of the discreet pressure from politicians and churchmen, there have been no signs of an easing of the restrictions” (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

[159] “As far as is known no official identified with violence has been punished” (NOVITSKI, Joseph. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971).

[160] “Decreed a series of measures to prevent the civilian opposition from reaching power in the foreseeable future” (ANOTHER general chosen as Brazil’s next leader, **New York Times,** 19 jun. 1973).

[161] “Leaders of the Brazilian Democratic Movement, the opposition party, who would like to see a return to popular elections, have said that they will oppose the electoral proposal when it is introduced in Congress” (ANOTHER general chosen as Brazil’s next leader, **New York Times,** 19 jun. 1973).

[162] “This is the hour for democracy resistance”, said a leading opposition Senator, Marcos Freire, a few days ago. He added that his party must fulfill its role as the “interpreter of the anxieties of an oppressed and humiliated nation” (ANOTHER general chosen as Brazil’s next leader, **New York Times,** 19 jun. 1973).

pelo ceticismo, de modo que o New York Times ficava atento ao governo e à denúncia de seus pecados" [163].

Assim, o jornal perdeu credibilidade juntamente com o governo norte-americano, abalado pela crise do governo Watergate e o movimento no Chile. O *NYT* passou por um momento delicado, assim como o governo norte-americano, caracterizado pela "federalização crescente, de poder sem precedentes, concentrada na Presidência, de deterioração dos direitos dos estados". De acordo com Talese, como o governo dos Estados Unidos, o *New York Times* também enfrentou por uma fase de mudanças internas, uma vez que jornal refletia, em menor escala, "o estilo coletivo do governo, pois as duas forças são modeladas pelas mesmas forças históricas, sociais e econômicas".

A partir de 1974, a preocupação anticomunista estava controlada de modo que "americanos influentes no processo de formulação de políticas nacionais começaram a debater a questão das relações com Cuba após o decurso de mais de cinco anos".[164] As questões giravam em torno, principalmente, do controle estatal na economia. Jonathan Kandnell escreveu, em "Regime do Brasil aumenta o controle estatal da economia", que doze anos após as Forças Armadas tomarem o poder com o forte compromisso de salvar e expandir a iniciativa privada, o Brasil agora estava criando um sistema capitalista protecionista [165].

A presença do governo do Brasil nas questões econômicas tornou-se cada vez maior, equiparando-se, segundo o jornal, a países como o Chile, sob o comando de Salvador Allende, e Argentina, governada pelos peronistas. O primeiro exemplo da trajetória rumo a iniciativas estatais no capitalismo brasileiro era a *Companhia Vale do Rio Doce* que, na época, tinha mais de 21.500 empregadores e uma projeção financeira que totalizava US$611 milhões.[166] Ainda assim, a matéria reforça que os líderes brasileiros políticos – tanto Ernesto Geisel

---

[163] TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 203.

[164] "Americans influential in the national policy-making process have begun to debate the issue of relations with Cuba after lapse of more than five years" (KANDELL, Jonathan K. Brazil regime widening state economic control, **New York Times,** 11 abr. 1976).

[165] "Twelve years after the armed forces took power with a strong commitment to save and expand private enterprise, Brazil appears well on the road to creating the most successful and pervasive system of state capitalism in South America" (KANDELL, Jonathan K. Brazil regime widening state economic control, **New York Times,** 11 abr. 1976).

[166] "Perhaps the prime example of the trend toward Government enterprises in the headland of Latin American Capitalism is the state-owned Companhia Vale do Rio Doce" (KANDELL, Jonathan K. Brazil regime widening state economic control, **New York Times,** 11 abr. 1976).

quanto os ministros de gabinete – continuavam a reafirmar o compromisso da nação com a iniciativa privada[167].

A palavra *ditadura*, que era disfarçada nas matérias entre 1964 e 1973, passou a aparecer abertamente nas matérias do NYT. Tornava-se conveniente categorizar o Brasil como uma ditadura, uma vez que o governo brasileiro não estava beneficiando as necessidades econômicas estadunidenses.

Neste período, a crítica ao governo brasileiro ganhava força, e um editorial do *New York Times* relembrou aos leitores que os dois últimos comandantes do Brasil haviam prometido um retorno à democracia no início de seus mandatos, mas não haviam cumprido a promessa[168].

Com a mitigação da censura, a situação caótica estava sendo divulgada até mesmo nos jornais brasileiros. No artigo, o *NYT* recorreu à pergunta do editorial do Estado de S. Paulo, um dos jornais mais influentes do Brasil, para mostrar o atual cenário brasileiro: "por que não admitir que estamos confrontando um dos mais graves tratamentos da sociedade brasileira?". A matéria do Estado de S. Paulo também comparava a situação brasileira aos regimes socialistas[169], de modo que o estatismo crescente "parece uma alternativa de sucesso para os modelos de crescimento populistas e marxistas" [170], o que certamente era uma desvantagem à economia dos Estados Unidos.

3.5 O ÁPICE DA CRISE ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

Brasil cancela o contrato de ajuda militar devido ao relatório norte-americano sobre os direitos humanos (*Brazil cancels military aid treaty over U.S. report on Human Rights*), Associated Press, 12 de março de 1977.

Brasil não aceita sugestões dos EUA sobre o acordo nuclear (*Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb*), Jonathan Kandell, 28 de março de 1977.

Bonn envia ao Brasil equipamento nuclear, por meio de objetos dos EUA (*Bonn send to Brazil nuclear equipment*), Craig R. Whitney, 09 de abril de 1977.

---

[167] "All Brazilian political leaders - from President Ernest Geisel down to Cabinet ministers and technocrats - continue to reaffirm the nation's commitment to private enterprise" (KANDELL, Jonathan K. Brazil regime widening state economic control, **New York Times,** 11 abr. 1976).

[168] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 304.

[169] "comparable only to socialist states" (KANDELL, Jonathan K. Brazil regime widening state economic control. **New York Times**, 11 abr. 1976).

[170] "successful alternative to populist and Marxist models of economic growth" (KANDELL, Jonathan K. Brazil regime widening state economic control. **New York Times**, 11 abr. 1976).

No artigo "Brasil cancela o contrato de ajuda militar devido ao relatório norte-americano sobre os direitos humanos", há uma retrospectiva sobre relacionamento entre os países, que relembra os momentos históricos nos quais o Brasil e os Estados Unidos foram fortes aliados, como durante a 2ª Guerra Mundial, ao apoiarem os aliados na Itália. O bom relacionamento foi reafirmado com a queda do esquerdista João Goulart pelo golpe de 1964 e, em 1965, quando o Brasil foi o único país da América Latina a apoiar a dominação estadunidense sobre a República Dominicana, inclusive enviando tropas para ajudar na invasão[171].

Esse bom relacionamento entre os países veio se deteriorando e, segundo a matéria de Jonathan Kandell, em 1977, atingiu o ponto mais crítico desde o início da ditadura militar brasileira, iniciada há 13 anos[172]. Com essa frase, o jornal assume que a ditadura já existia desde 1964, mas essa classificação não era disseminada nas matérias entre 1964 e 1968.

O artigo reforça as consequências da crise entre o Brasil e os Estados Unidos, e os agravantes gerados a partir do cancelamento do acordo militar entre os países, que durou 25 anos.

Ademais, relatórios detalhados sobre o comportamento dos países que recebiam assistência dos EUA foram enviados ao Senado norte-americano. A situação entre o Brasil e os Estados Unidos tornou-se ainda mais crítica a partir da publicação desses relatórios, que abordavam o desrespeito aos direitos humanos no Brasil. De acordo a matéria, o comportamento intrusivo do governo norte-americano causou uma *intolerável interferência* no relacionamento entre os países[173].

Segundo a matéria, o relatório entregue pelos poderosos dos Estados Unidos ao governo brasileiro denunciava, inclusive, a prática de torturas contra prisioneiros políticos[174]. A ideia de tortura foi negada pelos militares, entre os quais Jarbas Passarinho, que afirmou:

> Dizer que não existe tortura seria faltar à verdade [...] agora, dizer que existe tortura como sistemática de governo, não é só faltar à verdade; é uma ignomínia [...] dizer

---

[171] "in 1965, Brazil was the only Latin American country to support publicly the United States military move into the Dominican Republic and later sent troops here" (BRAZIL cancels military aid treaty over U.S. report on Human Rights, **New York Times,** 12 mar. 1977).

[172] Diplomatic relation between the United States and Brazil have reached their lowest point in 13 years of right-wing military rule here, **New York Times,** 28 mar. 1977.

[173] "Said the report constituted an intolerable interference in its internal affairs" (BRAZIL cancels military aid treaty over U.S. report on Human Rights, **New York Times,** 12 de março de 1977).

[174] "including torture of political prisoners". BRAZIL cancels military aid treaty over U.S. report on Human Rights, **New York Times,** 12 mar. 1977.

> que não existem torturas inclusive nos países que nos atacam também é mentira, porque dentro de determinadas prisões existem torturas e violências[175].

As matérias mostram que o governo brasileiro foi o primeiro país a reagir contra as acusações sobre o abuso dos direitos humanos[176]. Os militares brasileiros responderam ao relatório norte-americano recusando mais US$ 50 milhões em ajuda militar, que a Administração Carter planejava aprovar no Congresso[177]. A rejeição do Brasil foi largamente significativa, pois diminuía a dependência do maior país da América em relação à assistência econômica estadunidense[178], e afetou ainda mais o vínculo entre o Brasil e os Estados Unidos.

Além disso, o acordo nuclear firmado entre Brasil e Alemanha, que contrariava os interesses dos poderosos norte-americanos, afrouxou ainda mais o relacionamento entre os países, uma vez que interrompeu a onda de negociações entre o Brasil e a empresa norte-americana Westinghouse, conforme relatou Carlos Fico e embora esse fato não tenha sido explicitado pelo jornal.

O artigo analisado relatou que a construção de reatores nucleares em todo mundo e a propagação de materiais que poderiam ser utilizados para fabricar bombas atômicas colocaram uma pressão crescente sobre o governo dos Estados Unidos para conceber novas políticas de controle internacional[179].

Também neste tema, Elio Gaspari relembrou um dos editoriais do *New York Times* – intitulado "Loucura Nuclear" –, que classificava o acordo militar como "uma tragédia para a Alemanha e toda a humanidade" [180]. Segundo Gaspari, o chanceler soviético Andrei Gromyko estava convencido do interesse brasileiro na bomba nuclear e queixou-se a Kissinger, Conselheiro de Segurança Nacional norte-americana, que subestimou a possibilidade e

---

[175] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 322.

[176] "Brazil was first to react". (GWERTZMAN, Bernard. U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, **New York Times,** 13 de março de 1977).

[177] "The response won widespread approval from many Brazilians, including members of the opposition party, the Brazilian Democratic Movement, who agreed that the human rights issue was an internal matter" (Brazil cancels military aid treaty over U.S. Report on Human Rights, **New York Times,** 12 de março de 1977).

[178] "Rejection of military assistance ties was regarded as largely a symbolic step, since the largest in Latin America had become less dependent on United States aid in recent years as the nation had begun building its own arms industry" (Brazil cancels military aid treaty over U.S. Report on Human Rights, **New York Times,** 12 de março de 1977).

[179] "The construction of nuclear reactors around the world for the production of electricity and the resulting spread of material that could be used for making atomic weapons are placing increasing pressure on the United States to devise new policies on nuclear energy and international control" (BRAZIL cancels military aid treaty over U.S. Report on Human Rights, **New York Times,** 12 de março de 1977).

[180] O ESTADO DE S. PAULO, 20 de junho de 1976. Disponível em <http://www.normangall.com/brazil_artl8eng.htm>.

respondeu que, se o problema aparecesse, seria uma questão para o futuro[181]. Kissinger considerou que os relatórios podem ser interpretados como uma interferência no relacionamento entre os países, causando problemas desnecessários[182].

A matéria de capa do NYT indica que, segundo Guy Brandão, representante do Ministro do Exterior brasileiro na época, o cancelamento do acordo nuclear não significava que o Brasil não seja mais um aliado dos Estados Unidos. Para Brandão, o acontecimento "não mudaria nada entre o relacionamento dos países, representando apenas o cancelamento de um acordo assistencial"[183]. O Departamento de Estado norte-americano, completa a publicação, recusou-se a emitir qualquer comentário oficial sobre o cancelamento do um pacto de 25 anos do Brasil com os Estados Unidos.

A publicação "Brasil não aceita sugestões dos EUA sobre o acordo nuclear", de Jonathan Handel, reforça o conflito existente entre os Estados Unidos e Brasil no período. A matéria indica a tentativa de prevenir a proliferação nuclear nos países em desenvolvimento[184]. Com mais de 110 milhões de habitantes na época, e com um território maior do que os Estados Unidos continental[185], a matéria também indica as aspirações do Brasil para se tornar um poder global do século XXI[186].

O artigo discorreu, principalmente, sobre a assinatura do acordo de dois anos entre o Brasil e a Alemanha Ocidental, que visava à aquisição de até oito reatores nucleares e elementos para reprocessamento dos combustíveis nucleares[187]. O governo Carter alegava que essa tecnologia poderia ser utilizada para a criação de explosivos nucleares, mas o artigo não se torna isento de citar que os oficiais brasileiros acreditavam que a administração de Carter não aprovou o acordo militar por medo de que o Brasil se tornasse uma grande potência independente[188].

---

[181] Memorando da conversa de Kissinger com Gromyko, 11 de Bernard Gwertzman julho de 1975, em William Burr.

[182] "Would led to unneeded problems" (U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, **New York Times,** 13 mar. 1977).

[183] "It doesn't change anything [...] it simply ends an assistance agreement. Nothing more than that"(BRAZIL cancels military aid treaty over U.S. report on Human Rights, **New York Times,** 12 mar. 1977).

[184] "Preventing the proliferation of nuclear weapons among developing nations is meeting its sternest test in Brazil" (KERNELL, Jonathan. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977).

[185] "A territory larger than the continental United States" (KERNELL, Jonathan. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977).

[186] "Emerge as a global power by the 21st century" (KERNELL, Jonathan. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977).

[187] "Brazil signed an accord two years ago with West Germany for the purchase or up to eight nuclear reactors and plants to enrich and reprocess nuclear fuels" (KERNELL, Jonathan. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977).

[188] "preventing Brazil from achieving us destiny as a great and independent power" (KERNELL, Jonathan. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977).

De qualquer forma, o governo brasileiro se mostrou inflexível quanto a repensar a decisão para desfazer o acordo nuclear com a Alemanha, "mesmo com a incompreensão dos tradicionais aliados" [189], de acordo com as palavras do Chefe da Aeronáutica, Delio Jardim de Mattos. Ademais, segundo o *NYT*, o governo brasileiro repetidamente negou qualquer intenção de construir armas nucleares ou de utilizá-las de qualquer forma não pacífico[190].

A matéria aponta, também, para um nacionalismo exacerbado assumido pelo governo brasileiro[191], de modo que até mesmo líderes de centro-esquerda, que se posicionaram fortemente contra o uso da tortura e das detenções arbitrárias, voltaram-se contra o Departamento de Estado norte-americano[192].

A publicação também informa que alguns governantes consideram o problema transitório. Comentando sobre a revogação do pacto de assistência militar entre o Brasil e os Estados Unidos, David Wicker, o Presidente da Câmara de Comércio Americana para o Brasil, disse: "o episódio não altera de forma alguma as relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos, uma vez que, sendo político, é um problema transitório, enquanto os interesses econômicos são permanentes". A matéria do *NYT* foi finalizada com a afirmação de James Hammond Jr., diretor de um grupo influente de investidores na América Latina, que acredita que essa situação, "como nuvens, vão passar rapidamente" [193]. A matéria foi cuidadosa ao anunciar a permanência dos interesses econômicos entre os países, desvinculando-os dos problemas políticos e bélicos.

Uma segunda matéria sobre o tema foi colocada na capa do *NYT*, focando-se nas questões de acordos nucleares. O artigo de Craig, "Bonn envia ao Brasil equipamento nuclear", mostra o envio de equipamentos nucleares à Alemanha Ocidental, ainda que Washington tivesse feito críticas em relação à continuidade do programa.

---

[189] "will not be blocked by any difficulties, not even by the incomprehension of our traditional allies" (KERNELL, Jonathan. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977).

[190] "the Brazilian Government has repeatedly denied any Intention to build nuclear weapons or to use the accord with the "Germans for anything besides peaceful uses" (KERNELL, Jonathan. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977).

[191] "Nationalist sentiment aroused" (KERNELL, Jonathan. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977).

[192] "Even leaders of the center-left opposition party who have complained bitterly in the past of the use of torture and arbitrary detentions by the military regime came out against the State Department" (WHITNEY, Craig R., Bonn to send Brazil nuclear equipment, **New York Times,** 28 de março de 1977).

[193] "Like the clouds, they quickly pass" (WHITNEY, Craig R., Bonn to send Brazil nuclear equipment, **New York Times,** 28 de março de 1977).

Segundo os Estados Unidos, o material alemão enviado ao Brasil tinha potencial nuclear, argumento que foi refutado, repetidas vezes, pelos poderosos alemães[194]. Apesar das fortes recomendações do governo Carter, a Alemanha enviou o material nuclear ao Brasil que, segundo o governo norte-americano, poderia ser utilizado na construção de bombas atômicas[195]. O artigo reforça a ideia de que, tanto o urânio quanto o plutônio, poderiam ser utilizados com estes fins, embora o Acordo de Bonn, firmado entre os países envolvidos no acordo nuclear, exigisse a supervisão da Organização Internacional de Energia Atômica[196].

Segundo o Ministro do Exterior alemão, Hans Dietrich Genscher's, a ação é necessária para aumentar a credibilidade internacional da República Federal da Alemanha, além de assegurar o futuro de exportação de energia germânica. De acordo com a matéria, o governo norte-americano ainda tinha esperança de que o acordo entre os países fosse desfeito[197]. A Alemanha tentou conciliar os seus interesses com as necessidades do governo norte-americano, embora a imprensa alemã, como a Revista Die Ziet, tenha insinuado repetitivamente, que "os Estados Unidos querem o negócio cancelado apenas para obter os contratos de usinas nucleares lucrativas para sua própria indústria" [198].

Apesar de apresentar as diferentes perspectivas sobre o tema, as matérias mostram que o *NYT* é enfático ao mostrar a falta de flexibilidade do governo brasileiro na questão nuclear, e o quanto essa questão abalou, ainda mais, a relação entre os países, que já estava enfrentando conflitos anteriores.

3.6 OS DIREITOS HUMANOS EM DESTAQUE NAS CAPAS DO NYT

---

[194] "West German leader argument that the contract with Brazil would not contribute to the danger of nuclear proliferation" (WHITNEY, Craig R., Bonn to send Brazil nuclear equipment, **New York Times,** 28 de março de 1977).

[195] "Could be used to build atomic bombs" (WHITNEY, Craig R., Bonn to send Brazil nuclear equipment, **New York Times,** 28 de março de 1977).

[196] "Both produce fissionable uranium and plutonium that could be used in nu-clear weapons, but Bonn's agreement with Brazil provides for supervision by the Vienna-based International Atomic Energy Organization" -(WHITNEY, Craig R., Bonn to send Brazil nuclear equipment, **New York Times,** 28 de março de 1977).

[197] "Was still hope that diplomatic talks with West Germany and Brazil would lead the two countries to change their plans" (WHITNEY, Craig R., Bonn to send Brazil nuclear equipment, **New York Times,** 28 de março de 1977).

[198] "Have intimated repeatedly that the United States wanted to have the deal canceled only to get the lucrative nuclear power plant contracts for its own industry" (FOREMAN, Laura. Mrs. Carter told by 2 american of Brazil Ordeal, **New York Times,** 9 jun. 1977).

Carter e a campanha eleitoral cheia de promessas (*Carter with a long list of campaign promise*), Charles Mohr, 15 de novembro de 1976.

Exército brasileiro mostra as suas garras (*Brazilian Army Tightening its grip*), Jonathan Kandell, 15 de abril de 1977.

EUA dizem que a maioria das terras que recebem ajuda financeira estão abusando dos direitos humanos (*U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights*), Bernard Gwertzman, 13 de março de 1977.

Rosalynn Carter e os atentados contra dois norte-americanos (*Mrs. Carter told by 2 Americans of Brazil ordeal*, Laura Foreman), 9 de junho de 1977.

Carter, em Brasília, reforça questão dos direitos humanos (*Carter, in Brasilia, raises human rights*), Terence Smith, 30 de março de 1978.

De acordo com as informações de Carlos Fico e James Green, Jimmy Carter, candidato à Presidência norte-americana, engajou-se fortemente na questão dos direitos humanos. O *NYT* reafirma as ideias dos autores e, em 15 de novembro de 1976, realizou uma avaliação crítica sobre a longa lista de promessas feitas por Jimmy Carter durante a campanha eleitoral.[199] Segundo a publicação de Charles Mohr, após 1.495 falas e centenas de entrevistas, Carter teria de cumprir os compromissos assumidos, muitas vezes em *linguagem vaga ou ambígua*[200], entre as quais se encaixava um discurso de ações humanitárias no Brasil e na América Latina como um todo.

De acordo com a matéria, durante os 21 meses de campanha presidencial, Jimmy Carter valorizou a política externa, apresentando reformas e inovações para países estrangeiros [201]. Ademais, o candidato à presidência norte-americana desmascarava as propagandas políticas do governo brasileiro e acusava o Partido Republicano dos EUA de apoiar a ditadura vigente no Brasil, posicionamento que acarretou em profundas modificações no relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos.

Carlos Fico defende, porém, que não foram as ocorrências de tortura ou os delitos aos direitos humanos que alteraram significativamente o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. Na verdade, as principais questões de interferência referem-se principalmente ao âmbito econômico, como o protecionismo do governo brasileiro, a disputa

---

[199] "Carter, with a long list of campaign promises, now faces the problem of making Good on them" (MOHR, Charles. Carter with a long list of campaign promise, **New York Times,** 15 nov. 1976).

[200] Ibid.

[201] "In 1,495 speeches and hundreds of interviews during a 21-month Presidential campaign Jimmy Carter promised a wide range of programs, reforms and innovations" (MOHR, Charles. Carter with a long list of campaign promise, **New York Times,** 15 nov. 1976).

pelo petróleo, além dos acordos nucleares com a Alemanha. A crise também acontecia internamente, uma vez que a sociedade brasileira, e em especial os setores médios e a elite dos centros urbanos, passava por um período de desencantamento. Após o deslumbramento ilusório propiciado pelo *milagre econômico*, restava apenas um mar de endividamento e um cenário político instável, que causavam sentimentos de estranhamento e nostalgia na população brasileira.

Geisel buscava controlar o cenário caótico e, em abril de 1977, a matéria "o Exército brasileiro mostra as suas garras" reforçou a ideia do recrudescimento das forças autoritárias no Brasil. O jornal indica que a ação de fortalecimento do autoritarismo, promovida por Geisel, pode ter sido uma resposta às tentativas de humanização incitadas por Carter nos Estados Unidos, que foram consideradas intrusivas pelo general brasileiro.

A matéria reforça que o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos vinha se desgastando devido à insistência do governo norte-americano em relação ao tema dos direitos humanos e a disseminação das armas nucleares[202]. Apesar das promessas de Geisel, e um cenário de diminuição da censura à imprensa e de prisões políticas arbitrárias, além da mitigação da tortura contra presos políticos[203], a matéria mostra o pronunciamento de Geisel anunciou que as próximas eleições continuariam sendo decididas pelos militares. Os governadores dos estados também continuariam sendo eleitos pelo colégio eleitoral. Isso significaria que o partido do governo, a Aliança de Renovação Nacional (ARENA), continuaria a exercer o poder em mais de 20 estados brasileiros[204].

Enquanto isso, nos Estados Unidos, havia uma insatisfação generalizada em relação ao apoio financeiro do governo norte-americano aos 82 países que violavam os direitos humanos básicos[205]. Segundo o jornal, o Departamento de Estado, em relatórios publicados, informou ao Congresso norte-americano que, com exceção dos países da Europa Ocidental e poucos outros, os direitos humanos estavam sendo violados, em diferentes graus, pela maioria dos 82 países que recebiam assistência dos EUA[206].

---

[202] "Because of annoyance over Washington's stands on human rights and the spread of nuclear weapons" (KINDELL, Jonathan. Brazilian army tightening its grip, **New York Times,** 15 abr. 1977).

[203] "Been a lessening of press censorship and a sharp decline in arbitrary political arrests and in the use of torture against political prisoners" (KINDELL, Jonathan. Brazilian army tightening its grip, **New York Times,** 15 abr. 1977).

[204] "This means that the pro-Government party, the Alliance for National Renovation, will win 20 state governorships" (KINDELL, Jonathan. Brazilian army tightening its grip, **New York Times,** 15 abr. 1977).

[205] "HUMAN rights are being violated in varying degrees by most of the 82 countries that receive security assistance" (GWERTZMAN, Bernard. U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, **New York Times,** 13 de março de 1977).

[206] "The State Department, in reports made public today, has informed Congress that, with the exception of Western European nations and a few others, human rights are being violated in varying degrees by most of

Também nesta matéria, o jornal enfatiza que o relatório gerado pelos Estados Unidos, que denunciava práticas no Brasil que violam o "direito à vida, à liberdade e segurança" [207], acarretou na recusa do governo brasileiro em relação à continuidade da ajuda militar oferecida pelos norte-americanos, e anunciou a revogação de todo o pacto de assistência militar oferecida pelos Estados Unidos ao Brasil, que durava 25 anos[208].

A matéria complementa que grupos não governamentais, como a Anistia Internacional, enviaram detalhes sobre violação de direitos e eram mais ainda críticos do que os relatórios do Departamento de Estado[209].

Ainda nesse tema, Elio Gaspari aborda outra situação na qual o jornal criticou as violações aos direitos humanos. O *New York Times* atacou a censura imposta no Brasil com um editorial intitulado "As notícias encarceradas na América Latina", citando as prisões de jornalistas e pedindo que o governo norte-americano pressionasse Brasília para o fim das atrocidades contra a população brasileira. O jornal O Globo respondeu a denúncia da matéria em menos de 72 horas, representando a voz do governo brasileiro:

> a campanha de imprensa nos EUA destina-se a criar problemas diplomáticos com Washington, mas essa pressão não afeta os brasileiros na sua decisão de resolver os seus problemas domésticos sem pedir as bênçãos do New York Times ou do Le Monde, que abençoaram Fidel Castro, Guevara e outros paladinos dos 'direitos humanos'. [210]

Também em 1977, Rosalynn Carter fez uma visita ao Brasil na qual criticou a maneira como os prisioneiros políticos eram tratados. Para fundamentar tais críticas, baseou-se em dois norte-americanos, os quais foram entrevistados por Rosalynn e afirmaram terem sido tratados *como animais* na prisão brasileira [211].

Os dois missionários que sofreram as torturas, Lawrence Rosebaugh e Thomas Capuano, foram presos pela polícia de Recife e, "mesmo não tendo antecedentes criminais, foram mantidos incomunicáveis durante três dias". O jornal denunciou que os homens ficaram detidos, nus, em uma cela minúscula, superlotada com outros 34 homens.

---

the 82 countries that receive security assistance" (GWERTZMAN, Bernard. U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, **New York Times,** 13 de março de 1977).

[207] "Upon the right to life, liberty and security of the person continue to he reported" GWERTZMAN, Bernard. U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, **New York Times,** 13 de março de 1977

[208] "after having received its report, first declined further military aid and yesterday announced abrogation of the entire military assistance pact" (GWERTZMAN, Bernard. U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, **New York Times,** 13 de março de 1977).

[209] "Are much sharper in their comments than the State Department reports" (GWERTZMAN, Bernard. U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, **New York Times,** 13 de março de 1977).

[210] O GLOBO, 7 jan. 1969.

[211] "Met today with two American missionaries who said they had been "treated like animals" in a Brazilian jail" (FOREMAN, Laura. Mrs. Carter told by 2 american of Brazil Ordeal, **New York Times,** 9 jun. 1977).

Segundo a polícia, eles foram presos por "associarem-se com delinquentes, e não estarem devidamente identificados" [212]. Lawrence e Thomas só foram libertados quando as pessoas carentes, a quem haviam ajudado durante o trabalho voluntário que exerciam no Brasil, denunciaram a situação ao consulado norte-americano em Recife. Os prisioneiros disseram à Rosalynn Carter que, além dos limites geográficos de Pernambuco, muitos presos eram mantidos em dietas de fome, sendo regularmente espancados e chutados [213]. Os relatos do jornal não recorriam a eufemismos para disfarçar a realidade: tornavam claro que os presos eram submetidos a constante humilhação e degradação, realmente tratados como animais.

A matéria expôs a declarações chocantes dos prisioneiros, que colocavam a credibilidade do governo brasileiro em xeque. Um dos prisioneiros teve o seu discurso compilado na primeira página do jornal:

> fui empurrado, chutado, derrubado por chamados guardas de prisioneiros [...] um terrível mau cheiro era constante, o cheiro de excremento humano, suor humano [...] piolhos estavam por toda parte e havia corpos de parede a parede [...] à noite, quando era hora de ir para baixo, não havia espaço para se estabelecer. [214] Em um discurso ainda mais chocante, os prisioneiros denunciaram que "uma pessoa foi forçada a ir de joelhos e lamber as migalhas do chão com a língua como um cachorro" [215].

---

[212] "they said they had been told by the police on their arrest that they had been "associating with delinquents" and did not have proper identification" (FOREMAN, Laura. Mrs. Carter told by 2 american of Brazil Ordeal, **New York Times,** 9 jun. 1977).

[213] "they said prisoners at the jail, just outside Recife, were kept on a starvation diet and were regularly beaten and kicked" (FOREMAN, Laura. Mrs. Carter told by 2 american of Brazil Ordeal, **New York Times,** 9 jun. 1977).

[214] "I was pushed, kicked, knocked down by so called prisoner guards [...] a terrible stench was constant, the stench of human excrement, human sweat. Lice were everywhere. There were wall-to-wall bodies. At night, when it was time to lay down, there was no room to lay down" (FOREMAN, Laura. Mrs. Carter told by 2 american of Brazil Ordeal, **New York Times,** 9 jun. 1977).

[215] "One person was forced to go down on his knees and lick the crumbs off the ground with his tongue like a dog" (FOREMAN, Laura. Mrs. Carter told by 2 american of Brazil Ordeal, **New York Times,** 9 jun. 1977).

Rosalynn Carter foi para o Recife e lá, nos jardins do consulado, encontrou-se com dois religiosos americanos que conviviam com os mendigos da cidade. Haviam sido presos e maltratados. Contaram seu caso, e no dia seguinte a cena estava na primeira página dos principais jornais americanos. Rosalynn escreveria: "Tínhamos alcançado o nosso objetivo a respeito dos direitos humanos".

Figura 10 – Rosalynn Carter em Recife.
Fonte: GASPARI, Elio, **A Ditadura** Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O jornal termina a reportagem mostrando que a mensagem dos prisioneiros seria levada a Jimmy Carter e ao governo norte-americano, a fim de despertar a opinião pública. Assim como a notícia do *NYT*, James Green cita as importantes ações de Rosalynn Carter no Brasil, que chegou a publicar, nas páginas dos jornais norte-americanos, cartas de mães desesperadas em busca dos filhos vitimados pela tortura.

Outras matérias, que não estavam na capa do jornal, também davam força aos argumentos da imprensa norte-americana contra o governo brasileiro. Segundo Elio Gaspari, parte da comunidade universitária estadunidense especialista em assuntos brasileiros "duvidavam existir qualquer época da história do Brasil tenha havido tanta desumanidade sistemática e generalizada no tratamento de dissidentes políticos" [216].

O artigo de capa "Carter, em Brasília, reforça questão dos direitos humanos" (*Carter, in Brasilia, raises human rights*) reafirma o posicionamento enérgico de Jimmy Carter,

[216] NEW YORK TIMES, 8 de março de 1970.

presidente norte-americano, para as questões do tratamento dos presos políticos e acordos bélicos no Brasil [217].

O jornal publicou que, em um discurso à televisão europeia, o Presidente Carter assumiu um "compromisso inabalável" com os direitos humanos em todos os países com os quais os Estados Unidos estavam envolvidos, e gostaria de manter esse posicionamento até o último dia no poder.

Respondendo às ações de Carter, Geisel alegou que ficaria feliz se o presidente desse uma "opinião justa sobre a realidade brasileira" [218]. A matéria de capa retoma, também, que o governo Carter foi abertamente crítico quanto ao comportamento pouco humanista do governo Geisel.

Na mesma época, na Venezuela, o presidente Carter pediu às nações em desenvolvimento para evitarem mudanças "revolucionárias" nos preços das matérias-primas, como parte de uma responsabilidade partilhada na criação de uma ordem econômica internacional mais equilibrada[219]. Tal ideia, apresentada no jornal, reforça os interesses norte-americanos em interferir nas questões econômicas dos países da América Latina. A matéria mostra que, de acordo com o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, a configuração mundial que os Estados Unidos estavam construindo é absurda, uma vez que "buscava o desenvolvimento unilateral das nações industrializadas em detrimento do bem-estar e desenvolvimento de três quartos da humanidade" [220]. Nesse ponto da matéria, é possível fazer uma ligação entre as preocupações políticas, que incluem os direitos humanos, e os interesses econômicos dos Estados Unidos em relação à América Latina.

3.7 A RETOMADA DO BOM RELACIONAMENTO ENTRE OS PAÍSES

Artigos relacionados:

---

[217] "President Carter made a strong defense today of his emphasis on human rights in world affairs as he addressed Latin American diplomats here, some representing governments bitterly critical of that policy" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[218] "Fair opinion about the Brazilian reality" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[219] "in Caracas, President Carter called on the developing nations of the world today to avoid "disruptive" shifts in the prices of raw materials as part of a shared responsibility in the creation of a more balanced international economic order" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[220] "To seek the unilateral development of the industrialized nations at the expense of the welfare and development of three-fourths of mankind" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

Encontros de Carter com os brasileiros parecem reduzir a tensão entre os países, apesar das falhas (*Carter's meetings with Brazilians seem to cut tension despite rifts*), Terence Smith, 31 de março de 1978.

Reagan começa o seu *tour* pelo cordial Brasil (*Reagan begin his Latin tour in cordial Brazil*), Warren Hoge, 01 de dezembro de 1982.

Presidente norte-americano irá emprestar US$ 1,2 bilhão para o Brasil (*President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan*), Steven R. Weisman, 02 de dezembro de 1982.

Líder da oposição ganha as eleições no Brasil (*Opposition Leader Wins Brazil Vote*), Alan Riding, 16 de janeiro de 1985.

A publicação "encontros de Carter com os brasileiros parecem reduzir a tensão entre os países, apesar das falhas", de Terence Smith, mostra que as palestras de Carter no Brasil tinham por objetivo aliviar a crise no relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. O secretário de imprensa da Casa Branca, Jody Powell, afirmou que a atmosfera das relações entre os países realmente melhorou com a visita de Carter.

O presidente Carter pronunciou que, apesar das desavenças sobre os direitos humanos e os acordos nucleares, "os principais fatores que nos unem em harmonia com o Brasil são muito mais importantes" [221]. Carter foi diplomático ao explicar o posicionamento dos Estados Unidos em relação à questão dos direitos humanos no Brasil, e opôs-se à ideia de permitir que delegações independentes, como as Nações Unidas ou a Comissão Interamericana dos direitos humanos, entrassem para investigar abusos contra a dignidade humana no Brasil.

Em relação à questão nuclear, o presidente dos os Estados Unidos se opôs aos planos brasileiros para a compra de uma usina de reprocessamento nuclear da Alemanha Ocidental, mas que não tinha o objetivo de desafiar o Brasil ou a Alemanha, uma vez que se considerava "amigo dos dois países" [222].

A publicação no *NYT* mostrava que o presidente norte-americano reforçou o seu próprio direito de dialogar com cidadãos brasileiros que se opusessem ao governo de Ernesto Geisel. Em um discurso relatado pelo jornal, Carter disse que "em uma sociedade

---

[221] "The major factors which bind us in harmony with Brazil are much more important" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[222] "He was not challenging Brazil's right to conclude such a deal, he said, hut "as a friend of both countries" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

diversificada como a que temos aqui no Brasil, é importante estar em contato com pessoas diversas que representam pontos de vista diferentes" [223].

O presidente norte-americano abordou, ademais, a importância de um poder legislativo democraticamente eleito[224], oferecendo apoio à reabertura democrática no Brasil. Carter completou seu discurso dizendo que os EUA estavam preparados para aumentar o volume de ajuda externa direta e indireta, reprogramar empréstimos aos países em desenvolvimento e acelerar a transferência de tecnologia avançada [225].

Cruzando as informações do NYT com os estudos de James Green e Carlos Fico, constata-se a existência de interesses econômicos envolvidos no esforço diplomático de Carter, uma vez que a publicação reforça, na mesma matéria, o pedido de Carter para que as nações em desenvolvimento evitassem tarifas restritivas sobre os produtos norte-americanos[226]. Segundo o jornal, se o Brasil seguisse as orientações demandadas, o governo norte-americano diminuiria a insistência em relação à taxa aduaneira de 11% de impostos sobre as exportações ao país[227].

O artigo de Terence Smith faz, também, uma retrospectiva do relacionamento entre as nações, resumindo-a da seguinte maneira: "Brasil e os Estados Unidos haviam sido aliados na 2ª Guerra Mundial e companheiros próximos em 1964, quando as Forças Armadas tomaram o poder [...] porém, o relacionamento ficou abalado por decisões do Brasil de desenvolver a sua própria energia nuclear. Outros fatores que abalaram o relacionamento entre os países foram o apoio às resoluções das Nações Unidas e o acordo nuclear com a Alemanha" [228].

---

[223] "In a diverse society such as you have here in Brazil, it's important for me to visit with different persons who represent different views" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[224] "The importance of democratically elected legislatures" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[225] "Mr. Carter said that the United States was prepared to increase its volume of direct and indirect foreign aid, reschedule outstanding loans to developing countries and speed the transfer of advanced technology" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[226] "He also called on the developing nations to avoid restrictive tariffs on American goods" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[227] "The new attitude was apparent at the General Agreement on Tariffs and Trade meeting in Geneva last week […] the United States agreed to drop its insistence that Brazil end, as it had promised to, an 11 percent tax break subsidy on its exports" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

[228] "The falling-out in Brazilian-American relations that appears to be ending began in the middle 1970's. The two countries had been allies in World War II and close associates in 1964 when the armed forces seized power. But the Brazilians antagonized Washington with a so-called third world diplomatic approach that included decisions to develop its own weapons-grade nuclear energy, grant prompt recognition to the Marxist Governments of Angola and Mozambique and vote in favor of the United Nations resolution condemning "Zionism" (SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978).

A estratégia da retrospectiva histórica entre o Brasil e os Estados Unidos foi utilizada ao menos duas vezes nas matérias de capa do *NYT* neste período indica o resgate dos bons momentos entre os países. Essa postura pode representar uma tentativa de reconstruir uma atmosfera de concórdia entre as nações. De maneira gradual, os Estados Unidos e o Brasil estavam tornando-se aliados novamente, principalmente devido à dependência financeira do Brasil em relação aos cofres norte-americanos. Geisel começou a ceder à política externa, desenvolvendo um processo de reabertura democrática, continuado por João Baptista Figueiredo.

João Figueiredo, presidente do Brasil entre 1979 e 1985, não foi eleito por voto popular, mas já estava mais aberto a reimplantar a democracia no Brasil. O artigo de capa do *NYT* mostrou que Figueiredo liderou o primeiro grupo de oficiais que recepcionaram o presidente norte-americano Ronald Reagan (1981-1989), durante sua viagem de cinco dias pela América Latina[229].

Reagan assumiu a presidência norte-americana após Carter, quando a integração entre o Brasil e os Estados Unidos apresentava sinais de melhorias. Na visão do governo norte-americano e de acordo com a matéria do *NYT*, ao contrário da Argentina em guerra, do México sedento por petróleo e da Polônia comunista, o Brasil "seguiu um modelo capitalista sensato" [230]. De acordo com a publicação, a visita de Reagan tinha o objetivo de ceder o seu aval pessoal para a melhoria nas relações entre os Estados Unidos e o maior país da América Latina, recriando caminhos para um relacionamento vantajoso [231].

Em seu primeiro ano de mandato, o Presidente Reagan encontrou dificuldades para transformar a oratória antissoviética de sua campanha em uma política externa coerente e moderada. O *NYT* divulgou que o Presidente, ao contrário do seu antecessor, Jimmy Carter, não demonstrava interesse e entusiasmo para assuntos estrangeiros [232].

---

[229] "President Joao Baptista Figueiredo led the group of Government officials who greeted him on the first stop in his five-day foundation Latin American trip" (HOGE, Warren. Reagan begin his latin tour in cordial Brazil, **New York Times,** 1 dez. 1982).

[230] "Argentina was a war, Mexico put all its hopes in oil, Iran was a revolution, Poland is Communist, but Brazil followed a sensible capitalist development model" (HOGE, Warren. Reagan begin his latin tour in cordial Brazil, **New York Times,** 1 dez. 1982).

[231] "talks would take place in an atmosphere free of the tensions that have characterized American-Brazilian high-level encounters for nearly a decade" (HOGE, Warren. Reagan begin his latin tour in cordial Brazil, **New York Times,** 1 dez. 1982).

[232] "In his first year in office, President Reagan has found it hard to translate the tough anti-Soviet oratory of his campaign into a consistent foreign policy and has had to moderate, reshape or even defer some early objectives because of frustrating realities abroad. Except for his one major initiative, on reducing nuclear arms in Europe, the President has not displayed the personal involvement, enthusiasm, conviction or sure sense of command in foreign affairs that has characterized his economic program or his legislative disputes with Congress" (HOGE, Warren. Reagan begin his latin tour in cordial Brazil, **New York Times,** 1 dez. 1982).

O *New York Times* utilizou o editorial publicado no Estado de S. Paulo para relatar a atual situação do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. De acordo com o editorial, intitulado "De volta às trilhas", finalmente o Brasil se reconheceu como um país "de vulnerabilidade econômica e financeira", e estava reestabelecendo a amizade com os Estados Unidos[233]. O Estado de S. Paulo afirmou que o governo norte- americano reconheceu a grande força que a diplomacia brasileira representava para os EUA em um momento delicado da economia mundial. Em 1984, os Estados Unidos também passavam por uma forte crise econômica, que os colocava perto do *status* de nação devedora, de acordo com a matéria so NYT de Peter T. Kilborn, datada em 20 de fevereiro de 1984 (*"U.S. nears status of debtor nation"*).

O discurso do *NYT* tornou-se mais complacente com o governo brasileiro quando o Brasil viu-se obrigado, devido à crise econômica, a procurar ajuda financeira de bancos norte-americanos e do governo dos Estados Unidos[234].

Principalmente a partir de 1981, e devido aos vínculos econômicos, o jornal formalizou a melhoria no relacionamento entre os Estados Unidos e o *Terceiro Mundo*. O artigo de Steven R. Weisman mostra o oferecimento de US$1,2 bilhão de empréstimos emergenciais ao Brasil. De acordo com a publicação, a ação *urgente* visa ajudar o desenvolvimento do país, inclusive mobilizando credores para auxiliar o Brasil e outros países em crise financeira[235]. As consequências do ilusório milagre econômico promovido por Médici estavam finalmente visíveis à população brasileira.

O artigo reforça que o cenário brasileiro era preocupante, principalmente pela questão do endividamento. O Brasil, que já havia pedido mais de US$600 milhões em empréstimos para os grandes bancos norte-americanos, buscava ainda US$2,4 bilhões [236]. Os Estados Unidos, também em crise, aconselhavam prudência ao governo brasileiro, o que

---

[233] "In an editorial titled "Back on Track," the Estado de S. Paulo said that the Brazilian Government "has finally recognized that a country with our economic and financial vulnerability cannot afford 'great power chauvinism" (HOGE, Warren. Reagan begin his latin tour in cordial Brazil, **New York Times,** 1 dez. 1982).

[234] "The newspaper was commenting on the improved relations between the two countries that began only two months ago when Brazilian leaders were obliged by a balance of payments crisis to seek assistance from American banks and the United States Government" (HOGE, Warren. Reagan begin his latin tour in cordial Brazil, **New York Times,** 1 dez. 1982).

[235] "President Reagan said today that the United States would provide US$1.2 billion in emergency short-term loans to Brazil, and he appealed to lenders around the world to help Brazil and other countries through their financial crises" (WEISMANN, Steven R. President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan, **New York Times,** 2 dez. 1982).

[236] "Brazil has already raised US$600 million from major American banks, and it is believed that these credits would be included in the US$2.4 billion now being sought" (WEISMANN, Steven R. President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan, **New York Times,** 2 dez. 1982).

incluía cortes nos programas sociais do governo, redução em importações e possíveis cortes nos aumentos salariais dos trabalhadores[237]. O jornal mostra que Reagan,

> "com os olhos deslumbrados pelo progresso da nação brasileira" [238], propôs ajuda direta ao Brasil por meio de duas soluções: "primeiramente, renunciar quotas às importações de açúcar e permitir ao Brasil transportar álcool feito a partir de cana-de-açúcar para os Estados Unidos [...] em segundo lugar, não se opor plano do Brasil para continuar a subsidiar as exportações por mais dois anos, a fim de melhorar a sua balança de pagamentos" [239].

As capas do jornal mostravam a paulatina volta do Brasil às práticas democráticas, que implicaram na criação de projetos sociais internos, como melhoria na qualidade de vida nas favelas, que tinham a intenção de cativar o voto da população. Em um artigo escrito em 22 de outubro de 1979, o jornalista Warren Hoge indica que as ações promovidas na favela tinham por objetivo encantar potenciais eleitores. De acordo com o artigo, o eleitorado potencial nas favelas representava uma parte significativa da população, uma vez que "com 220.000 habitantes, a favela abrange dois quilômetros quadrados de que costumava ser mar aberto ao longo da costa do norte do Rio de Janeiro" [240]. As intenções de melhorias vinculadas à possível redemocratização ficam evidenciadas no seguinte trecho:

> o governo do general João Baptista de Figueiredo foi a primeira administração, desde quando os militares tomaram o Brasil há 15 anos, a perceber a necessidade de construir uma política pública, que está claramente agradando à população mais pobre com interesses políticos[241].

A matéria de Alan Riding informou que, de acordo com as pesquisas, a maioria dos brasileiros já preferiam eleições presidenciais diretas, mas que o Presidente João Baptista Figueiredo insistiu em manter o voto indireto através de colégio eleitoral[242]. Ainda assim, o

---

[237] "among the Brazilian austerity steps are cuts in Government social programs, a reduction in imports and possible cuts in workers' wage increases" (WEISMANN, Steven R. President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan, **New York Times,** 2 dez. 1982).

[238] "My eyes are dazzled by the progress of the Brazilian nation" (WEISMANN, Steven R. President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan, **New York Times,** 2 dez. 1982).

[239] "first, it will waive quotas on sugar imports and allow Brazil to ship alcohol made from sugar cane to the United States. Second, it will not oppose Brazil's plan to continue to subsidize exports two more years to help improve its balance of payments" (WEISMANN, Steven R. President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan, **New York Times,** 2 dez. 1982).

[240] HOGE, Warren. Brazil's outcast shanty dwellers offered a helping hand at last. **New York Times,** 22 out. 1979.

[241] "The Government of Gen. Joao Baptista de Figueiredo, the first administration since the military took over Brazil 15 years ago to face the necessity of building a public base, is clearly eyeing Brazil's poor with political interest" (HOGE, Warren. Brazil's outcast shanty dwellers offered a helping hand at last, **New York Times,** 22 de outubro de 1979).

[242] Polls showed that most Brazilians had preferred direct presidential elections this year, but the departing President, Gen. Joao Baptista Figueiredo, insisted on an indirect vote through the 686-member Electoral College" (RIDING, Alan. Opposition Leader Wins Brazil Vote, **New York Times,** 16 jan. 1985).

líder da oposição, Tancredo Neves, admirador de Juscelino Kubitschek, ganhou o voto da nação brasileira pelo colégio eleitoral, vencendo por 480 contra 180 votos[243].

As primeiras páginas do jornal relatavam a comemoração da população brasileira. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, bandas da samba tocavam pelas ruas, soltando fogos de artifício enquanto os motoristas buzinavam pelas ruas, em comemoração[244]. Um *outdoor* erguido nas proximidades proclamava: "Bom dia, democracia!" [245].

Tancredo se prontificou a patrocinar as eleições diretas em 1988, garantindo que a sua eleição seria a "última eleição indireta do país" [246]. Além disso, Tancredo Neves apontou a necessidade de retomar o crescimento do país[247].

A volta à democracia era vantajosa aos EUA, uma vez que estimularia o comércio entre os países. Porém, de acordo com a matéria, a maioria dos observadores políticos acreditava que Tancredo deveria seguir um plano de economia mais conservador, a fim de consolidar a liberdade das instituições democráticas[248]. O cenário brasileiro e o clima amistoso com os Estados Unidos desencadearam ações econômicas importantes e, por sua vez, o *New York Times* apoiou a eleição do novo Presidente e o rumo o Brasil estava seguindo.

Em 23 de abril de 1985, outra matéria de capa anunciou algo inesperado à possibilidade de retorno da democracia brasileira: a morte de Tancredo Neves. As páginas de capa do *NYT* anunciavam que o homem, que era a personificação das esperanças democráticas após 21 anos de regime militar e iria subir na rampa da presidência em 15 de março de 1985, morreu devido a complicações em uma cirurgia intestinal[249]. Segundo a publicação, os

---

[243] "An electoral college chose Brazil's first civilian President in 21 years today, overwhelmingly electing the opposition candidate, Tancredo Neves" (RIDING, Alan. Opposition Leader Wins Brazil Vote, **New York Times,** 16 jan. 1985).

[244] "In Sao Paulo and Rio de Janeiro, samba bands started playing in the streets, fireworks shot into the sky, bits of paper were thrown out office windows and motorists blew their car horns to mark the return of civilian rule" (RIDING, Alan. Opposition Leader Wins Brazil Vote, **New York Times,** 16 jan. 1985).

[245] "A nearby billboard erected overnight proclaimed: "Good Morning, Democracy" (RIDING, Alan. Opposition Leader Wins Brazil Vote, **New York Times,** 16 jan. 1985).

[246] "Mr. Neves said this would be the country's 'last indirect election" (RIDING, Alan. Opposition Leader Wins Brazil Vote, **New York Times,** 16 jan. 1985).

[247] "Resumption of growth" – NYT, Alan Riding, Opposition Leader Wins Brazil Vote, 16 de janeiro de 1985 (RIDING, Alan. Opposition Leader Wins Brazil Vote, **New York Times,** 16 jan. 1985).

[248] "Most Brazilian political observers say that Mr. Neves will head an administration that will be forced by circumstances to adopt conservative economic policies but will stress consolidation of political freedoms and democratic institutions" (RIDING, Alan. Opposition Leader Wins Brazil Vote, **New York Times,** 16 jan. 1985).

[249] "From the moment of Mr. Neves's death at the age of 75 from complications following intestinal surgery […] from the moment of Mr. Neves's death at the age of 75 from complications following intestinal surgery" (RIDING, Alan. Brazilians mourn president-elect, **New York Times,** 23 de abril de 1985).

médicos tentaram acobertar a seriedade da condição de saúde de Tancredo[250]. A matéria relata, também, que algumas pessoas acreditavam em tratamento médico inadequado[251].

Delegações estrangeiras, incluindo o Secretário de Comércio Malcolm Baldrige, representante dos Estados Unidos, participaram da cerimônia fúnebre antes que o corpo de Tancredo fosse levado para Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, onde atuou como governador de 1983 a 1984[252].

O jornal acompanhou o posicionamento complacente dos Estados Unidos em relação ao sentimento de luto predominante no Brasil, e visava a manter o bom relacionamento com o país, estimulando à volta da democracia e, consequentemente, amenizar a intervenção estatal e os empecilhos, colocados pelos generais, nas negociações econômicas entre os países.

---

[250] "His doctors tried to cover up the seriousness of his condition" (RIDING, Alan. Brazilians mourn president-elect, **New York Times,** 23 de abril de 1985).

[251] "Reports of disagreements among his doctors spread speculation that he was improperly attended" (RIDING, Alan. Brazilians mourn president-elect, **New York Times,** 23 de abril de 1985).

[252] "Foreign delegations, including Secretary of Commerce Malcolm Baldrige, representing the United States, will take part in a ceremony here Tuesday morning before Mr. Neves's body is flown to Belo Horizonte, the capital of Minas Gerais State, where he served as Governor until running for President" (RIDING, Alan. Brazilians mourn president-elect, **New York Times,** 23 de abril de 1985).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação "O Brasil nas páginas do New York Times (1964-1985)" buscou analisar como um dos principais jornais do mundo divulgou o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos durante a ditadura militar brasileira.

As análises das matérias permitem assumir que, de fato, a política brasileira foi influenciada pelos Estados Unidos durante a ditadura, muitas vezes negativamente. Entre 1964 e 1985, a política externa norte-americana foi agressiva e, muitas vezes, envolveu-se em assuntos de outros países, principalmente na América Latina.

Mesmo com a participação importante de Jimmy Carter na restauração democrática, Carlos Fico mostra que, entre aproximações e distanciamentos, os governantes dos Estados Unidos valorizaram a opinião do governo brasileiro apenas em momentos estratégicos, nos quais existiam interesses políticos e econômicos envolvidos. Por outro lado, James Green alerta para a importância de evitar dicotomias preestabelecidas e análises simplistas, nas quais "tudo se resume ao enfrentamento entre repressor e reprimidos" [253], uma vez que as ações individuais nos Estados Unidos e a presença de Jimmy Carter foram pontos fortes no processo da restauração democrática no Brasil.

De qualquer forma, o foco do projeto não consiste em questionar as variações no relacionamento entre os países no período retratado, mas em entender como o *New York Times* **publicou** o vínculo entre os países durante a ditadura militar brasileira.

O modo como os fatos foram relatados nas primeiras páginas do jornal nova-iorquino é de extrema importância para a imagem do Brasil no cenário mundial, visto que a influência do *New York Times* é um consenso no meio jornalístico. Utilizando-se as palavras do jornalista britânico Martin Walker, "as notícias ganham relevo quando têm destaque em um grande jornal" [254]. De fato, é instigante estudar um momento importante da história brasileira retratada pelos olhos de um observador estrangeiro de destaque: o *New York Times*.

O amplo recorte temporal da dissertação, que totaliza 21 anos, apesar de impedir uma apuração mais detalhada das publicações, oferece a visão do cenário como um todo, e permite avaliar a evolução das abordagens sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos entre 1964 e 1985.

---

[253] GREEN, James. **Apesar de vocês:** a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 60.

[254] MOLINA, Matias M. **Os melhores jornais do mundo**. São Paulo: Globo, p. 12.

É difícil delimitar, com exatidão, a ligação entre os interesses do governo norte-americano e as publicações do *New York Times*. Ainda que documentos tenham provado, por exemplo, que o Presidente norte-americano Lyndon Johnson fazia contatos telefônicos diretamente com o diretor do *NYT*[255], a análise do envolvimento entre a mídia e o governo norte-americano depende de muitas e complexas variáveis, principalmente em um período que cobre um arco temporal bastante extenso, no qual ocorreram mudanças políticas e econômicas significativas.

Apesar de não poder ser assertiva sobre o envolvimento do governo e da mídia norte-americana em um período tão extenso, a dissertação permite afirmar que, mesmo com a censura imposta no Brasil, tanto o *NYT* quanto o governo norte-americano estavam cientes das atrocidades ocorridas no Brasil e da imagem ilusória que o governo brasileiro insistia em disseminar.

4.1 RELATOS DOS FATOS BRASILEIROS X RELATOS DO ENVOLVIMENTO NORTE-AMERICANO COM OS FATOS

O *NYT*, em discurso oficial, afirma valorizar a neutralidade, e busca ser "o representante do espírito cosmopolita da cidade que leva o nome" [256]. Analisando as notícias selecionadas, pode-se dizer que, ao relatar os acontecimentos no Brasil, o *New York Times* prezou pela neutralidade. As matérias de capa selecionadas apresentam críticas relevantes ao governo brasileiro, alinhadas com os fatos históricos abordados no Capítulo 1 da dissertação.

Não houve imparcialidade do *NYT*, porém, para exibir a participação do governo dos Estados Unidos nas questões brasileiras. A neutralidade jornalística existiu para descrever os acontecimentos do Brasil e criticar o governo brasileiro, mas falhou na denúncia do real envolvimento do governo norte-americano com as camadas brasileiras mais poderosas da época, incluindo o governo, a mídia e o empresariado. Nas matérias que relatam as atrocidades e autoritarismo impostos no Brasil, o jornal não divulga o envolvimento do governo norte-americano nas questões brasileiras, amenizando a responsabilidade estadunidense sobre os acontecimentos no Brasil.

---

[255] SAAD, Elizabeth. **Estratégias para a mídia digital, internet, informação e comunicação**. São Paulo: Senac-SP, 2003.

[256] PAGANOTTI, I. **Pelos olhos de um observador estrangeiro**: representações do Brasil na cobertura do correspondente Larry Rohter pelo New York Times. 2010, p. 49.

O *NTY* criticou, por exemplo, o aspecto autoritário dos atos promulgados por Castelo Branco, que sobrescreveram a constituição brasileira, mas não divulgou, por exemplo, o apoio norte-americano a Castelo Branco, um velho amigo dos EUA e contato direto de Vernon Walters, adido militar da embaixada norte-americana, com quem regularmente troca informações sobre o Brasil.

Outro exemplo é que, enquanto Green e Fico defendem a participação norte-americana ativa na queda de Goulart, as matérias de capa do *New York Times* apenas revelam uma rápida aceitação pelo governo dos Estados Unidos, sem indicar a participação norte-americana ativa no processo de derrubada de Goulart.

A análise das 25 matérias selecionadas remete à ideia de que, apesar de não omitir as ocorrências no Brasil, o jornal é cuidadoso ao retratar o envolvimento, a favor ou contra, do governo norte-americano nos fatos que ocorreram no Brasil durante a ditadura militar.

Nos raros momentos em que o *NYT* denunciou a participação norte-americana nos acontecimentos brasileiros, exibiu as informações de maneira discreta e indireta, não as definindo como posição do próprio jornal. Um exemplo, na matéria "Bonn envia ao Brasil equipamento nuclear" de 1977, é a denúncia de que o governo dos EUA não apoiou o tratado entre a Alemanha e o Brasil pelos motivos que apresentou oficialmente, mas por questões econômicas. A denúncia foi tratada indiretamente e não foi colocada como a posição do próprio NYT, mas como mera reprodução da opinião de uma revista semanal alemã, chamada *Die Ziet*.

~~4.~~2 AS DIFERENTES TONALIDADES DO DISCURSO DO *NYT* DENTRO DO EXTENSO ARCO TEMPORAL

A suposta neutralidade do jornal também pode ser questionada a partir da observação da evolução das matérias no arco temporal como um todo. A abordagem do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos oscilou entre 1964 e 1985, e o modo que o *NYT* noticiou os acontecimentos sobre o Brasil acompanhou esses diferentes momentos.

É importante observar, por exemplo, que certas terminologias utilizadas nas matérias de primeira página do *New York Times* podem ser sugestivas. A escolha das palavras não é arbitrária e reflete o posicionamento do jornal. Por exemplo, João Goulart, que era retratado pelo NYT como "Sr. Goulart" enquanto Presidente, perdeu imediatamente o pronome de tratamento "Sr." no mesmo dia que sofreu o golpe, ainda que a sua saída do governo

brasileiro não tivesse sido oficializada. A mudança de um simples pronome, que pode ser imperceptível à maioria dos leitores, pode indicar a ruptura do governo norte-americano com Goulart, que não mais o entendia e o respeitava como presidente do Brasil.

Outro exemplo é em relação à palavra “Presidente”, que só apareceu como referência aos militares brasileiros nas matérias do início e do fim da ditadura, quando o relacionamento entre os países era positivo. Nos momentos mais complicados nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, principalmente em meados da década de 70, os militares brasileiros eram referenciados apenas como “chefes” ou “líderes” pelo NYT, jamais como “Presidentes”, o que pode indicar a tentativa de mitigação da autoridade dos governantes brasileiros.

Ademais, analisando-se os diferentes discursos das matérias de capa ao longo dos 21 anos da ditadura militar, o arco temporal extenso permite a análise de que o jornal relatou as improbidades do regime brasileiro com mais ênfase e frequência justamente nos períodos que o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos mostrou-se enfraquecido, principalmente a partir de meados da década de 1970, quando o milagre econômico mostrava sinais de fracasso. Ademais, o relacionamento entre os países foi prejudicado pelo aumento do protecionismo econômico brasileiro e pela eclosão das questões nucleares no Brasil neste período, incluindo o acordo feito entre os brasileiros e alemães.

Ao passo que o governo brasileiro aderia a práticas consideradas desvantajosas aos cofres norte-americanos, suspendendo empréstimos e aumentando as taxas aduaneiras, as páginas do *NYT* mostravam as atrocidades do governo ditatorial brasileiro com maior destaque, de modo que as matérias expunham frases de impacto como “os prisioneiros políticos brasileiros estão sendo tratados como animais”.

Ademais, com o declínio do *milagre econômico*, o governo dos Estados Unidos não tinha mais motivos para omitir a brutalidade do regime brasileiro. Os políticos estadunidenses queriam reconstruir a boa reputação no cenário internacional, desvinculando a imagem dos EUA dos regimes totalitários.

Porém, nos momentos em que os governos brasileiro e norte-americano eram aliados, a prática da tortura e os atentados contra estudantes não foram divulgados como uma política governamental sistemática, embora já ocorressem e a imprensa norte-americana tivesse acesso a tais informações.

Assim, os atentados aos direitos humanos aconteciam desde 1964, mas só ganharam notoriedade nas capas do *NYT* quando o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos estava deteriorado por outras questões.

Embora Elio Gaspari indique que realmente o regime opressor brasileiro começou discretamente, e que as delinquências fossem menos evidentes no período chamado *Ditadura Envergonhada*, fatos relevantes e dignos de denúncia já aconteciam no Brasil durante os primeiros anos da ditadura, e não foram relatadas nas páginas de capa do *NYT*.

As capas do jornal não divulgaram, por exemplo, a prisão de Ênio Silveira, diretor da Editora Civilização, em 1964. Não revelaram as humilhações impostas a Gregório Bezerra, que foi preso imediatamente após o golpe militar, quando tentava organizar a resistência armada dos camponeses ao golpe em apoio ao governo federal de João Goulart. O jornal também não citou a prisão e aposentadoria forçada de centenas de professores. A hostilidade contra Caio Prado Junior, professor e editor da Revista Brasiliense, se tornou assunto nos Estados Unidos somente anos após ser preso, quando professores universitários norte-americanos questionaram a cassação dos direitos políticos de Caio Prado. As notícias de capa do *NYT* não expuseram fatos ainda mais violentos, como os ataques à Universidade de Brasília e à sede da UNE, além da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, que causou revolta nas ruas do Brasil em 1968.

No período de bom relacionamento entre os países, nem mesmo os episódios de violência contra entidades norte-americanas no Brasil ganharam destaque nas primeiras do *New York Times*, como o incêndio no prédio Instituto Brasil-Estados Unidos, o atentado ao escritório dos Voluntários da Paz e os ataques contra o consulado americano[257].

As notícias de censura, desrespeito aos direitos humanos e tortura também não estavam em destaque nas primeiras páginas do *NYT* enquanto a ligação entre os países era benéfica aos EUA. No início da ditadura militar brasileira, sendo o Brasil e os Estados Unidos grandes aliados, o jornal sequer classificava o governo brasileiro como "*ditatorial*", justificando a tomada do poder como "uma ação preventiva contra as forças comunistas". O título da matéria "Presidente do Brasil toma poderes emergenciais", é sugestivo ao classificar a tomada do poder como "emergencial", o que pode induzir ao pensamento de que a mitigação da liberdade era justificável e representou uma "ação necessária para manter a paz no Brasil". A palavra ditadura não aparecia nas matérias de capa do *New York Times* no início da ditadura militar brasileira.

Reconhece-se que a ditadura oscilou entre episódios brandos e críticos, cujo ponto culminante deu-se entre 1968 e 1972, época conhecida por *anos de chumbo*, na qual a repressão contra qualquer tipo de manifestação foi maximizada. A época que o NYT lançou

---

[257] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 330.

críticas mais ferrenhas e recorrentes ao governo brasileiro, no entanto, não foi neste período, mas em meados da década de 1970, justamente quando o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos estava enfraquecido e desgastado.

Em 1977, no ápice da crise do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, o jornal tratou dezesseis vezes da prática de tortura no Brasil, apontando severamente quatro casos de assassinatos[258]. No período que os países viviam um relacionamento conturbado, as matérias, os títulos e as imagens contidas nas notícias atacavam o governo brasileiro mais agressivamente e o classificavam, finalmente, como propagador de um sistema ditatorial, autoritário e abusivo.

Neste período crítico entre os países, o jornal mostrou-se mais propenso a atacar o governo brasileiro e despertar a opinião pública internacional, de modo que o Ministro das Relações Exteriores no Brasil, Mario Gibson Barbosa, pediu "cessar fogo", indicando que "o New York Times e o Washington Post são os principais problemas, do ponto de vista brasileiro" [259]. O governo brasileiro, e o particularmente antiamericanista Geisel, estavam incomodados com as denúncias da imprensa internacional, e convenientemente classificaram-nas como um aglomerado de mentiras: "essa imprensa nunca teve interesse em dizer a verdade [...] quando muito, apresentava os fatos de forma conveniente, a meia verdade [...] havia o deliberado interesse de torcer, deturpar ou exagerar os fatos conforme a conveniência" [260].

De qualquer forma, no período de crise entre os países, o jornal é cuidadoso ao reforçar a afinidade econômica entre os países, que não deveria ser abalada por questões políticas e bélicas, conforme discurso do Presidente da Câmara de Comércio Americana para o Brasil, David Wicker: "o episódio (do acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha) não altera de forma alguma as relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos, uma vez que, sendo político, é um problema transitório, enquanto os interesses econômicos são permanentes".

E foi justamente essa ponderação sobre a afinidade dos países, realizada pelo governo e imprensa estadunidense, aliada a necessidades econômicas e empréstimos ao Brasil falido após o "milagre econômico", que permitiu a reaproximação dos países a partir do início da década de 1980. Neste período, o encontro de interesses entre os governos dos países

---

[258] GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 290.

[259] GREEN, James. **Apesar de vocês**: a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 371.

[260] Duas folhas datilografadas, de Geisel, intituladas "Algumas Ideias para o Esclarecimento". APGCS/HF, p. 149;

tornou as matérias do NYT menos críticas às ocorrências no Brasil. Pelo contrário, as matérias mostravam-se fiéis defensoras do retorno democrático no país, que prometia amenizar a intervenção estatal e afastar possíveis resistências nas negociações econômicas entre os governos brasileiro e estadunidense.

4.3 A PESQUISA COMO UMA TRAVESSIA PARA NOVOS ESTUDOS

A dissertação *"O Brasil ditatorial nas páginas do New York Times (1964-1985)"* buscou investigar o olhar do New York Times em relação ao Brasil a uma das épocas mais duras da história brasileira, retratando "a nossa autoimagem moldada pela visão dos que vêm de fora, e simultaneamente fonte de mitos das preconcepções que já estavam dentro do país e foram exportadas" [261].

Por meio de "lentes que focalizam, ocultam, embelezam ou deformam aspectos" [262], as matérias de capa do *NYT* evidenciam o movimento pendular, de aproximações e distanciamentos, entre o Brasil e os Estados Unidos de 1964 a 1985. As notícias divulgadas na primeira página do jornal foram historicamente validadas a partir das percepções contidas no primeiro capítulo da dissertação, que reúne informações de pesquisadores brasileiros e norte-americanos, como Carlos Fico, James Green, Gay Talese e Elio Gaspari.

A pesquisa torna-se válida no sentido de que não há, no Brasil, uma quantidade relevante de pesquisas conduzidas com o *NYT* como objeto principal[263], tampouco estudos relacionados à maneira como o *New York Times* divulgava as matérias sobre o *Brazil* em diferentes períodos da história brasileira.

A dissertação é uma travessia que não tem a pretensão de esgotar o assunto ou oferecer a verdade absoluta, mas fornecer informações (e, talvez, inspiração) para que futuros pesquisadores possam se engajar no complexo tema da divulgação da ditadura militar brasileira pela imprensa internacional. Por fim, espero que este projeto estimule pesquisadores no estudo sobre o envolvimento dos Estados Unidos na história brasileira, uma vez que, como diz Carlos Fico, "além de brazilianists, precisamos de 'americanistas'" [264], que viabilizem, com paixão, o desenvolvimento da pesquisa nacional.

---

[261] BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

[262] PAGANOTTI, I. **Pelos olhos de um observador estrangeiro**: representações do Brasil na cobertura do correspondente Larry Rohter pelo New York Times. 2010, p. 17.

[263] VIANNA, Rodolfo. **O princípio da ironia** - Manifestações no Jornalismo [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: ECA-USP, 2007.

[264] FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 12.

Por fim, não posso deixar de dizer, que é uma honra para mim, como autora, poder finalizar a dissertação que aborda a ditadura militar no Brasil justamente em junho de 2013, quando milhões de jovens brasileiros estiveram pelas ruas lutando por um Brasil melhor. Os temas da liberdade e dos direitos dos cidadãos ainda estão borbulhando na mentalidade dos brasileiros e prometem gerar, a longo prazo, um novo patamar de consciência política no país. Na minha visão, as últimas manifestações reforçam o sentimento de que o tema desta dissertação é ainda mais atual e ainda mais importante de ser estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Fernanda. **Veja Sob Censura**: 1968-1976. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

BASILE, Juliano. **Adaptação do Jornalismo em tempo de novas tecnologias**. Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação. Programa de Pós-Graduação, fev. 2009.

BRAZILIAN Rebels Claim Victory. (Article). **New York Times**, 2 abr. 1964

BRAZIL'S President takes new powers and ends parties. (Article). **New York Times,** 28 out. 1965.

ANOTHER general chosen as Brazil's next leader. (Article) **New York Times,** 19 jun. 1973.

BRAZIL cancels military aid treaty over U.S. report on Human Rights. (Article). **New York Times,** 12 mar. 1977.

BURKS, Edward C. Leaders of Coup Press for Purge of Brazil's Reds, **New York Times,** 3 abr. 1964.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**: memórias. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, vol.1.

CLURMAN, Richard M. **Até o Fim da *Time* – Sedução e Conquista de um Império da Mídia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

COELHO, Luciana. Morre o ex-presidente do 'New York Times'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 set. 2012. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/69176-morre-o-ex-presidente-do-new-york-times.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2013.

COSTA, Cristina. **Teatro e Censura**: Vargas e Salazar. São Paulo: EDUSP, 2010.

COUNTRY Analysis and Strategy Paper. 19 de janeiro de 1971, p. 9 e 11; p. 59, 1970-1973, caixa 2135.

SZULC, Tad. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times,** 3 abr. 1964.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E EMBAIXADA BRASILEIRA NO RIO DE JANEIRO. Teleconferência proferida em 1º de abril de 1964, USA, Department of State, Foreign Relations of the United States, 1964-1968:

South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI.

ESTADO DE S. PAULO, Caderno Sabático, S3, 4 ago. 2012.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

_____. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FOLHA DE S. PAULO, 19 jul. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/945672-exame-comprova-que-salvador-allende-se-matou-em-1973.shtml>. Acesso em: 15 mai. 2012.

FOREMAN, Laura. Mrs. Carter told by 2 american of Brazil Ordeal, **New York Times,** 9 jun. 1977.

FRANKEL, Max. Washington Sympathetic to Brazilian Rebel Cause. **New York Times**, 2 abr. 1964.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 2ª ed. Rio de Janeiro. Codecri, 1980.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, Federico. **Latin American-United States Relations**. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1971.

GREEN, James. **Apesar de vocês**: a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GWERTZMAN, Bernard. U.S. says most lands receiving arms aid are abusing rights, **New York Times,** 13 de março de 1977.

HESS, John. **My Times:** A Memoir of Dissent. Seven Stories Press, 2003.

HOGE, Warren. Brazil's outcast shanty dwellers offered a helping hand at last. **New York Times,** 22 out. 1979.

_____. Reagan begin his latin tour in cordial Brazil, **New York Times,** 1 dez. 1982.

KANDELL, Jonathan K. Brazil regime widening state economic control. **New York Times**, 11 abr. 1976.

_____. Diplomatic relation between the United States and Brazil have reached their lowest point in 13 years of right-wing military rule here, **New York Times,** 28 mar. 1977.

_____. Brazil Bitter at U.S. Effort to Impose Nuclear Curb, **New York Times,** 28 mar. 1977.

_____. Brazilian army tightening its grip, **New York Times,** 15 abr. 1977.

LEACOCK, Ruth. **Requiem for Revolution**: The United States and Brazil, 1961-1969. The Kent State: University Press, 1990.

MOHR, Charles. Carter with a long list of campaign promise, **New York Times,** 15 nov. 1976.

MOLINA, Matias M. **Os melhores jornais do mundo**. São Paulo: Globo.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

NOVITSKI, Joseph. Brazil flying 15 to Mexico to win envoy's release, **New York Times,** 06 set. 1969

_____. Brazilian Leader Suffers Stroke, **New York Times,** 31 de agosto de 1968.

_____. Continuing repression is questioned in Brazil, **New York Times,** 6 abr. 1971.

_____. Gunmen in Brazil Kidnap U.S. Envoy, **New York Times,** 5 de setembro de 1969

_____. Kidnapped Envoy is freed unhurt in Rio de Janeiro, **New York Times,** 7 de setembro de 1968.

O ESTADO DE S. PAULO, 20 de junho de 1976. Disponível em <http://www.normangall.com/brazil_artl8eng.htm>.

O GLOBO, 7 jan. 1969.

ONIS, Juan de. Rockefeller opens parley in Brazil, **New York Times,** 17 de junho de 1979.

PAGANOTTI, I. **Pelos olhos de um observador estrangeiro**: representações do Brasil na cobertura do correspondente Larry Rohter pelo New York Times. 2010.

PÉREZ-PEÑA, Richard. The Times to Charge for Frequent Access to Its Web Site. **The New York Times**, 20 jan. 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/01/21/business/media/21times.html>. Acesso em: 02 out. 2013.

RAINE, Philip. Telegrama ao Departamento de Estado norte-americano, enviado em 24 de janeiro de 1967.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência:** Censura a Livros na Ditadura Militar. São Paulo: EDUSP, 2011.

RELEMBRE: editoria de O Globo celebra golpe militar de 1964. A história inabalável: Editorial do jornal "O Globo" de 2 de abril de 1964, celebrou o Golpe Militar. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/03/editorial-globo-celebra-golpe-militar-de-1964.html>. Acesso em: 21 jun. 2013.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

RIDING, Alan. Opposition Leader Wins Brazil Vote, **New York Times,** 16 jan. 1985.

_____. Brazilians mourn president-elect, **New York Times,** 23 de abril de 1985.

SAAD, Elizabeth. **Estratégias para a mídia digital, internet, informação e comunicação**. São Paulo: Senac-SP, 2003.

SARMENTO, Luiz Carlos. Cinco anos de terror. **Correio da Manhã,** 6 abr. 1969.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SMITH, Terence. Carter, in Brasilia, raises human rights, **New York Times,** 30 mar. 1978.

TALESE, Gay. **Reino e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAVARES, Camilo. **O Dia que Durou 21 anos**. Documentário, Brasil, 01:20.

THE NEW YORK TIMES COMPANY. Disponível em: < http://www.nytco.com/>. Acesso em: 2 jul. 2013.

THE WASHINGTON POST, 5 mar. 1970.

TOATS of the President and President Médici of Brazil, of President Nixon. 07 de dezembro de 1974. The Richard Nixon Library Birthplace, Public Papers.

VENTURA, Zuenir. 1968, o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Rodolfo. **O princípio da ironia** - Manifestações no Jornalismo [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: ECA-USP, 2007.

WASHINGTON Sends 'Warmest' Wishes To Brazil's Leader. (Article) **New York Times**, 2 abr. 1964

WEISMANN, Steven R. President pledges to give Brazilians a US$1.2 billion loan, **New York Times,** 2 de dezembro de 1982.

WHITNEY, Craig R., Bonn to send Brazil nuclear equipment, **New York Times,** 28 de março de 1977.

ANEXOS

A seção “Anexos” está dividida em duas partes:

(1) tabela com todas as matérias sobre o Brasil, publicadas pelo NYT no período da ditadura militar brasileira;

(2) as 25 matérias de capa selecionadas na íntegra e em inglês.